

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 10/2022

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO

<b>Presidente:</b>	- <i>Francisco José Esteves</i>
<b>1.ª Secretária:</b>	- <i>Luísa Maria Almeida Torres Belchior</i>
<b>2.ª Secretário</b>	- <i>José António Costa Ferreira</i>
<b>Hora de Abertura:</b>	- <b>09.30 Horas</b>
<b>Ata da 4.ª Sessão Ordinária 30 de setembro de 2022</b>	- <b>Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros</b>
<b>Ata da 3.ª Sessão Extraordinária 14 de outubro de 2022</b>	- <b>Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros</b>
<b>Outras presenças:</b>	- <b>A Câmara Municipal esteve representada pela Senhora Presidente <i>Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues</i> e pelos Senhores Vereadores:</b>  - <i>Carlos Duarte Travanca</i> - <i>Vítor Manuel Correia</i> - <i>Orlando Ferreira Pires</i> - <i>Vera Cristina Quintela Pires Preto</i> - <i>Nélia Alexandra Pires Pinheiro</i>
<b>Local da Reunião:</b>	- <b>Grande Auditório do Centro Cultural de Mirandela</b>

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão por haver quórum.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Bom dia a todos, cumprimento o Executivo Municipal na pessoa da sua Presidente Dr.ª *Júlia Rodrigues*, cumprimento os Senhores Deputados aqui presentes e os vários grupos municipais, cumprimento o público e a comunicação social e queria dar início à 5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 19 de dezembro de 2022, desejando um dia de excelentes resultados, em tremos de trabalhos, desta Assembleia.

### **1 - Verificação dos Poderes, Identidade e Legitimidade do Eleito - *Manuel Alcino Gomes*.**

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

No Ponto 01 da nossa Ordem do Dia consta a Verificação dos Poderes, Identidade e Legitimidade do Eleito nesse contexto, para assinar a Ata Complementar de Instalação na Assembleia Municipal de Mirandela, chamava ao palco o Senhor *Manuel Alcino Gomes*.

----- Procedeu-se de seguida à instalação na Assembleia Municipal de Mirandela, do cidadão *Manuel Alcino Gomes*, eleito por sufrágio universal e direto, em ato intercalar, realizado na Freguesia de Mascarenhas, no dia 06 de novembro de 2022.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mascarenhas *MANUEL ALCINO GOMES (PS)* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

“É do conhecimento de todos que por razões alheias à nossa vontade fomos forçados a recorrer a eleições intercalares, para podermos prosseguir com o nosso projeto iniciado há um ano atrás – de servir a Freguesia de Mascarenhas.

Neste percurso muitos foram aqueles que acreditaram e que em nós confiaram.

Tivemos o privilégio de receber o apoio de muitos amigos, homens e mulheres que sempre nos apoiaram e deram o incentivo desinteressado para liderar este grande movimento, nesta nossa querida terra que nos viu nascer – a Freguesia de Mascarenhas.

Sem vocês, nada disto teria sido possível e por isso lhes dirijo uma palavra de agradecimento.

Saúdo igualmente de forma afetuosa, todos os elementos da minha equipa que nunca me abandonaram e acreditaram em mim, como pessoas certa para liderar e concretizar o projeto que nos propusemos para bem servir a população de Freguesia de Mascarenhas.

O meu agradecimento também à Comissão Política Concelhia Socialista de Mirandela pelo apoio, empenho e orientação na estratégia definida para o sucesso desta vitória.

Dirijo uma saudação muito especial, em nome pessoal, ao Executivo da Câmara Municipal, em especial à nossa Presidente Dr.ª *Júlia Rodrigues*, pelas palavras de conforto, pelo apoio e incentivo incondicional, pelo companheirismo, por acreditar nas minhas convicções e pela confiança em mim depositada, como pessoa certa para continuar a liderar a lista do Partido Socialista à candidatura destas eleições intercalares.

Uma palavra igualmente de elevado agradecimento, à população da Freguesia de Mascarenhas, a quem agradeço com muita emoção, a confiança que em mim depositou para presidir a nossa Junta de Freguesia.

É uma honra receber um mandato pessoal e direto para servir os cidadãos e a Freguesia de Mascarenhas.

A cadeira, como todos sabemos, é do povo e pertence ao povo. É o povo que nos legitima, nós apenas o iremos servir.

Conto com todos e com a vossa colaboração para concretizar os compromissos prometidos, para fazer da nossa Freguesia uma terra com passado, uma terra com presente e de futuro.

Saberei ouvir. Saberei ouvir sempre. E saberei ouvir todos sem exceção.

Por si.

Por Mascarenhas, por Paradela, por Valbom dos Figos, por Vale de Pereiro e por Guribanês.

Muito obrigado.”

### **Informações da Mesa da Assembleia Municipal.**

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Informo que a Assembleia Municipal de Mirandela regista alterações temporárias na sua composição:

“*José Mário Pinheiro Mesquita*, requereu ao abrigo do disposto no Artigo 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, a **suspensão do mandato** por 365 dias, com início a 25 de novembro de 2022 e *términus* a 24 de novembro de 2023.

Convocada a cidadã imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, conforme estabelecido n.º 1 do Artigo 79.º da mencionada Lei, *Tatiana Alexandra Sousa Canhoto Pinto*, a mesma renunciou ao mandato. Nesse sentido foi convocado o cidadão seguinte na ordem da respetiva lista, nos termos da citada Lei, passando a **Membro Efetivo**, *António Manuel Neto Gouveia*, enquanto perdurar a suspensão do titular do mandato eleitoral.”

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Bom dia a todos e desejo que os Trabalhos decorram da melhor forma possível.

Feita a chamada, passo às restantes informações, relativamente ao expediente, informo que o mesmo se encontra para consulta junto do Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, para consulta em horário regular.

Relativamente à mobilidade da Assembleia, queria que tomassem conhecimento das seguintes substituições:

O Senhor Deputado *José Manuel Trovisco* é substituído pelo Senhor Deputado *Luís António Santos Tomé*;

O Senhor Deputado *Luís José Herdeiro Mosqueiro* é substituído pela Senhora Deputada *Maria Manuela Gonçalves Fernandes*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Telhas *Joaquim António Morais Clemente* é substituído pelo Senhor Secretário *Hélder Armando Ruivo Castelo*;

O Senhor Deputado *Carlos Alberto Ventura Marques* é substituído pelo Senhor Deputado *Emanuel Sérgio Batista*.

### **Registo de Faltas.**

*José Manuel Trovisco, Luís José Herdeiro Mosqueiro, Joaquim António Morais Clemente, Carlos Alberto Ventura Marques, Diana Delfina Santos Costa e Vanda da Assunção Carvalho Preciso.*

### **Apresentaram justificação de Faltas:**

- *José Manuel Trovisco*: Sessão de 19 de dezembro de 2022.

- *Luís José Herdeiro Mosqueiro*: Sessão de 19 de dezembro de 2022.

- *Joaquim António Morais Clemente*: Sessão de 19 de dezembro de 2022.

- *Carlos Alberto Ventura Marques*: Sessão de 19 de dezembro de 2022.

- *Diana Delfina Santos Costa*: Sessão de 19 de dezembro de 2022.

- *Vanda da Assunção Carvalho Preciso*: Sessão de 19 de dezembro de 2022.

**DELIBERAÇÃO:** A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas dos membros mencionados.

## **2 - Atas - Leitura, discussão e votação da Ata da 4.ª Sessão Ordinária de 30 de setembro de 2022 e da Ata da 3.ª Sessão Extraordinária de 14 de outubro de 2022.**

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à Ata da 4.ª Sessão Ordinária de 30 de setembro de 2022, pergunto se alguém se quer inscrever para intervir?

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Eu tinha aqui uma alteração na página 27, onde diz promotores, deve dizer produtores. Na página 29, diz percorrido e deve estar escrito período.

----- Efetuada a votação e estando 50 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata da 4.ª Sessão Ordinária de 30 de setembro de 2022.**

----- Efetuada a votação e estando 51 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata da 3.ª Sessão Extraordinária de 14 de outubro de 2022.**

## **1.º Período de Intervenção do Público**

### **3 – Público - 1.º Período de Intervenção do Público.**

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

A Mesa regista uma inscrição do cidadão *Manuel Brízido* que não autoriza a transmissão em direto da sua participação na presente Assembleia Municipal, pelo que se pede aos serviços de transmissão *online*, a respetiva interrupção da transmissão.

----- O Senhor Município *MANUEL BRÍZIDO* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Senhor Presidente, permita-me que antes de começar a minha intervenção faça um pedido de desculpas às pessoas presentes, porque isto já começa a chatear e digamos a cheirar um bocadinho mal, mas já disse e volto a dizê-lo e vou continuar a dizer as vezes que forem precisas, não nos vão cansar, a Senhora Presidente não nos vai fazer desistir enquanto a solução para este problema não for encontrada.

Senhor Presidente, acho um bocado estranho o parque do bairro Tua Sol ainda não ser inaugurado, eu deixava uma sugestão, em vez de porem parque bairro Tua Sol, ponham parque de votos, porque se não houvesse parque não haveria votos. Pergunto Senhora Presidente, quando pensaram em fazer o parque alguém teve o desprante de virem falar connosco e dizer quais os equipamentos que ali iriam colocar, poderiam ter dito que iam colocar um equipamento que eventualmente poderia fazer barulho e se assim for tentaremos resolver o problema da melhor forma. Pergunto também, a Senhora Presidente teve o desprante de nos perguntar se queríamos um muro de encosto ao nosso muro? É que o muro é meu e ninguém tem o direito de enxovalhar o meu muro, está danificado e até ao momento ainda não foi reparado.

Senhor Presidente, o facto de não termos ido à reunião, não fomos pois ouvindo os amigos que não estão aqui e os que aqui estão e o Senhor Presidente é testemunha disso, não foi com medo que não fomos, mas sim por respeito, para não criarmos mais conflitos em relação aos conflitos que já estão criados. A culpa é toda de uma pessoa, da Senhora Presidente, espero que os Senhores Vereadores não tenham culpa no cartório.

Senhor Presidente, falando da reunião pergunto, porque não mandaram cartas para todos os moradores do bairro Tua Sol? Não me parece correto. Num bloco onde há dois apartamentos, mandaram para o de baixo e não mandaram para o de cima, porquê? Chama-se a isto falcatura. Senhor Presidente sei que não estamos sozinhos, porque também só nos interessa estar com aqueles que estão connosco, em relação às mensagens proferidas, não vão denegrir a nossa imagem, mas quero deixar aqui uma nota, dizendo às pessoas que tentaram denegrir a nossa imagem, nunca mais tenham a ousadia de nos dirigirem a palavra enquanto forem vivos e nós também.

Senhor Presidente, quero dizer que a culpa não morreu solteira, é estranho o silêncio dos Senhores Vereadores do PS, então quem manda na Câmara? É só a Senhora Presidente sozinha? Não me parece correto. Senhores Vereadores, nas Assembleias, nos Conselhos Municipais de Segurança, nas Reuniões de Câmara é estranho porque não se manifestam, será que não têm a permissão de se manifestarem? Falta saber.

Senhor Presidente, o que adianta dar informações a este Executivo se ninguém as ouve, manda quem pode. Senhor Presidente eu com as calças do meu pai sou um homem, mais uma vez dei conhecimento ao Senhor Vereador *Vitor Correia* em vão, para quê os projetores ligados no inverno, se a partir das 16.30 horas não está lá ninguém? Se nos pedem para economizar energia, então para que é que estão os projetores ligados? Não faz sentido.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Tal como foi o compromisso na última Sessão da Assembleia Municipal, houve efetivamente uma convocatória para todos os moradores do bairro Tua Sol, sobre o espaço de jogo e recreio e que todos conhecemos como parque infantil. A reunião realizou-se no dia 30 de novembro pelas 18.30 horas, foram enviados convites a todos os moradores e repito, a todos os moradores e foi explanado nessa reunião quais as regras de instalação de um parque infantil e temos uma ata que ficará disponível para todos os moradores e aquilo que nós concluímos da reunião, em assembleia de moradores foi que promoveríamos a possibilidade de substituição do cabo de aço do *slide* por um de material em *nylon*, ficou de ser contactada a empresa e a colocação de uma barreira de som, criando também um espaço entre o muro do morador e também o parque infantil.

Foi abordada ainda a questão da mudança do *slide* para um extremo oposto ao parque, o que não obteve a concordância de alguns dos presentes, alegadamente por agravar ainda mais o ruído.

Aquilo que ficou comprometido por parte deste Executivo, foi a colocação de uma barreira acústica, enquadrada no perfil do parque que foi construído naquele bairro e também a avaliação da alteração do cabo de aço do equipamento. Foi passada uma folha de presenças, está tudo registado, mas se me permitem e em jeito de lamento, dizer que estamos a falar de crianças e portanto, estamos a falar de um equipamento infantil, estamos a falar de crianças e de um espaço de lazer e que não existe ruído noturno e portanto, temos obviamente problemas de ruído noutras áreas da cidade e também no concelho, esses sim, preocupantes, porque efetivamente prolongam-se noite dentro, em virtude também de estarmos aqui com os estudantes do IPB que têm gosto pela vida noturna, mas efetivamente não estamos a falar com um horário de funcionamento até às 23.00 horas, estamos a falar com o prolongamento de horário de bares até altas horas da noite.

E portanto, permitam-me fazer referência a este lamento, porque efetivamente todos aqueles que vivem perto de zonas com escolas têm efetivamente, eu não lhe chamaria ruído, chamar-lhe-ia alegria das crianças e portanto, permitam-me lamentar esta situação, até porque este Executivo esteve sempre motivado para construir naquela área de cedência, um equipamento que fosse arrojado, que fosse atrativo para as crianças e que também fosse um motivo de convívio entre os moradores do bairro Tua Sol.

Como não há regra sem exceção e estavam até moradores que estão contíguos ao próprio parque, que não têm queixas de ruído e por isso, para além de lamentar, dizer que é da opinião de todos os moradores do bairro, exceto um, de que não haja alteração dos equipamentos que foram colocados, devemos sim, colocar medidas mitigadoras daquilo que é o espaço envolvente e obviamente colocar um muro de suporte com uma barreira de som do próprio parque, não tendo este muro do morador contíguo e aí vamos efetivamente realizar esse melhoramento, que nós vemos como um melhoramento natural e normal em todas as obras que acontecem, promovidas pela Câmara Municipal ou até pelas Juntas de Freguesia, deixo um último lamento, porque trata-se de um espaço de alegria e não um espaço de mau estar e de conflito, isso foi assinalado entre todos os moradores e por último, dizer que vamos tomar as medidas necessárias já no início do próximo ano, para mitigar as situações que referi e que foram deliberadas numa assembleia dos moradores do bairro Tua Sol.

## Antes da Ordem do Dia

### 4 – Período Antes da Ordem do Dia.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Aproveito desde já, para desejar a todos os presentes Boas Festas.

O PSD de Mirandela tem recebido várias denúncias e alertas para situações de incumprimento do Executivo socialista, é do nosso conhecimento que a Câmara Municipal de Mirandela não cumpre com a transferência de verbas mensais, previstas para as Juntas de Freguesia e coletividades do concelho de Mirandela. Esta é uma situação grave de incumprimento que ocorre desde julho.

Este incumprimento das obrigações assumidas pelo Executivo de *Júlia Rodrigues*, compromete a prossecução das atividades em incumbências que a Câmara Municipal contratualizou, delegou e transferiu para estas entidades, consideramos esta situação de extrema gravidade e exigimos uma cabal explicação do motivo da não transferência das verbas previstas no Orçamento Municipal de 2022.

Entendemos que algo de muito estranho se passa na gestão do erário mirandense, para que, deliberadamente se devam seis meses a estas entidades e se proclame a boa gestão da Câmara Municipal. Esta situação revela o falhanço da gestão de *Júlia Rodrigues*, mostrando-se incapaz de cumprir com os compromissos assumidos pelo Município.

Durante a sua governação, habituamo-nos a ouvir a Dr.<sup>a</sup> *Júlia Rodrigues* a fazer acusações da má gestão, vimo-la a lançar suspeitas sobre terceiros, sem nunca as conseguir concretizar e ouvimo-la propagandear uma boa gestão. A verdade é que esta grave falha da sua gestão comprova, que não basta apontar o dedo e dizer que se faz bem, é preciso efetivamente fazer bem.

O Executivo socialista está a falhar com Mirandela, sendo a Senhora Presidente da Câmara Municipal a primeira responsável por esta gestão que sufoca as Juntas de Freguesia de Mirandela e impede as coletividades de concretizarem na plenitude os seus objetivos e as suas atividades.

Aliado a estas falhas nas obrigações do Executivo, o anuário financeiro da Ordem dos Contabilistas, vem comprovar toda a dificuldade em manter Mirandela nos *ranking's* exigíveis e de boa governação.

Portanto, após anos de a ouvirmos falar de uma boa gestão, como se explica o fracasso do desempenho financeiro exposto no anuário financeiro de 2021, se temos boas contas, como se explica o incumprimento da Câmara Municipal de Mirandela? Se há disponibilidade de tesouraria, porquê os atrasos nas transferências para as Juntas de Freguesia, Uniões das Freguesias e coletividades?

Onde está a gastar o dinheiro que não tem e lhe falta para fazer face aos compromissos assumidos?

Aguardamos uma explicação da Senhora Presidente da Câmara.

----- O Senhor Deputado Municipal **MÁRIO VILARINHO** (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

#### “Recomendação

Nos últimos Censos de 2021, Bragança foi o único distrito em que todos os concelhos perderam população, o distrito de Bragança na última década perdeu perto de 10% da sua população, o concelho de Mirandela não fugiu à regra e perdeu sensivelmente os mesmos 10% de residentes, passou de 23850 para 21389, perda de 2461 residentes.

Os dados sobre a natalidade no nosso Distrito não deixam dúvidas, em 2021 nasceram em Bragança 623 bebés, dos quais apenas 385 no Hospital de Bragança, devendo-se esta diferença ao número de crianças que vão nascer em Vila Real ou numa maternidade no litoral, muitos destes casos dizem respeito a residentes na parte sul do distrito, na Terra Quente, em virtude do encerramento da maternidade de Mirandela, há cerca de 15 anos.

Em termos de mortalidade, em Terras de Trás-os-Montes em 2021 houve 1832 óbitos.

Estes números são avassaladores, não podem deixar ninguém indiferente.

Depende de nós criarmos e lutarmos pelas condições para que a nossa região desenvolva na plenitude o seu potencial.

Não podemos aceitar que nos retirem mais serviços públicos a que temos direito e que refletem e enquadram a evolução da qualidade de vida dos nossos tempos. Na área da saúde podemos fazer aqui uma associação entre o declínio acentuado da população e a perda continuada de serviços, tendo como pano de fundo a retórica da racionalização de recursos, que são sempre escassos! Mas estranhamente só são escassos para o interior do país. A equidade e qualidade no acesso a cuidados de saúde, constitui um direito de cidadania que deve ser assegurado, em tempo útil a todo o cidadão, independentemente do local onde se encontre no território nacional.

A nossa região tem características epidemiológicas particulares, pelo que as instituições de saúde que a servem, devem dar resposta de forma a assegurar os melhores cuidados de acordo com as necessidades específicas dessa população.

População envelhecida, pluripatológica, com elevada prevalência de doenças crónicas, como a hipertensão, a diabetes, a doença oncológica e, subsequentemente, doenças do foro cardiovascular, neurológico, situações condicionadoras de elevados níveis de dependência.

Parece ser urgente e ser tempo de construir uma visão regional da saúde.

Visão esta que deve ter subjacente uma matriz agregadora, desenvolvida em parceria estratégica entre os municípios da região, que reclame do poder central a concretização do direito ao acesso em qualidade e em tempo útil aos cuidados de saúde, que dêem resposta concreta aos principais problemas de saúde das populações.

Nessa visão as instituições de saúde devem evitar redundâncias de serviços, devem ser geridas de forma flexível, em complementaridade e em parceria estratégica, enquadrando uma lógica regional agregadora, em articulação com as redes de referência hospitalares nacionais existentes, evitando a dispersão de recursos qualificados e escassos e a fragmentação da resposta em qualidade ao cidadão da nossa região.

Na lógica dos princípios anteriormente enunciados, afigura-se muito importante garantir e dinamizar a resposta regional qualificada ao doente oncológico, através da ampliação da parceria existente entre a ULSNorte e o CHTMAD nesta área.

Reforçar o papel nuclear dos cuidados de saúde primários como elemento chave na resposta qualitativa em saúde às populações, promovendo a devida articulação funcional e organizacional com os cuidados hospitalares.

Reivindicar junto da tutela a criação de ponto de rede neurocirúrgico na região transmontana (previsto em documento oficial do ministério da saúde de 2017/8), de forma a assegurar resposta em tempo útil ao doente neurocrítico.

Dotar as instituições hospitalares de valências fundamentais, tendo como pano de fundo, as características das populações alvo, tais como:

-cirurgia vascular, neurologia, oncologia, urologia, cardiologia, endocrinologia, medicina física e reabilitação, imagiologia de intervenção entre outras.

Reforçar e aumentar os Cuidados Continuados e Paliativos, que pelo designado Inverno Demográfico é o maior desafio que temos nos territórios do Interior, já que precisamos de garantir a prestação de cuidados de saúde e apoio social a uma maior percentagem de pessoas que se encontram em situação de dependência, independentemente da sua idade ou condição de saúde.

Promover a crescente ambulatorização hospitalar dos cuidados de saúde, evitando a desinserção do doente com a família e a comunidade onde se insere.

Estudar a viabilidade da implementação de um Centro Materno Infantil Terras de Trás-os-Montes com localização em Mirandela, que pela centralidade por todos reconhecida, serviria os dois distritos transmontanos, transformando-se num centro de excelência nos cuidados e cumprindo os 1.500 partos por ano para garantir o funcionamento de uma maternidade, defendido pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Estrutura a enquadrar na tal visão regional de saúde, enquadrando-a num modelo de gestão em parceria com as estruturas existentes na região.

Esta seria uma verdadeira revolução na melhoria da qualidade dos cuidados de saúde e nada melhor que dar um sinal discriminatório positivo para a inversão demográfica no interior que acolher estas resoluções na área da saúde com este significado para todo o Trás-os-Montes. Tem de haver capacidade para gerir bem e definir melhor as prioridades.

Na área da saúde, existem verbas incluídas no PRR, totalizando 1383 milhões de euros para reforçar e modernizar o SNS. Trata-se de oportunidade sem precedentes que devemos ponderar com o objetivo de criar melhores condições na resposta aos problemas de saúde das nossas populações

A Bancada do Partido Socialista, propõe à Assembleia Municipal de Mirandela reunida a 19/12/2022, que delibere a seguinte recomendação:

- Dotar as instituições, que prestam cuidados de saúde na região de Terras de Trás os Montes, das valências necessárias de forma a prestar os cuidados de saúde de acordo com as especificidades das populações servidas por essas instituições.
- Garantir o cumprimento das necessidades em valências diferenciadas e elencadas ao perfil e tipologia dos serviços de urgência existentes na região, promovendo um modelo de rede regional de saúde, gerido de forma complementar e flexível entre as instituições, evitando deslocações desnecessárias de doentes para instituições do litoral por falta de resposta qualitativa em muitas valências institucionais.
- Reforçar e aumentar a resposta em Cuidados Continuados e Paliativos de qualidade;
- Estudo de viabilidade da implementação do Centro Materno Infantil Terras de Trás os Montes a localizar em Mirandela.

A presente recomendação, após aprovação, deverá ser enviada;

- Ao Exmo. Senhor Presidente da República;
- Ao Exmo. Senhor Primeiro Ministro;
- Ao Exmo. Senhor Ministro do Planeamento e da Habitação;
- Ao Exmo. Senhor Ministro da Saúde;
- À Exma. Senhora Ministra da Coesão Territorial;
- Aos Exmo. Líderes dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República;
- Ao Exmo. Senhor CEO do SNS.”

----- Efetuada a votação e estando 60 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Recomendação apresentada pela Bancada do Partido Socialista.**

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A CDU teve conhecimento que os trabalhadores temporários da empresa *Multitrab* cedidos à Resíduos do Nordeste vão encetar uma greve a partir no dia 26 de dezembro e no dia 31 de dezembro, o que não deixa de ser importante valorizar o contributo para o bem-estar do Município dado por estes trabalhadores ao serviço da Resíduos do Nordeste, empresa que recolhe e transporta os resíduos, que faz a limpeza urbana e que é detida em parte pelo nosso Município, lamentar que estes trabalhadores sejam explorados pelas empresas de trabalho temporário, que a Resíduos do Nordeste acolhe, sobretudo quando há trabalhadores que em alguns casos chegam a ter mais de 15 anos nas mesmas tarefas. É inadmissível que se trabalhe num serviço que é permanente, mas com vínculos laborais precários. É mais grave ainda que seja uma empresa com capitais públicos, a Resíduos do Nordeste, que condene estes trabalhadores a viver na permanente incerteza, sempre dependentes da duração dos contratos de concessão e do que possa acontecer quando terminam. Como mais uma vez vai acontecer no final deste ano.

A CDU demonstra a sua solidariedade com estes trabalhadores e com a sua luta, marcada para os próximos dia 26 e 31 de dezembro, os trabalhadores sabem que podem contar com o nosso apoio, na sua justa luta contra a precariedade. A partir desta tribuna afirmamos que será através da luta que estes trabalhadores conseguirão atingir os objetivos, que é a admissão nos quadros da empresa Resíduos do Nordeste, bem como o aumento do seu salário.

A CDU responsabiliza a Administração da empresa Resíduos do Nordeste, bem como todos os Executivos acionistas desta mesma empresa pelos incómodos que serão causados às populações.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Não podia deixar de intervir nesta Assembleia Municipal, logo a seguir aquela outra que tivemos dia 11 de novembro último, Assembleia Extraordinária sobre o Parque Eólico de Mirandela, as razões são muitas, porém há duas que se destacam.

Uma, a forma como a Senhora Presidente geriu a sua intervenção sobre o tema. A outra, prende-se com os desenvolvimentos do assunto, havidos posteriormente a esse dia 11 de novembro.

A intervenção da Senhora Presidente nessa Assembleia Extraordinária, só no final de toda a Assembleia ter apresentado as suas razões e depois de o público inicialmente a ter feito também, foi uma surpresa total para todos, é um caso inédito até, se não vejamos:

A intervenção da Senhora Presidente foi preparada antes da Assembleia Municipal, quando a preparou desconhecia quem intervinha, que razões seriam apontadas e como a Assembleia iria decorrer;

Depois, apresentou a sua intervenção desprezando completamente o debate havido e aqui é que é surpreendente, a Senhora Presidente que nos tem habituado às suas intervenções, por vezes exageradas, longas, políticas, defendendo as suas causas e combatendo as posições contrárias, apresenta-se nesta Assembleia, com um discurso preparado, pré-concebido, irredutível e sem qualquer referência mais direta às posições tidas por vários Deputados, nessa e já noutras Assembleias, incluindo da Bancada do PS, que são favoráveis à defesa do património da Serra dos Passos/Santa Comba. Não é no mínimo inédito?!

Esta forma, para além de uma surpresa é também algo estranha, eu diria, pouco democrática, porém a sua intervenção Senhora Presidente, justificando a tomada de posição do Executivo que gere a Câmara Municipal, com base numa hipotética indemnização à empresa das eólicas e levar isso a um dramatismo tão exagerado, ao ponto de referir que não quer deixar a Câmara Municipal endividada em milhões de euros, que até poderia colocar em causa os salários dos trabalhadores do Município, isso não é dramático?! Ou melhor, não foi uma forma surpreendente pela negativa?!

Tão surpreendente e dramático foi, que deixou esta Assembleia Municipal sem palavras, foi necessário um Senhor Deputado Municipal vir aqui mostrar que a posição da Assembleia Municipal deveria ficar bem clara e que era distinta da do Executivo.

Esse dramatismo, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Presidente da Câmara, não abona nada a quem o usa e só denuncia uma certa tendência maquiavélica do uso do poder.

Porque, Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, o que está em causa não é o deixar de assumir as responsabilidades de um processo que já vem desde 2008, já o dissemos aqui. O que está em causa é a forma como está a ser gerido o processo e a preservação da riqueza do património que nos legaram e que temos o dever de não destruir a qualquer preço.

O que está em causa, é por exemplo, a forma célere como a Câmara Municipal passou a licença à empresa, sem estar na posse de outros elementos que suportassem melhor a decisão nomeadamente, pareceres que esclarecessem da situação real em 2021, quer do património ambiental e natural, mais o cultural arqueológico da área de implantação do Parque Eólico, quer da área envolvente. Ninguém reparou que o Estudo de Impacte Ambiental e a respetiva luz verde remontava a dados arqueológicos de 2014, foi uma falha grave e inadmissível. Nenhum Executivo desde aí e até que a licença surgiu, nem os anteriores, nem o seu foi capaz de alertar para esta situação e de proceder à atualização dos respetivos dados descobertos entretanto, nem a nível governamental, diga-se, Ministério da Cultura e Ministério do Ambiente.

Acaso a Senhora Presidente perguntou à equipa de arqueologia desta Câmara, alguma coisa sobre o assunto antes de passar a licença? Se o fez diga-nos e qual foi o Parecer dessa Secção Arqueológica.

Acaso a Senhora Presidente comunicou ao Senhor Presidente da Assembleia e respetiva Mesa algo relacionado com o assunto, antes de passar a licença? Não era preciso, mas era mais democrático.

Será que a Senhora Presidente ou o Executivo mandou os Técnicos verificar se esta Assembleia, ou a anterior tinham conhecimento do processo?

A Senhora Presidente tem feito chegar a ideia de que a Câmara é irredutível na sua decisão, que as obras das eólicas podem começar a qualquer momento. Que o processo está todo legal e não deixa sequer uma abertura, qualquer abertura, ainda que como hipótese, de se poder chegar a um acordo em que ambas as partes não possam ser prejudicadas, ou seja, construir o Parque Eólico noutra local e ao mesmo tempo garantir a preservação de todo o património milenar daquele espaço.

Foi ou não um dramatismo maquiavélico que usou na sua intervenção?

Entretanto, na semana seguinte à Sessão Extraordinária do dia 11 de novembro, aos microfones da Rádio Terra Quente, a Senhora Presidente dizia, que a haver indemnização, terá se ser o Governo a suportá-la, muito bem. Então porque é que exagerou ao dizer que a Câmara podia ficar tão endividada, que podia colocar em causa os salários dos funcionários?! Porque não o referiu na sua intervenção, antes de o fazer na rádio?

Em relação aos desenvolvimentos que o assunto tem tido, destaco aqui a resposta do Gabinete do Ministério da Cultura à Mesa da Assembleia Municipal de Mirandela, onde ficamos a saber que não foram apresentados junto da DGPC – Direção Geral do Património Cultural, quaisquer resultados científicos, cito: “do projeto de investigação plurianual de arqueologia aprovado em 2022, com as evidências dos resultados dos trabalhos.”

Uma reportagem da SIC de 11/12/2022, no Telejornal das 13.00 horas, mostra alguma limitação na recolha de opiniões, pois só vimos gente e a Presidente da Junta de Lamas de Orelhão, não vimos o mesmo em relação à Freguesia de Passos, por isso, parece-nos redutora e discriminatória, até parece encomendada com algum objetivo por trás encapuzado, não sabemos. Eu apercebi-me que realmente foi só para Lamas de Orelhão e não foi apresentada a opinião dos Passos, por exemplo.

Não se pode fazer crer que as eólicas só vão, o que aconteceu nessa reportagem, ocupar a Freguesia de Lamas de Orelhão, pois apenas um aerogerador se localiza na zona da Serra dos Passos, como se se pudesse separar as duas Serras, Passos e Lamas de Orelhão e as outras contíguas. Não se podem isolar as Serras, pois foi a natureza que as criou e uniu e elas estão perfeitamente ligadas, a paisagem é única e comum.

*Catarina Martins* entretanto também dia 11 de dezembro reuniu na Junta de Freguesia dos Passos com o Movimento Juntos pela Serra dos Passos e junta-se à comunidade científica, contra a construção do parque Eólico da Serra dos Passos/Santa Comba. Chegaram até nós alguns ecos de que já haverá pessoas dentro do Partido Socialista, que garantem que as eólicas não vão avançar.

Senhora Presidente, tem algum conhecimento novo neste sentido, que possa partilhar connosco? Gostaria que o dissesse aqui à Assembleia.

Em conclusão, a construção do Parque Eólico de Mirandela, nos moldes em que está preparado pode prolongar um marasmo e o fraco desenvolvimento em que Mirandela já caiu muitas vezes, pode colocar em causa o futuro risonho de Mirandela nas próximas décadas, a preservação e o aproveitamento turístico do património daquela Serra e limítrofes pelo contrário, pode muito bem ser a janela de oportunidades de muitas gerações de mirandelenses, sem terem de abandonar a sua terra para irem procurar emprego.

Termino, mas gostaria de ter outra oportunidade para demonstrar, no seguimento da intervenção do Senhor Deputado *Mário Vilarinho*, que este assunto mexe com a desertificação, mexe com a falta de população, mexe com a falta de centralidade que Mirandela está a perder constantemente, que já vem de trás e muito mais que não digo, por falta de tempo.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, a Mesa informa que o mesmo pediu previamente autorização para a exibição de cinco imagens que suportam o seu discurso, autorização que foi concedida, à semelhança de situações anteriores ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

É com grande preocupação que informo que a Junta de Freguesia de Frechas está a passar grandes dificuldades económicas e tudo isto tem um culpado, Senhora Presidente, é exatamente o seu Executivo que a Senhora Presidente preside, porque não faz as transferências assumidas para as Juntas de Freguesia. Posso-lhe dizer que a Junta de Freguesia neste momento já ultrapassa uma dívida de 14 mil euros, que é bastante significativo para a Junta de Freguesia de Frechas.

Relativamente a uma questão que lhe coloquei na Assembleia Municipal de 30 de setembro, relativamente à poda ilegal das árvores da área envolvente do Matadouro do Cachão e aos sobrantes que ficaram por ser apanhados ou retirados, a Senhora Presidente respondeu-me o seguinte: “Quanto ao Matadouro do Cachão, houve efetivamente a poda das árvores, foram os nossos sapadores Florestais, a pedido do Conselho de Administração, os sobrantes foram retirados, devia ter sido de imediato pelos trabalhadores do Matadouro.”

Vejam agora as fotos, com base nestes factos, estou em condições de afirmar que a Senhora Presidente da Câmara não fala a verdade ao Presidente da Junta de Frechas.

Tenho também aqui outro assunto, relativamente ao estacionamento para Membros da Assembleia, que a Senhora Presidente assumiu na Assembleia Municipal de fevereiro, isto já é um problema que eu já despoitei em fevereiro de 2020, queria resolver esse problema com um cartão, para facilitar o estacionamento a quem pretende ir à Câmara Municipal tratar de alguns assuntos, Membros da Assembleia Municipal, que eu saiba até hoje à Junta de Freguesia de Frechas nada chegou, não sei se a outras Juntas chegou, ou a algum elemento da Assembleia Municipal. Gostava que me informasse qual o ponto de situação.

Em jeito de resumo para 2022, gostava que me fizesse o balanço das despesas com o GAM Móvel e com o Carro da Saúde, ou seja, quanto custa o GAM Móvel e qual é a receita que isso traz para o Município? Já estou a ver a resposta da Senhora Presidente, que vai dizer que isto não é uma despesa, que é um investimento, para não voltar aqui vou reformular a minha questão, qual é o custo para os mirandelenses que fica este investimento do GAM Móvel e do Carro da Saúde?

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais *NELSON TEIXEIRA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

#### “Voto de Pesar

Fez ontem precisamente 1 mês que, infelizmente, faleceu Adosinda Augusta. Conhecida como Vovó Viral, natural de Contins, provavelmente a avó mais famosa de Portugal pelos vídeos virais das conversas animadas com o seu neto João. As publicações davam e dão a conhecer a relação carinhosa e ternurenta entre ambos, com diálogos “apimentados” por expressões tipicamente transmontanas.

Foi esta triste notícia apresentada em vários meios de comunicação nacional e nas mais variadas redes sociais.

A simplicidade e as frases apimentadas da “Vovó Viral” de Contins vão ficar para sempre bem vivas na nossa lembrança.

Estou certo que todos nós passamos muito tempo a ver os vídeos virais e nos deliciamos vindo à tona memórias dos nossos avós. A sua postura comum à maioria dos avós fez relembrar o passado de muitos serões em Trás-os-Montes.

Foi conhecida em todo o território nacional e mesmo por toda a comunidade portuguesa espalhada pelo mundo, mostrou que aquela simplicidade é tão nossa, tão genuína, que provavelmente nunca mais vão chamar aos tramontanos feios, desdentados e que falam mal como certa personalidade preferiu.

A vastidão vocabular, que nos mostrava, reflete o quotidiano dos transmontanos, o modo como se fala. E sim é um valioso instrumento para dar a conhecer o vasto património da língua portuguesa cuja grande riqueza reside na sua diversidade, como é o caso do linguajar transmontano, sendo ainda um excelente meio de divulgação por este país fora e pelas comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo.

Um exemplo que posso dar é o do meu próprio filho, que cada vez que via um vídeo, acabava sempre por me perguntar o que certas palavras queriam dizer... e sim foi uma oportunidade que ele teve de conhecer e presenciar tais expressões que fazem parte da nossa identidade, da nossa cultura e tenho a certeza que se replicou por todo o país.

Ao falar de Vovó Viral não podemos deixar de falar apenas nos vídeos virais, mas também lembrar que aquela foi e continua a ser uma riquíssima informação cultural representada da maneira que foi.

Continuará a ser uma figura ímpar e incontornável do nosso Concelho, não só pelo registo que ficou, mas também pelo belíssimo mural na entrada de Contins.



Assim, saibamos nós merecer o passado que hoje evocamos. Assim, saibamos nós merecer aqueles que hoje homenageamos. Assim, saibamos nós merecer a história que hoje começamos a construir. Assim, Proponho um Voto de Pesar a remeter à sua família em nome desta Assembleia Municipal.”

----- Efetuada a votação e estando 60 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Pesar a Adosinda Augusta a remeter o mesmo à família.**

----- A Senhora Deputada Municipal *PATRÍCIA BERNARDO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

“Dezembro – Mês de Solidariedade e União, mas também de Reflexão porque um Ano Novo se avizinha...

Hoje, como no passado, partilho convosco algumas das inquietudes que me assolam enquanto membro deste plenário e da Comissão alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mirandela.

No nosso concelho, durante este ano e até ao final da semana passada, e de forma a prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral e na proteção dos direitos das crianças e dos jovens, à CPCJ, foram sinalizados e trabalhados 161 casos, com 67 transitados de 2021, 65 novos casos, 2 casos de transferências, e 26 reabertos. Cerca de 50% dos casos são sinalizados pelas Autoridades Policiais, e os restantes 50% pelos Estabelecimentos de Ensino, pelo Ministério Público, por outras IPSS's, progenitores e outros familiares das crianças ou jovens, vizinhos e particulares, anónimos, outras CPCJ, e em atendimento dos Serviços de Segurança Social.

Os casos concluídos cifram-se nos 55, e 25 aguardam deliberações de órgãos judiciais.

Na passagem atual para o próximo ano, de 2023, encontram-se ativos 106 casos.

São casos a mais Sra. Presidente, há que refletir sobre as causas e mudar de estratégias...

As problemáticas mais evidenciadas continuam a ser dramáticas – a violência doméstica, a negligência, falta de supervisão e acompanhamento/familiar, o abandono e absentismo escolar, comportamentos antissociais e/ou de indisciplina e mais uma vez, o *bullying*, ou a prática de atos violentos, intencionais e repetidos contra crianças e jovens considerados indefesos, e que podem causar danos físicos e psicológicos às vítimas.

Sabemos que na intervenção da CPCJ cabe defender cada criança e jovem colocando a tônica de atuação na defesa dos seus interesses e direitos; em processos de intervenção precoce, ou seja, logo que a situação de perigo seja conhecida; que deve ser uma intervenção mínima, desenvolvida exclusivamente pelas entidades e instituições cuja ação seja indispensável à proteção da criança e do jovem em perigo; que deve haver proporcionalidade e atualidade – deve ser a intervenção necessária e ajustada à situação; que deve promover a responsabilidade parental – ser efetuada de modo a que os pais assumam os seus deveres para com as crianças e jovens; num primado da continuidade das relações psicológicas profundas - respeitando o direito da criança/jovem à preservação das relações afetivas estruturantes e se possível a continuidade de uma vinculação securizante.

Temos presente que todos somos contra a violência doméstica e pela proteção filial, que nos inquieta que especialmente, mulheres e crianças continuem a sofrer com este problema, que apesar de ser crime público se perpetua de geração em geração, sabemos que os problemas associados Intervenção – Assembleia Municipal - Período Antes da Ordem do Dia são trabalhados em rede, e que alguns projetos educativos locais estão no terreno, mas será que estamos a dar o nosso melhor?

Será que a nossa política de proteção da infância e da juventude pode efetivamente contribuir para atenuar a força destes dramas?

Serão a Escola que estamos a edificar e a Educação que estamos a promover capazes de se constituir como elevador social e contrariar a marginalização socioeducativa? Há hipótese de mais recursos? Alocar mais pessoas a trabalhar nesta área? Porque não a criação de uma equipa socioeducativa, multidisciplinar que dotasse esta CPCJ de outros meios para uma ação mais eficaz? Que vá à raiz dos problemas e não às suas consequências... À luz da Declaração Universal dos Direitos das Crianças, já datada de 1959, “a Humanidade deve à criança o melhor que tem para dar”, e daí a urgência de se atuar o mais precoce possível a fim de evitar a perpetuação de ciclos familiares com problemáticas traumáticas, e nesta quadra em que de forma generosa exacerbamos o valor da Família, da Paz e da Fraternidade, questiono quais as linhas orientadoras para que em 2023, se possa atenuar este lado negro porque nem todas as famílias são presépios sagrados...

Desejo a todas e todos um Santo Natal e que em 2023, voltemos renovados para um trabalho colaborativo pelo melhor do nosso concelho...”

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites *EURICO CARRAPATOSO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Senhor Presidente, eu já abordei este assunto aqui uma vez, mas sinto-me na obrigação de o voltar a fazer, porque quando estava a preparar esta Assembleia deparei-me com uma ata de 45 páginas, efetivamente acho que não se está a cumprir aquilo que a lei obriga, a ata é um resumo daquilo que de essencial se passar numa reunião, não é a transcrição literal de tudo o quanto aqui é dito, por isso é que depois há aqui interpelações à Mesa, como fez aqui o Senhor Deputado *Jorge Humberto* a dizer que não era promotores, que é produtores, que aqui há uma vírgula, que aqui há um ponto, a ata não tem de ser, nem é esse o propósito da ata.

Eu faço esta recomendação à Assembleia e o mesmo se passa na Câmara Municipal, porque qualquer pessoa que se queira inteirar daquilo que é discutido, quer na Assembleia Municipal, quer na Câmara Municipal, depara-se com 40, 50, ou 60 páginas para ler, de maneira que a ata serve no fundo para o ego de cada um dos intervenientes, digo eu, no meu caso fico todo contente por ver que a minha intervenção está ali toda escrita e que a posso depois partilhar e aliás, é um trabalho penoso para os trabalhadores do Município, porque seguramente cada hora de intervenção e as nossas reuniões são muito extensas, felizmente e é com muito

orgulho que o digo, mas por cada hora de som, de conversa, seguramente demora-se cinco horas a fazer a transcrição. Portanto, imagine-se o trabalho colossal que têm os trabalhadores e efetivamente não serve o propósito que a lei previu ao estipular que as atas, o valor jurídico da ata, não depende do teor literal daquilo que é dito no âmbito das reuniões, mas está no nosso Regimento, no artigo 45.º, a transposição daquilo que está no Código do Procedimento Administrativo. Isso não está a ser cumprido e efetivamente dificulta, a mim dificulta-me, mesmo que essa alteração não seja feita, eu autorizo e já disse à trabalhadora do Município, que a minha intervenção pode ser uma súmula, em vez de ser três minutos a transcrever aquilo que eu disse, pode pura e simplesmente dizer que o excelentíssimo Senhor Deputado da Assembleia Municipal Eurico Carrapatoso referiu que a ata deve ser feita por súmula e não por transcrição. Isto é a súmula do que de essencial eu acabei de dizer.

Ouvi aqui a intervenção do meu colega Presidente de Junta de Frechas e tal como eu, também muito me custa não receber mensalmente e pontualmente a verba daquilo que foi protocolado, mas basta consultar e quem tiver o mínimo de organização, vai ver que desde março de 2019, que os valores são depositados periodicamente e pontualmente sem uma falha, estamos a falar de três anos de cumprimento escrupuloso e de um período em que isso não está a suceder.

Eu o único reparo que aqui faria ao Executivo, era só um, era ter avisado, eventualmente previamente dessa circunstância, porque do meu lado podem contar com solidariedade porque é óbvio que o Município não quer deixar de cumprir pontualmente como sempre o fez e certamente que haverá razão ponderosa, que está prevista também no Protocolo que assinamos, que quando se verificar uma circunstância que não permita o cumprimento do Protocolo, que por esse motivo ele não será cumprido. O único reparo que efetivamente eu faria era se tivesse sido possível, avisar previamente.

Desejo a todos um Bom Natal, na companhia daqueles que mais amam.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Permita-me só dizer o seguinte, que relativamente as atas, o que está realmente em causa é uma prática que tem sido seguida desde sempre na Assembleia Municipal e portanto, é uma situação que se mantém por uma prática de anos. Ainda assim, estamos sempre abertos às solicitações que se entenderem aqui ter como prática a partir de determinado momento. Não há qualquer problema da Mesa relativamente a essa situação.

----- O Senhor Deputado Municipal *EMANUEL BATISTA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Eu queria fazer duas perguntas simples à nossa Presidente do Município e começando pela primeira, tem a ver com o apoio à sanidade animal aqui no concelho de Mirandela. Queria perguntar quantos produtores aderiram a esse apoio? Quantos pagamentos já foram feitos?

A segunda pergunta, tem a ver com uma doença que me está a preocupar como produtor, como Técnico e como munícipe e residente na cidade de Mirandela e no concelho de Mirandela, que tem a ver com a doença que se chama *Xylella fastidiosa*. Queria perguntar se a nossa Presidente tem conhecimento que esta doença não está apenas no concelho, mas já está na Freguesia de Mirandela, aproxima-se ou está no concelho de Murça e isto para perguntar qual é a afinidade dos órgãos competentes e neste caso, do Município de Mirandela, juntamente com a DGAV – Direção Geral da Alimentação e Veterinária e com o Ministério da Agricultura, se existe articulação de forma a que esta doença não nos vá fazer aqui em Trás-os-Montes, aquilo que fez em Itália. Não devemos esperar para agir, devemos agir o mais rapidamente possível e pelo que eu vi na comunicação social, do viveiro onde é que a mesma apareceu pela primeira vez, segundo o Ministério da Agricultura, estava em causa o valor de 70 mil euros. Será que o delimitar aquele viveiro a 50 m de distância do local, é suficiente para nós salvaguardarmos o futuro da olivicultura?

Pergunto mais e há muitos segredos que andam aí camuflados, será que quando nós estamos a transportar azeitona com ramos, dos nossos olivais para os lagares e deixamos que esses ramos saiam dos lagares para dar de alimentação aos animais e não só, não estamos a fazer propagação da doença?

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *LUÍS SOARES* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

“Nesta intervenção irei abordar dois componentes, uma, a questão financeira da CMM e outra, o investimento nas freguesias...”

Na gestão financeira e detalhando um pouco o anuário financeiro dos municípios que tem sido muito falado, será pertinente esclarecer o seguinte:

A informação financeira da Câmara Municipal de Mirandela em comparativo com mandatos anteriores demonstra bem o equilíbrio e o esforço na execução orçamental de 2021, este ficou marcado por uma execução do orçamento superior a 75% que compara com execução de 2012 que se situou em 58%, alias os últimos 5 anos são o espelho desta performance financeira.

Maior e melhor execução, com mais investimento e trabalho na receita sendo esta justa e partilhada, com a redução dos principais impostos como IRS e IMI.

Senão vejamos:

Mirandela em 2021 realizou uma despesa efetiva superior a 30 milhões de euros, despesa essa realizada também na amortização de empréstimos que foram realizados pela Câmara Municipal em mandatos anteriores.\

Foram mais de 4 milhões de euros de pagamento de dívida que não é nova, mas sim antiga. Mirandela cumpre o seu trabalho, entre a necessidade de novos financiamentos para novos investimentos e pagamentos em curso num programa de equilíbrio financeiro e de rigoroso processo de gestão.

No final de 2022 a Câmara Municipal irá chegar a uma dívida não superior a 11 milhões de euros que contrasta com a dívida de 23 milhões eu repito 23 milhões de 2014.

Não se faz só a gestão de dívida, mas sim investimento com obras em curso superiores a 12 milhões de euros com aumento exponencial de preços que temos vindo a assistir, significa isto que estamos a investir não chegando ao limite máximo do endividamento permitido.

Mas não nos esqueçamos das pessoas, para o Partido Socialista primeiro estão as pessoas, assumindo políticas de responsabilidade coletiva e dirigindo esforços no combate à pobreza extrema com medidas concretas de apoio à subsistência de um número significativo de agregados.

O próximo ano deve levar a Câmara a ter planeamento estratégico em dois campos:

1 – Consumar o trabalho nos programas de habitação em curso é essencial colocar em velocidade Cruzeiro estas medidas e estudar novos mecanismos para habitação a custos controlados. Dou exemplo da necessidade da conclusão da reabilitação do bairro do Fomento em que o processo tem sido mais moroso devido a um número elevado de proprietários particulares que terão necessariamente de se organizar e se envolver neste processo.

No segundo momento.

2 – Ter uma estratégia de atração de investimento e sabemos bem dessas dificuldades, se fosse fácil seria por regulamento municipal, mas sabemos dos constrangimentos associadas, o Município precisa de ser inovador e diferenciador na atração do investimento ao interior com a centralidade ibérica como ponto de referência.

Passando agora um pouco para o território local em que as Juntas de Freguesia têm um importante papel de proximidade para com as pessoas.

A Câmara Municipal de Mirandela em 2023, assume e efetiva o seu papel como parceira das freguesias e dos seus representantes.

Já em 2022 Mirandela a Câmara propôs transferir o maior volume financeiro no distrito de Bragança para as juntas de freguesia com investimento superior a 1,2 milhões de euros para que estas possam escolher quais as suas prioridades no seu território.

Em 2023 a Câmara investe nas freguesias um total de 1,45 milhões de euros.

Todos nós nas diferentes escalas pretendíamos que esse esforço fosse maior, não fossem os custos das revisões de preço dos investimentos em curso que a todos nos afetou, numa inflação em espiral súbita e inimiga do poder local.

Para Mirandela a responsabilidade cresce significativamente passaremos a assumir 97 mil metros lineares de limpeza urbana com uma nova dinâmica, numa renovada estrutura tem sido um processo de integração e de transferência de responsabilidade trabalhoso, mas construtivo.

Por isso propomos junto da Câmara Municipal uma comissão de acompanhamento das transferências de competências nas diferentes freguesias, numa forma de corrigir situações que possam surgir e que mereçam uma atempada resposta conjunta.”

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Desejo desde já umas Boas Festas a todos e um Próspero Ano de 2023.

Vivemos atualmente nestes últimos tempos, um período de agitação política em Mirandela, um comportamento mesmo a roçar o histriónico, quando colocamos dramas onde não existem, problemas onde não há, ou são manifestamente menores do que a Oposição desejava.

Há aqui uma dualidade, uma dicotomia estranha, duas vozes diferentes, a dos Vereadores da Oposição do PSD e a da Comissão Política Concelhia do PSD. Aguardava ansiosamente pelo desempate hoje pelos Membros da Assembleia Municipal do PSD, mas já vimos pela leitura do Comunicado da Comissão Política Concelhia do PSD, de que lado estão!

Esta divisão seria inteligente se não fosse irresponsável e até inconsequente. Defende tudo e o seu contrário, se há despesa esta não deveria existir. Se há poupança é porque se devia gastar mais. Se há uma preocupação pelas contas e por uma responsabilidade de manter a saúde financeira do Município, que lembramos que ainda há poucos anos o PSD colocou em situação de Saneamento Financeiro, e foi já com este Executivo que o retirou, com a taxa de IMI e a retenção de IRS no máximo, o Município está errado; Se por outro lado, há uma contratação de empréstimos para a consolidação de empréstimos anteriores, diminuindo a carga juros e permitindo assumir a realização das obras que Mirandela tem em curso e que melhorarão a atratividade empresarial e aumentarão a qualidade de vida dos mirandelenses, o Executivo é despesista! Vá-se lá entender!

Recorre-se a uma análise contabilística enviesada para criar mais um caso! Se o Executivo cria regras, realizando os Contratos-Programa com as coletividades e as Freguesias, deixando as mesmas de estar sujeitas à boa vontade, estado de espírito, ou simpatia aleatória de quem decidia, oferecendo-lhe dignidade e a oportunidade de perspetivar a organização de um ano completo, mas agora já há um mínimo atraso, cai o Carmo e a Trindade. Parece-me até que o PSD nunca conseguiu digerir muito bem esta dignificação das coletividades e das Juntas, mas parece-me que as mesmas não concordarão. Aliás e como referiu o meu amigo *Eurico Carrapatoso*, este mesmo atraso que hoje acontece está previsto nesses protocolos assinados há uns anos por parte dos intervenientes.

Caros e caras amigas, o mundo mudou muito nestes 3 anos, em primeiro a Covid-19 e agora a primeira guerra na Europa nos últimos 30 anos, obrigam a alguns cuidados redobrados, mas o PS sabe bem de onde vem, sabemos bem onde estávamos em 2017 e sabemos muito bem onde estamos hoje e sabemos muitíssimo bem que o percurso que queremos continuar a fazer, em completo e total apoio ao Executivo Municipal, está certo! Tê-lo-emos de fazer com algumas cautelas, com cuidados redobrados e com a certeza que os passos que damos são sustentáveis.

Mas temos orgulho no que estamos a fazer por Mirandela.

Temos orgulho num Executivo que recuperou a Estação de Caminhos-de-ferro e a Estação de Camionagem.

Temos orgulho num Executivo que está a recuperar o bairro do GAT, dando àquelas famílias muito melhores condições de vida.

Temos orgulho num Executivo que está a terminar a obra de expansão da Zona Industrial, aumentando a capacidade de instalação de novas empresas, geradoras de tão necessário emprego.

Todo o azedume e maledicência do PSD não nos conseguem retirar o orgulho de apoiarmos um Executivo que cria um Centro de Proteção Civil de Mirandela, recuperando o histórico quartel dos bombeiros.

A rotunda do Hospital, entrada principal da nossa cidade e uma zona problemática há vários anos, está em obras.

A tão desejada requalificação de Escola *Luciano Cordeiro*, está a decorrer.

Podia continuar:

- Ligação do bairro do Pombal à avenida Camilo de Mendonça;
- Espaço envolvente da EsAct;
- Praia fluvial da Ponte da Pedra na Torre de Dona Chama e praia fluvial de Frechas;
- Estradas tão importantes para as Freguesias como, a ligação ao Cobro, Múrias-Regodeiro, Alvites – Vale de Lagoa.

Muito há ainda para fazer, bem sabemos, mas sabemos que o estamos a fazer bem.

A ver pela desorientação dos muitos PSD's, muito bem até.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço as questões que foram colocadas e vou tentar, de forma resumida, responder áquilo que foi questionado.

Quanto ao incumprimento do Executivo socialista, relativamente a coletividades e em particular a Juntas e Uniões das Freguesias, dizer que não são seis meses, de facto são três meses, o mês de dezembro ainda não foi concluído, neste momento são os meses de setembro, outubro e novembro, para sermos verdadeiros temos de facto que dizer a verdade. Relativamente a esta questão, a verdade é que todos os Protocolos que foram assinados, neste momento têm uma cláusula que diz, sempre que possível, prevendo em casos de que os compromissos com fornecedores e empreiteiros não possam ser postos em causa, suspendendo obras estruturantes no concelho, tendo em vista as questões e os pagamentos às Juntas e Uniões das Freguesias.

Para além disso e como todos os Senhores Presidentes de Junta sabem, de facto não houve essa comunicação uma vez que nós aguardávamos, até porque foi aqui aprovado no Banco Europeu de Investimento a parte não elegível dos projetos que são financiados e portanto, como teve que ir para o Tribunal de Contas, a situação de aprovação ficou mais demorada, impossibilitando que o Orçamento Municipal pudesse saldar este compromisso para as Juntas e Uniões das Freguesias e nós aguardávamos que todo o Orçamento Municipal que não fosse utilizado junto das obras que estão a decorrer, servisse para o pagamento às Juntas e Uniões. Não foi possível, tivemos um pedido de esclarecimento do Tribunal de Contas, o que atrasou efetivamente esta transferência.

Nós de facto não fizemos essa comunicação, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia *Eurico Carrapatoso* falou e tem toda a razão, nós estávamos a aguardar que esta transferência se realizasse e portanto impossibilitou-nos, certo é, que estas transferências vão ser consolidadas durante o próximo ano e tal como foi referido a todos, lamentamos esta situação, bem como, lamentamos a situação deste diferente critério que houve no ano de 2022, relativamente aos apoios que foram dados aos eventos no primeiro semestre, que não foram dados no segundo semestre e por isso pedimos desculpa a todas as Juntas de Freguesia, que efetivamente neste segundo semestre não tiveram apoios extraordinários, em detrimento daquelas obviamente, que no primeiro semestre tiveram apoios extraordinários para a organização dos seus eventos.

Lamentamos essa discricionariedade, não foi de forma consciente que nós demos esses apoios no primeiro semestre às Juntas de Freguesia que solicitaram, mas de facto houve tratamento diferente e não houve equidade e por isso pedimos desculpa a todos os Presidentes que não tiveram este apoio e foram alguns, bem como, foram alguns aqueles que tiveram apoios extraordinários para a organização de eventos no primeiro semestre.

Relativamente a sufocar as Juntas de Freguesia, houve de facto aqui exceções relativamente a algumas transferências, nomeadamente Juntas de Freguesia que estão a pagar empréstimos por via de dívidas antigas, ou seja, que fizeram acordos em Tribunal para pagamentos de dívidas antigas e, por isso, todos aqueles que têm recursos humanos e porque queremos obviamente manter o pagamento atempado dos vencimentos e portanto, houve efetivamente essa exceção, bem como o pagamento a uma Junta de Freguesia que teve uma organização de um evento e que precisava com urgência de saldar este montante, ou seja, sempre que houve reporte de problemas por parte das Juntas e Uniões das Freguesias, que punham em causa a sua vida financeira, obviamente que tentamos acolher esses pedidos e fazer com que fossem feitas as transferências.

Quanto às questões relacionadas com o anuário financeiro, eu de facto trazia aqui um texto que no fundo e perdoem-me muitas vezes recorrer a textos, como foi na questão do Parque Eólico, porque efetivamente há situações que convém referir toda a sua amplitude e como tem vários números, convém dizer-se que:

Em relação ao enquadramento geral da atividade financeira do Município de Mirandela e esta questão podemos efetivamente também falar nela no debate do Orçamento, dizer-se que a Câmara Municipal tinha uma dívida à Sociedade Águas do Norte S.A., valores anteriores a 2018, houve efetivamente a consolidação da dívida que foi dos dois empréstimos do Saneamento Financeiro, que estavam na Caixa Agrícola e na Caixa Geral de Depósitos, as faturas dessa dívida eram de 2009, 2010 e 2011 e ainda de faturas de água no valor de 276.259,51 €, no total foram 3.365.196,00 € e em 2019 fizemos um empréstimo para renegociar dívidas de água que já estavam a ser pagas e cujas faturas eram anteriores a 2015, data do primeiro acordo de pagamento feito com as Águas do Norte, que depois cedeu os créditos ao BPI.

Vamos aprofundar isto em fase de debate do Orçamento e também é importante que se diga que esta dívida às Águas do Norte, que é a grande dívida que o Município foi acumulando até 2017/2018, está toda regularizada exceto os processos judiciais que constam da listagem de processos das Grandes Opções do Plano.

Na liquidação antecipada de créditos, nós fizemos ao Banco Europeu de Investimento em 2020, que foi um acordo de regularização da dívida com as Águas do Norte 1.905.484,00 €, todos os Senhores Deputados e Presidentes que estavam no anterior mandato estão bem lembrados, em que foi aprovado em Assembleia Municipal e depois, no BPI em março de 2021 da Caixa Geral de Depósitos os 2.113.000,00 €, às Águas do Norte 975.000,00 € de faturas Covid-19, aliás, foi uma prerrogativa que o próprio Governo lançou, 263.000,00 €, totalizando 3.352.000,00 €. Isto para se dizer que nós efetivamente consolidamos empréstimos para

podermos pagar durante mais tempo, para termos Orçamento Municipal para o investimento. Tudo aquilo que foram as questões relacionadas com a nossa prestação, também está relacionado com a consolidação de empréstimos, como digo, que foram aprovados nesta Assembleia Municipal e que também aconselho a alguns dos Senhores Deputados a irem rever todas estas situações.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Mário Vilarinho*, partilho de todas as preocupações, a saúde, como todos sabem, é uma das principais preocupações de todos os portugueses, mas também em particular dos transmontanos e dos mirandelenses e julgo que é de todo importante fazer chegar esta Recomendação, no sentido de podermos ter no nosso concelho e na nossa região, cuidados de saúde de excelência e de proximidade, agradecer a intervenção.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Jorge Humberto*, aquilo que eu proponho é fazer chegar essa informação à empresa Resíduos do Nordeste, no sentido que esta situação laboral possa ser acautelada.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Virgílio Tavares* dizer que efetivamente na última Assembleia Municipal houve um texto preparado, como é natural, os próprios Senhores Deputados utilizam textos para fazerem as suas intervenções, julgo que me assiste o mesmo direito, não considero de todo que seja um abuso de poder, considero que é uma opção estratégica do Executivo e merece tanto respeito como as intervenções dos Senhores Deputados. Apesar de entender aquilo que o Senhor Deputado *Virgílio Tavares* quer referir-se e trata-se de uma estratégia política, julgo que não faltei ao respeito a ninguém e tentei dar a resposta alargada, a todas as questões que foram colocadas. Não foi de todo um abuso de poder, quem me conhece sabe que não pratico, nem penso dessa forma e portanto, não me parece correto a forma como o colocou aqui. De qualquer forma respeito a sua posição, apesar de não concordar com ela.

Quanto ao processo de licenciamento, como tenho dito até aqui, foi um processo que decorreu como outros investimentos, foi um processo que decorreu na Divisão de Obras Municipais e Urbanismo e obteve Pareceres Técnicos, como todos os pareceres que são solicitados a entidades externas. Aquilo que posso dizer e apesar de toda a politização deste processo, parece-me que as populações, mesmo as reportagens que foram efetivamente feitas no local, demonstram também a ausência de preocupação que ao longo das últimas décadas a Serra teve, é necessário vir um projeto de investimento de um parque eólico, para que todos nós façamos o apelo à proteção da Serra. A proteção da Serra, que mesmo na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais foi efetivamente dado nota do risco que existe a nível de proteção da própria Serra.

Nós iniciamos em 2017/2018 uma Equipa de Sapadores Florestais, vão ser necessários mais Sapadores Florestais e portanto, quando fazem referência ao Parque Eólico ou às pinturas rupestres, a posição da Câmara Municipal, que foi até aqui, é que mantém resposta a todos os pedidos de licenciamento, que são entregues na Câmara Municipal, aliás, não pode deixar de o fazer por força da lei, mas também investiu, como nos últimos mandatos nunca foi feito, num projeto cultural de investigação.

Este problema, que não é um problema, eu julgo que a discussão em torno da Serra, é benéfica para a Serra, pois faz com que as pessoas tenham um olhar atento sobre a Serra, mas esta questão só surgiu porque a Câmara Municipal investiu 100 mil euros na Serra, na investigação, as próprias Arqueólogas estão envolvidas nessa investigação e portanto, se este Executivo não estivesse atento à Serra, não tinha criado uma Equipa de Sapadores Florestais, não estaria envolvido como está, na questão da investigação arqueológica e portanto, relativamente ao Parque Eólico, cumprimos o nosso papel que foi pedir Pareceres a outras entidades, no sentido de avaliar a possibilidade da sua instalação.

A Câmara Municipal está, relativamente à Serra, de consciência tranquila, fizemos tudo para que houvesse a divulgação e a preservação das pinturas rupestres, se não fosse assim não tínhamos iniciado, antes ainda desta polémica, e não tínhamos investido esta verba, que para a Câmara Municipal é uma verba substancial, é uma verba que poderia ser investida noutros locais, mas foi efetivamente investida na Serra e isto faz com que estejamos obviamente comprometidos com aquele património, mas também comprometidos com o investimento. O nosso alerta será certamente que com os compromissos anteriores assumidos, estaria posta em causa a sustentabilidade financeira do Município e por isso a nossa preocupação em tomarmos decisões precipitadas, salvaguardando todos e é esse o nosso propósito, é salvaguardar o património, salvaguardar a conduta responsável e cumprindo a lei que a Serra também nos impõe a todos.

Relativamente à questão relacionada com o Senhor Presidente da Junta de Frechas *José Carlos Teixeira*, agradeço as imagens que pudemos visualizar, não houve o reporte das dificuldades financeiras, ou seja, que existia uma dívida, agradeço que nos faça chegar essa situação para nós, quanto antes, podermos avaliar a possibilidade de antecipar o pagamento ou cumprir aquilo que está em causa.

Quanto à Assembleia Municipal de setembro, eu transmiti ao Senhor Presidente da Junta a informação que tinha do Conselho de Administração do Complexo Agro Industrial do Nordeste e do Matadouro Industrial do Cachão, a informação que tive efetivamente foi que todos os sobrantes iriam ser recolhidos, ou estavam a ser recolhidos, pelos trabalhadores do matadouro e portanto, se não falei a verdade ao Senhor Presidente de Junta foi porque não me disseram a verdade e portanto, lamento a situação, mas efetivamente eu disse a verdade que me foi comunicada.

Em relação ao cartão para estacionamento dizer que, todos aqueles que vão à Câmara Municipal podem pedir um cartão de autorização temporária para estacionamento, ou ficando no parque da Câmara Municipal, está ainda a ser estudada a possibilidade de colocação de um sinal sonoro e imagem no estacionamento, pelo menos um sinal sonoro de forma a que possam abrir o sistema da cancela e poderem estacionar no parque junto ao Paço dos Távoras.

Relativamente às despesas do GAM Móvel e do Carro de Saúde Senhor Presidente, não tenho neste momento esse relatório, de qualquer forma aquilo que lhe posso dizer é que o GAM Móvel é um projeto supra Municipal, é um projeto da Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes, é uma viatura que foi financiada pela Agência de Modernização Administrativa e que também implica a sua manutenção e avaliação, obviamente, que tem sido feita a nível de cada concelho, no sentido de avaliarmos estes serviços que são prestados às populações. Obviamente que muitos dos serviços que o GAM Móvel presta às populações depende muito da divulgação das mesmas, ou seja, se houver divulgação as pessoas acorrem à viatura móvel e daí contemos com a vossa colaboração, no sentido de divulgarem estes serviços de proximidade, que foi na altura uma candidatura intermunicipal e portanto, também na Unidade Móvel de Saúde, apesar da viatura do GAM Móvel ser elétrica e portanto não ter custos de combustíveis, na viatura da saúde efetivamente a partir de março, em princípio, vai haver um Protocolo com a Unidade Local de Saúde do Nordeste, no sentido de que todo o apoio de enfermagem vai passar a ser da responsabilidade de um projeto, que se

chama “Literacia na Saúde” e que vai passar a ser despesas partilhadas num projeto piloto, que se vai realizar aqui no concelho de Mirandela. Ainda não está o Protocolo assinado, está em vias de ser redigido, houve uma reunião preparatória com a Unidade Local de Saúde, no sentido de podermos implementar este projeto, que era um projeto que era inicial, mas que, fruto da pandemia e fruto de que os enfermeiros estavam muito focados nos centros de vacinação e todo o impacto que a pandemia teve na saúde, foi adiada esta efetivação da Unidade Móvel de Saúde no Projeto “Literacia na Saúde”.

Quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Carvalhais *Nelson Teixeira*, partilhar este Voto de Pesar e de profundas condolências à família e amigos. De facto a D. Adosinda Augusta, a “*Vovó Viral*” foi uma figura impar no nosso concelho, no país e no mundo e levou além-fronteiras a nossa cultura, as nossas tradições, o nosso “*mirandelês*”, lembro-me bem do mural à entrada de Contins, acho que é a terra que faz parte da vida dela e também foi um gosto partilhar com ela estes anos e concordo efetivamente com a questão do Voto de Pesar a remeter à família em nome de toda a Assembleia Municipal.

Em relação à intervenção da Senhora Deputada *Patrícia Bernardo*, agradecer, porque toca aqui num tema de particular importância, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, como sabem, a CPCJ é regulada pela Lei n.º 147/99, de 01 de setembro, é uma instituição oficial, não judiciária, com autonomia funcional, que intervém com vista a promover os direitos e garantir a proteção das crianças e jovens em perigo, bem como prevenir, ou por termo a situações que possam afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

A CPCJ de Mirandela, trabalha com imparcialidade, com independência, mas também com o dever de sigilo e por isso há um próprio regulamento, que regula toda a atividade da CPCJ, a Câmara Municipal tem uma Colaboradora a meio tempo na CPCJ e contribui com instalações, apoio logístico, deslocações, ou seja, tudo o que é da esfera da CPCJ é reservado à própria Comissão e temos que cumprir a lei, ver quais são as competências dentro da esfera da competência da CPCJ e relativamente à Ação Social, como todos sabem, é uma das situações que vai passar em 02 de janeiro de 2023 e aproveito para dar nota disso, para a Câmara Municipal, sendo que a intervenção vai ser de proximidade. Estamos neste momento a preparar essa situação.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Alvites *Eurico Carrapatoso*, dar uma nota que apreciei esta situação da Ata escrita como súmula e não transcrição, esta foi uma proposta que no início deste mandato foi colocada à aprovação em Reunião de Câmara, mas não teve bom seguimento, porque efetivamente a súmula é sempre difícil de conseguir e voltamos depois à ideia inicial de que deve ser a transcrição. Na minha opinião, a súmula como acontece em todos os Órgãos supramunicipais, quer na Comunidade Intermunicipal, quer na Associação de Municípios é sempre, obviamente não tem o cariz político que têm estas reuniões, tanto Reuniões de Câmara, como Sessões da Assembleia Municipal, dizer que cumprindo a lei é de facto uma súmula, mas em termos políticos e em termos de tranquilidade para todos, optou-se por fazer a transcrição, já há alguns anos que é assim e manter-se-á assim, se for essa a decisão de todos os Órgãos, mas concordo em absoluto com esta intervenção e também com a solidariedade, agradecer a solidariedade de todos os Senhores Presidentes de Junta e União das Freguesias neste tempo difícil que vivemos.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Emanuel Batista*, agradecer a intervenção, não tenho neste momento os regulamentos de apoio à produção, ou seja, pecuária, amos ter Reunião do Conselho Municipal de Agricultura, onde vão ser distribuídos todos estes documentos, está a ser preparada pelo Serviço de Veterinária, julgo que na próxima Sessão da Assembleia Municipal já poderei trazer um relatório daquilo que foi efetivamente atribuído, obviamente com o apoio das organizações de produtores pecuários que trabalham no nosso concelho.

Em relação à *Xylella fastidiosa*, tivemos uma reunião com a Senhora Diretora Regional de Agricultura e Pescas do Norte, três Municípios, Mirandela, Macedo de Cavaleiros e Valpaços, preocupados com esta bactéria que é já endémica desde 2019 na região do Grande Porto e que apareceu muito recentemente em Mirandela, mesmo ali na zona de confluência com Macedo de Cavaleiros e neste aspeto nós não temos competências que são próprias da Direção Regional e também da Direção Geral de Alimentação e Veterinária. Não conheço segredos que foram camuflados, aquilo que eu sei é aquilo que foi feito, um Edital e aquilo que nós percebemos numa apresentação que a Diretora de Serviços fez nessa mesma reunião é que é obrigatória a presença de um mosquito vetor e por isso as folhas dos olivais não constituíam ameaça. Todo o trabalho da zona tampão, da zona infetada está a ser feito pelos Técnicos da Direção Regional de Agricultura e Pescas e as análises às próprias árvores infetadas, está a ser acompanhado pelos Serviços Técnicos da Direção Regional.

Dizer-se que aquilo que saiu como recomendação dessa reunião e que vamos discutir no Conselho Municipal de Agricultura, é que nós não devíamos estar a trabalhar na erradicação, mas sim na contenção da doença, o que obriga somente à destruição das árvores infetadas e não tudo aquilo que são as espécies suscetíveis na zona tampão e devíamos passar a fazer uma contenção e não a erradicação. Em termos simples, isto quer dizer que todo o Edital que foi partilhado com as Juntas de Freguesia, todos têm conhecimento do Edital que foi elaborado e divulgado pela Direção Regional de Agricultura e Pescas, podemos e devemos acompanhar a situação, mas efetivamente temos de confiar nos Técnicos que estão a acompanhar, a realizar análises, tivemos obviamente e é uma discussão que vamos ter no Conselho Municipal de Agricultura, a preocupação dos Municípios poderem ter mais intervenção, mas a competência é da DRAP Norte e portanto, aquilo que vamos fazer e o que nós solicitamos à Direção Regional de Agricultura e Pescas, é que nos informe de toda a situação, que nos vá fazendo pontos de situação e para envolver as Juntas de Freguesia.

Dizer também que nessa reunião foram convocados os Senhores Presidentes das Juntas da área afetada e da zona tampão. Para já é toda a informação que temos, que vamos naturalmente acompanhar.

Relativamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela *Luis Soares*, dizer que relativamente à reabilitação do bairro Fundo de Fomento de Habitação, tivemos, muito recentemente, uma reunião com os condomínios e com o IHRU, neste momento sabemos que é uma operação difícil, está a ser executado o projeto para a reabilitação de todo o bairro e estão a ser feitas candidaturas dos privados.

Naturalmente que a Câmara Municipal está a fazer o projeto, não é uma obrigação direta da Câmara Municipal, mas dada a dificuldade dos próprios condomínios se organizarem e porque queremos que o projeto final seja a custos acessíveis, mas que seja uniforme em todo o bairro, desde logo a retirada dos telhados de fibrocimento, estamos a falar de 240 mais as lojas, julgo que são 251 frações, algumas são do IHRU, outras são de privados e portanto, depois o custo total vai ser por permutagem, muitos moradores são beneficiários e podem ter um apoio de 100 % e outros conforme os rendimentos do agregado familiar, podem não

ser elegíveis. Das 88 candidaturas que já chegaram, grande parte delas, 80 % são elegíveis. Também temos algumas situações que já é uma segunda habitação e portanto, esses agregados não são elegíveis, julgo que no próximo ano, no primeiro trimestre vamos ter novidades, é um objetivo porque esta Estratégia Local de Habitação vai ser implementada também neste bairro Fundo de Fomento da Habitação, a Câmara Municipal tem algumas lojas e também estão incluídas nesta reabilitação.

Quanto ao bairro do GAT, o primeiro prédio está praticamente concluído, o segundo e o terceiro prédio estão a ser realojadas as pessoas para as obras serem efetivas. É um prédio já com alguns anos e portanto, houve um investimento avultado, porque nunca teve um plano de manutenção e as infraestruturas elétricas, as canalizações tiveram todas que ser substituídas.

Relativamente à atração de investimento, é um dos objetivos do próximo ano e concordo que haja uma comissão de acompanhamento desta descentralização, que neste momento vai ser efetiva com a transferência das verbas da DGAL diretamente para as Juntas e Uniões das Freguesias e portanto, à semelhança daquilo que acontece com o Governo e com as Câmaras, temos comissões de acompanhamento na Educação, na Ação Social, também podemos efetivamente fazer um Despacho para criar esta comissão de acompanhamento da descentralização, a maior descentralização que vai ser feita é na Junta de Freguesia de Mirandela, porque a limpeza urbana e os trabalhadores vão para a tutela da Junta de Freguesia.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Rui Pacheco*, não vou fazer qualquer observação relativamente às vozes distintas, até porque não me compete a mim falar sobre isso e relativamente aos Contratos Programa, obviamente que, quer as coletividades e também temos neste momento um Regulamento de Apoios às Coletividades, que é uma obrigação legal e portanto, esta intervenção, daquilo onde estávamos em 2017 e onde estamos em 2022, obviamente com muito trabalho, naturalmente que não somos perfeitos, cometemos erros, todos nós cometemos erros, mas estou certa de que todos nós todos os dias lutamos para fazer o nosso melhor e dar aquilo que de melhor fazemos e podemos às nossas populações, no sentido de termos bem-estar e qualidade de vida. Relativamente à última frase, “que ainda há muito para fazer”, concordo e acho que o ano de 2023 vai ser um ano difícil, mas com muitos desafios e temos que transformar as dificuldades em oportunidades e desenvolvimento, obviamente que todos nós somos responsáveis por esta caminhada difícil, mas ao mesmo tempo desafiante e é um orgulho enorme trabalhar para a nossa terra.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente obrigada pelas respostas que não deu, fiz-lhe várias perguntas, mas não respondeu, no entanto queria que ficasse claro que eu, na minha intervenção não pus qualquer obstáculo em relação a preparar a sua intervenção, isso é lógico que toda a gente pode preparar qualquer intervenção. A questão que eu queria salientar é que, o facto de ter sido proferida no fim por um lado e o facto de não acrescentar nada em relação a todas as intervenções que houve aqui, sobre um tema que gerou uma Assembleia Extraordinária, é só nisso.

Senhora Presidente, já agora questionava, eu até gostei desta última parte que disse, mostrou aquilo que eu gosto de ser, todos erramos, é verdade e portanto, essa humildade fica-lhe muito bem. Neste caso das eólicas, aquilo que se passa é o seguinte, a Câmara Municipal está irredutível porque assumiu o compromisso dos anteriores Executivos e muito bem, também não é isso que está em causa, só que eu lembro, o prédio do canal, ainda recentemente uma decisão do Tribunal a Câmara decidiu que se cumprisse a decisão do Tribunal, no entanto todos sabemos o processo onde está e o prédio do canal não vai abaixo. Ora, é o que eu quero aqui referir e salientar a importância do património que existe na Serra dos Passos/Santa Comba e portanto, eu acho que a Câmara Municipal pode fazer qualquer coisa, para verificar e analisar todas estas circunstâncias que vieram ao de cima e o facto dos elementos da APA que não tinha de 2014, que existem agora e se houver lugar a que realmente haja mais importância não se fazerem as eólicas, do que se fazerem, eu acho que é esse e aí Senhora Presidente, vai de encontro aos compromissos e aquilo que a Senhora Presidente quer e que todos nós queremos, que é precisamente lutar contra a desertificação, desenvolver o concelho de Mirandela e evitar que este Executivo caia na asneira que têm caído os anteriores.

Eu lembro só dois aspetos, nós não temos Maternidade, quem acabou com a Maternidade? Foi o Partido Socialista, lembro outro aspeto, que é recente, que estamos a viver e que ainda não foi falado aqui, a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte vai ser transferida para a CCRD-N e com as consequências que isso vai trazer e eu não queria, porque estou aqui como Deputado, que daqui a uns anos se viesse a dizer que estragou-se, deitou-se fora uma cultura milenar e, na minha opinião, a minha opinião vale o que vale, mas eu sou especialista em história, tenho obrigação de alertar, sabendo que há ali o valor que há e as potencialidades que tem, não se deixar desaproveitar essas potencialidades e se possível, porque não também o Parque Eólico, mas noutra local.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu sinceramente vinha para uma Assembleia Municipal de época natalícia, mas novidades nenhuma!

Se há um discurso positivo e grande é por parte da Bancada do PS, que o PSD agradece porque as obras enumeradas foram todas projetadas, idealizadas e cabimentadas a fundos comunitários pelo PSD. Muito obrigado! Muito obrigado! Muito obrigado! O problema é para o ano, é que já não há PSD e por outro lado vejo um discurso popularucho, escondido, tal é a festa de Natal em Mirandela por parte da Senhora Presidente da Câmara. Um discurso tão pequenino e sem novidades, à semelhança do que acontece com a Cidade Natal, então a da Vila Natal da Torre de Dona Chama, já percebi que há municípios de primeira e de segunda categoria.

Senhora Presidente, quantos cabazes deu de Natal a famílias carenciadas este ano? Ainda não vi notícia da Câmara Municipal! Ai só dão cabazes quando é ano eleitoral! Vocês brincam com a pobreza! Como brincaram, se calhar, com a Avó Viral! Aproveitam-se dela quando dava votos e que depois, após a sua morte, nem tão pouco um reparo e nesta Assembleia Municipal felizmente que a Bancada do PSD por parte do Senhor Presidente da Junta de Carvalhais *Nelson Teixeira* fez o seu trabalho.

Quem não tem memória, não tem espessura humana!

Agora vamos a factos Senhora Presidente, além das obras do PSD, que eu agradeço à Bancada do PS, nomeadamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mirandela, porque sei que vai inaugurar-las, se me quiser convidar eu agradeço, gostava que igualmente também convidasse o meu Presidente do Partido.

Foi tão pronto, Senhor Presidente da Comissão Política do PS, a responder ao primeiro comunicado do PSD e agora ainda não respondeu a nenhum. Porque é que não respondeu? “A propaganda socialista não consegue esconder que o Município de Mirandela, é o 21.º Município com o maior volume de passivos financeiros, com 6 milhões de euros contraídos em 2020/2021, para quem tinha 2,5 milhões de euros para gastar na Covid-19!” Gastou metade da verba e fica a Câmara Municipal num sufoco financeiro, mas tinha 2,5 milhões de euros, isto é que é falar a verdade Senhora Presidente. Quando diz, vamos falar a verdade, eu gosto tanto quando diz: “Vamos falar a verdade”, a Senhora não fala verdade aos mirandelenses.

Depois, diz assim aqui: “A propaganda socialista não consegue esconder que o Município de Mirandela é o 34.º Município com a maior diferença negativa entre o valor de amortização de empréstimos e o valor dos novos empréstimos.” “A propaganda socialista não consegue esconder que o Município de Mirandela é o 22.º com maior diferença negativa entre o grau de execução de receitas líquidas e o grau de despesas comprometidas.” Senhora Presidente, isto é que é taxativo! Agora a propaganda desse discursozinho miudinho que nos tenta enganar, isto é que são factos! Sabem porquê? Porque a Senhora Presidente da Câmara já está no 5.º ano de mandato, não entrou ontem, nós não estamos em 2017, já estamos em 2022!

Só para terminar, Senhor Deputado *Mário Vilarinho*, o Senhor faz uma Recomendação PS ao Governo PS, sabe que o Governo PS em 28 anos esteve lá 21 anos. Vocês já se deitam abaixo a vocês próprios, é uma negação total e depois outra coisa Senhora Presidente, não vamos cá com festazinhas e festinhas, então a festa de Natal da vila da Torre de Dona Chama, eu ainda lá vou passar, eu vou-lhe dizer uma coisa Senhora Presidente... olhe, desculpem, os Senhores estão divididos?! É que a Senhora Presidente da Câmara diz assim: “Eu sou pelo contrato assinado com a empresa das eólicas, era o que faltava onerar os mirandelenses e a Câmara Municipal em 6 milhões de euros...”, e depois vocês aqui fazem assim por trás, ou ao lado, ou então são o melhor dos dois mundos: “Vamos fazer uma recomendação! Venham, venham, vamos fazer uma Recomendação.” Senhor Presidente, eu acredito mais em si do que na Senhora Presidente da Câmara, eu acho que um dia ainda vou consigo para uma campanha eleitoral, em si acredito, porque é verdadeiro, sente-se onde é que está o desenvolvimento do concelho de Mirandela e é por aí que temos que ir, outra coisa, é que temos um discurso titubeante, isto de ficar com os dois mundos, valha-me Deus. Já não sei quem é que está dividido, se é o PSD, se é o PS! Ou então a Mesa e a Assembleia Municipal!

A Senhora Presidente da Câmara agora diz que vão estudar, que vão defender o património, sabe quanto é que tirou ao EscarpArte? Menos de 10 mil euros. Sabe quanto é que tirou às coletividades de Mirandela? 130 mil euros. Sabe quanto é que isso representa? 30 %.

Senhora Presidente, Mirandela é que não pode andar aos solavancos financeiros, sob pena do desenvolvimento e os empresários não saberem com aquilo que contam para o futuro. E depois outra coisa, só há uma única rúbrica que nos muda para melhor, é o comércio, empregabilidade e inovação, se não mexermos aí, nós não vamos a lado nenhum, tantas são as lojas em Mirandela do comércio tradicional que fecham todos os dias.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu só quero fazer aqui uma ou duas pequenas ressalvas em relação ao que disse o Senhor Deputado.

Em primeiro lugar, eu penso que as interpelações são para complementar ou contrariar o que é dito na primeira intervenção, coisa que penso que não foi manifestamente feita pelo Senhor Deputado *Paulo Pinto*.

Em segundo lugar, as obras que eu elenquei, grande parte delas, como já foi aqui feito, são obras que foram alteradas, modificadas, muitas delas criadas por parte do Executivo do Partido Socialista e falar-me na Zona Industrial, quando a Zona Industrial foi completamente revisto um projeto que era completamente impossível de realizar e de ter uma execução com bons preços, parece-me manifesto mau gosto até em relação ao que está a acontecer.

Eu penso que o que o Senhor Deputado *Paulo Pinto* tentou fazer aqui foi uma coisa que penso que em psicologia se chama “efeito espelho”, que é, querermos transpor para os outros o que nós temos dentro da nossa casa. Nós não estamos divididos Senhor Deputado *Paulo Pinto*, nós, ao contrário de vocês e louvo a comunhão súbita entre a Bancada do PSD da Assembleia Municipal com a sua Comissão Política Concelhia, em completa dissonância com os Senhores Vereadores do Executivo, o que me parece que não é manifestamente estranho, porque a haver esta dicotomia ... mas não é da minha competência...

Mas esse efeito, eu só quero ressaltar aqui duas coisas: o Partido Socialista não está dividido, o Partido Socialista, como eu disse na minha intervenção, está em total e completa sintonia com o Executivo camarário, a Bancada e a Comissão Política igualmente, estão na mesma sintonia. O que há é uma coisa que lhes pode parecer estranha, que é uma cultura democrática dentro do mesmo Partido, onde há democracia e onde há liberdade para defender as suas opiniões e a sua livre vontade, reservando sempre, em primeiro lugar o interesse do bem comum.

----- O Senhor Deputado Municipal *MÁRIO VILARINHO* (PS) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queria referir apenas que a “partidite” ainda não é considerada doença, ainda!

Boas Festas a todos.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente às questões levantadas pelo Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, a verdade é que esta consciência de que todos erramos faz parte da vida, mas neste caso não erramos, se não fariamos essa *mea culpa*. Efetivamente uma das questões que eu abordei na última Assembleia Municipal cujo foco foi a Serra dos Passos/Santa Comba, dizer-se que toda a área que nós falamos pertence à REN – Reserva Ecológica Nacional e tem a jurisdição da CCDR-N.



Relativamente à questão e a comparação que foi feita com o prédio do canal, vulgarmente chamado Prédio do Canal, houve soluções que foram previstas no âmbito das nossas competências, ou seja, nós tínhamos a competência e tínhamos, obviamente com o Parecer da CCDR-N, esta solução só foi possível porque houve um Parecer favorável da CCDR-N, havia uma solução de suspensão do PDM. Relativamente a esta questão, o que aqui está em causa não é a legalidade ou ilegalidade perante a Câmara Municipal. Aquilo que está em causa é a compatibilidade ou não das duas. Nós sob o ponto de vista da legalidade e do cumprimento dos regulamentos em vigor, não há nada que seja ilegal, ou irregular portanto, não é possível comparar uma e outra decisão, aquilo que nós estamos a apelar é que, efetivamente, mesmo no âmbito da Assembleia Municipal já foi feita uma Recomendação, ou seja, os compromissos que foram tidos em conta e aquela situação que nós temos em mãos, que é o próprio licenciamento, não temos forma de tornar ilegal aquilo que é, sob o ponto de vista dos atuais instrumentos de gestão legal, até porque sendo REN é uma competência da CCDR-N.

Quanto à questão da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, este é um tema que estamos também a acompanhar, com preocupação obviamente, é objetivo do Governo fazer com que todos os serviços descentralizados do Estado tenham uma organização territorial, com base na NUT II, ou seja, região norte e a agricultura foi também incluída neste primeiro “pacote” de descentralização de competências nas NUTS II. Obviamente que não existe Ministério mais descentralizado como o Ministério da Agricultura, porque o Ministério da Agricultura tem uma descentralização efetiva no norte, com a sede aqui em Mirandela e portanto, se haveria que fazer esta descentralização, seria obviamente dar mais competências ainda do que aquelas que tem.

A situação e a decisão da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte ser enquadrada, ou ficar na tutela da CCDR-N, julgo que será irreversível, até porque já saiu uma Resolução de Conselho de Ministros, temos ainda que reavaliar a Lei Orgânica das CCDR's, que passará por uma grande visibilidade e uma grande capacidade de decisão à agricultura, como é objetivo do Presidente da CCDR-N, sendo que aquilo que nos foi garantido é que não há qualquer alteração relativamente aos trabalhadores da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte. Estamos preocupados com a Lei Orgânica das CCDR's, vai ser aí que temos que focar a nossa luta e obviamente contamos com todos, para que a agricultura, cujo centro de decisão é aqui na nossa terra de Trás-os-Montes fique e possa haver até possibilidade de trazer mais competências, quer na área das florestas, quer na área do ambiente e nós sabemos que todos estes setores estão interligados.

Vamos obviamente ter iniciativas no âmbito destas decisões, julgo que a nossa estratégia deverá ser da negociação, porque é objetivo deste Governo que, quer a Proteção Civil, quer a Segurança Social, fiquem organizados por região e não respondam à tutela governamental, respondam à tutela regional. A preocupação está em como é que vai haver esta reorganização administrativa e qual é a importância que a agricultura, cujo centro de decisão é em Mirandela, vai ter no âmbito da tutela das CCDR's. Essa é a nossa principal preocupação e vamos ter que lutar por isso, porque efetivamente a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte tem 600 trabalhadores, em toda a região norte, contamos obviamente com os Senhores Deputados eleitos pelo Partido Socialista e também o eleito pelo PSD, no sentido de serem voz ativa na Assembleia da República e junto da tutela, criando condições para que esta transferência seja tida com sucesso, mantendo o centro de decisão em Mirandela e na região de Trás-os-Montes.

Relativamente ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, ainda ontem numa festa de Natal organizada por uma associação de uma das nossas Freguesias, havia um munícipe nosso que me dizia que havia de comprar um espelho retrovisor e eu achei muita graça à figura do espelho retrovisor, porque para termos uma grande condução, devemos ter também a noção de que todas as políticas públicas e toda a gestão orçamental não iniciou a zero em 2017, a verdade é que quando terminarmos o nosso mandato não vai ficar a zero, algumas Câmaras ficam com saldo positivo, nós tínhamos dívida e por isso, o espelho retrovisor parece-me, a nível comparativo e já que diz que eu tenho um discurso miudinho, então vamos mesmo para o discurso miudinho e do dia-a-dia das pessoas, para as pessoas entenderem efetivamente onde é que estamos e o que é que herdamos efetivamente. Obviamente não herdamos só dívida, herdamos projetos e obviamente que isso é reconhecido por todos. Felizmente que não temos aquela ideia de parar todos os projetos, que na nossa opinião estavam bem concebidos e reformular todos os que precisavam de ser reformulados, até sob o ponto de vista técnico e repare, a Câmara Municipal hoje é o resultado dos últimos anos, quer a nível de recursos humanos, quer a nível de instalações, quer a nível de formação dos próprios trabalhadores e portanto, todo o concelho é o resultado das políticas públicas que foram implementadas.

Mesmo a nível da reabilitação urbana e tanto se fala da zona antiga e do centro histórico, a verdade é que as políticas de reabilitação, por exemplo, em algumas cidades começaram há 15 ou 20 anos atrás e neste momento conseguem ter um parque habitacional completamente reabilitado, mesmo que nós iniciemos, que já estamos a iniciar esta perspetiva de reabilitação, podem ter a certeza de que só daqui a uns anos é que é visível a marca da reabilitação urbana e portanto, na educação as políticas públicas de sucesso demoram algumas gerações a ter impacto. Mas temos de começar e já começamos.

Quando diz: “sem novidades”, as novidades que nós pretendemos, misturam-se com a própria realidade, eu não sou muito apologista de que tudo o que é feito pela Oposição está mal feito e portanto, diminuir aquilo que os outros fazem é sempre fácil, a crítica fácil é sempre mais acessível a todos e portanto, mesmo nas nossas Freguesias todos vós fazem aquilo que é possível, nós também fazemos aquilo que é possível, obviamente que não quisemos fazer um investimento, como fizeram outras Câmaras Municipais, que o investimento rondou os 400 mil euros, nós ficamos com 10 % desse orçamento, conscientes de que se agora conseguirmos ter uma gestão equilibrada, conseguimos no próximo ano ter mais força para podermos oferecer uma festa de Natal a todos. E por isso, eu acho, que é digno tudo aquilo que foi organizado no Natal, foi feito com a ajuda de todos aqueles que estão presentes no Jardim Natal, que são verdadeiramente muito mais positivos e mais conscientes da realidade do que nós. Mesmo na própria iluminação, houve uma diminuição substancial das zonas iluminadas.

Relativamente aos cabazes de Natal, vamos entregar 300 cabazes de Natal, com os critérios da Ação Social, uma vez que o número de cabazes que foram referenciados este ano pela Ação Social, foram acima daquilo que era normal termos e por isso vão ser entregues e não são só em épocas eleitorais, é em todas as épocas natalícias que são entregues os cabazes de Natal.

Quanto à festa de Natal na vila da Torre de Dona Chama, obviamente que eu acho que seria bom irmos todos à Torre de Dona Chama, para convivermos no espírito natalício, aproveitar o Natal para a política é o que é!

Fiquei satisfeita pelos elogios ao nosso Presidente da Assembleia Municipal, partilho os mesmos elogios. Relativamente a todas as questões relacionadas com as obras, dizer-se que existem algumas obras que vão ser feitas no âmbito deste Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano e também do PROVERE - Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos, que não havia

projeto, mas não é isso que é importante, as obras, posso referir a Rotunda, a Estação ferroviária, a ligação do Goiano, as praias fluviais, as autocaravanas, a envolvente da Escola Superior de Administração, Comunicação e Turismo, a totalidade das obras no GAT, o que estava previsto era só fazer a parte exterior, os projetos das estradas municipais, a Zona Industrial, pavilhões desportivos da Escola *Luciano Cordeiro* e da Escola Secundária, e outras que não me ocorrem.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) fez uma interpelação à Mesa:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há aqui um assunto muito pertinente, que é a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte e as suas competências, eu espero que estejamos juntos nesta luta, por mais uma instituição que o Governo central quer esvaziar, mas há aqui uma questão política e vou tentar ser cuidadoso nas palavras, se porventura viermos a perder competências junto da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, se a Dr.ª *Júlia* se vai sentir confortável, enquanto membro do Secretariado Nacional do PS? Lembro, que à data, os Presidentes de Câmara, que também lidaram com o mesmo problema e os mirandelenses, não eram membros, nem dirigentes nacionais.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado, por acaso tive a oportunidade e a felicidade de estar presente, quando houve a fusão entre a Direção Regional de Trás-os-Montes e a Direção Regional Entre Douro e Minho, na altura lembro-me bem que ficamos com a sede da Direção Regional e foi também uma luta política e uma negociação política difícil, mas conseguida, houve outras situações e não me esqueço nunca do Laboratório da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, que num Governo PSD/CDS-PP, Ministro da Agricultura do CDS-PP, que fechou aquele Laboratório e tudo o que era equipamentos foram levados, até as saboneteiras das casas-de-banho foram levadas para Vila do Conde, para o INIAV - Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, mesmo a desclassificação do Tribunal, houve uma série de situações, que vão acontecendo ao longo dos anos que são decisões políticas do Governo que nos prejudicam e portanto, não se trata de ser um Governo do PS ou de ser um Governo do PSD, a nossa terra sempre primeiro.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Deputado *Paulo Pinto*, em nome da Bancada do PSD, apresentou a seguinte Recomendação:

“Recomendação

Considerando que:

1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, Dr.ª *Júlia Rodrigues* por vezes com o patrocínio da Mesa da Assembleia Municipal, persiste em não prestar os devidos esclarecimentos à Assembleia Municipal e consequentemente, aos mirandelenses;

Considerando que:

2 – O modelo de gestão do Executivo PS, colocou-se e posicionou Mirandela, num impasse de desenvolvimento;

Considerando que:

3 – Tudo o que sempre afirmou negativamente sobre os atos de gestão de anteriores Executivos do PSD;

Considerando que:

4 – A grave situação que a Câmara Municipal de Mirandela atravessa, e que a Senhora Presidente recusa reconhecer, responder ou fornecer explicações técnicas e políticas;

Considerando que:

5 – Como o processo do Parque Eólico/Parque Pinturas Rupestres, tem sido conduzido, onde o debate ficou circunscrito a um número reduzido de pessoas, da qual foi retirado essa possibilidade à população, na qual esta opacidade política de expediente recorrente. É assim urgente e imperativo a constituição de uma Comissão de Inquérito à Câmara Municipal de Mirandela.

A Bancada do PSD.”

----- Efetuada a votação e estando 60 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 15 votos a favor, oito abstenções e 37 votos contra, reprovou a Recomendação apresentada pela Bancada do Partido Social Democrata.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A CDU votou contra esta recomendação, se assim se pode chamar, não é uma recomendação, são várias recomendações das quais o único propósito que ficou subjacente a esta Recomendação é o branqueamento, o branqueamento Senhor Deputado *Paulo Pinto*, das responsabilidades do Partido Social Democrata em todo este processo em relação às eólicas e que fique claro:

Hoje fica muito bonito, ou fica claro, quais são as intenções políticas, quer do Partido Social Democrata, quer do Partido Socialista, ou seja, vamos “sacudir a água do capote”, porque dá jeito, porque a população de Mirandela, provavelmente, eu não fiz nenhum inquérito, nem nenhuma sondagem, está contra as eólicas, mas o importante aqui e que fique claro, para quem nos ouve e para quem nos vê, é que esta situação chegou a este ponto porque como nós dissemos no início e quando a CDU requereu uma Assembleia Extraordinária sobre este assunto, houve muita gente a falar pouca verdade, muita gente, incluindo o vosso Partido, que foi poder durante muitos anos e que autorizou a instalação daquele Parque Eólico, sem garantir a salvaguarda das tais pinturas rupestres.

Que fique claro, a CDU votou contra porque não estamos aqui a favor de branquear o passado e as responsabilidades têm de ser assumidas por todos que tiveram neste processo, para o bem e para o mal.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Mesa regista neste momento a presença de 41 Membros da Assembleia Municipal, pelo que está reunido quórum e tem condições para retomar os trabalhos do período da tarde.

E relativamente a este período, informo a Assembleia Municipal, que por razões de natureza pessoal, não é possível à Primeira Secretária *Lúisa Torres*, participar nos trabalhos da Ordem do Dia, no período da tarde desta Sessão da Assembleia Municipal.

Em conciliação com os Líderes Municipais, foi concedida liberdade e autorização à Mesa de endereçar o convite para a respetiva substituição, referir apenas que essa substituição vai ser operada nos termos da Lei, que determina que na ausência ou impedimento da Primeira Secretária, a mesma é substituída pelo Segundo Secretário.

Pelo que a Mesa irá endereçar um convite a uma Deputada Municipal para fazer a substituição do Segundo Secretário.

Nesse sentido, a Mesa convida a Senhora Deputada Municipal *Graciete Ramos*, para que possa desempenhar no período da tarde as funções de Segunda Secretária. Nesse sentido, irei assumir, como determina a lei, a posição de Primeiro Secretário. Agradecer a disponibilidade da Senhora Deputada *Graciete Ramos*.

## Ordem do Dia

### 5 - Período da Ordem do Dia.

#### 5.1 - Apreciação da Informação da Senhora Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

#### 5.2 - 2.ª Alteração Orçamental Modificativa 2022.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 13/12/2022, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:**

**1 - Aprovar a II Alteração Modificativa do Orçamento Municipal de 2022;**

**2 - Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Então, 2.ª Alteração Orçamental Modificativa 2022, isto é para começar já 2023? Então ainda não acabaram 2022, andam a retirar verbas, receitas, investimentos, obras e depois já vem um Orçamento a seguir, quer dizer, ninguém se entende, confesso, sei que é prática da casa, contrariamente a outras Câmaras aqui do distrito de Bragança.

Alteração Orçamental Modificativa, então com que autoridade a seguir vamos aprovar outro Orçamento, vamos discuti-lo, quando este é cortado, é modificado, tendo em conta aquilo que foi aprovado nesta Assembleia Municipal, sob pena de ser uma contradição.

Mas o que é que ficou para trás nestes cinco milhões de euros, ou nestas verbas significativas que deixam de ser executadas? O que é que fica para trás? Certamente as expectativas dos mirandenses que são goradas.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a esta Alteração Orçamental Modificativa, a verdade é que, “ao longo do ano económico existiram eventos que influenciaram a execução orçamental, e que levaram a alterações orçamentais permutativas, ainda assim, verifica-se que existem rubricas com menor execução, que resultam em parte das candidaturas aprovadas a fundos comunitários e da maior ou menor

execução físicas das obras associadas a essas candidaturas, evidenciando a necessidade de anulações e/ou reforços face à dotação inicial, em virtude da atual execução financeira somos a propor a presente Revisão Orçamental, com uma redução global do Orçamento Municipal em 4.818.925,00 €, nos termos dos mapas em anexo.

Esta Alteração Orçamental Modificativa prevê ainda a inclusão de um novo projeto no PPI, com vista a acolher uma candidatura no âmbito do PDR2020 - “Potenciação das Dinâmicas Socioculturais em Mirandela”.

Com base na competência e de acordo com o Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, foi elaborada uma proposta de Alteração Orçamental Modificativa, do ano de 2022.

Nesta conformidade, e porque houve uma dotação inicial e uma dotação inicial corrigida, gostaria também de relembrar o nível da execução orçamental que desde o ano de 2012, no ano de 2012 nós tivemos uma execução da receita de cerca de 59 %, 2013 78 %, 2014 61 %, 2015 71 €, 2016 77 %, 2017 foi um ano eleitoral 57 %, 2018 75 %, 2019 74%, 2020 83 % e em 2021 75 %, ou seja, estamos a propor esta Alteração Orçamental, como todos os orçamentos, são documentos previsionais e portanto, propomos à Assembleia Municipal aprovação desta Alteração Orçamental Modificativa, obviamente por questões relacionadas com a execução, muitas delas relacionadas também com fundos comunitários e com a execução das próprias obras e empreitadas que são a grande fatia deste Orçamento.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, não deixa de ser caricato comprovarmos aqui e na sua apresentação desta Alteração de 4.818.925,00 € em que nós e não fica explícito o porquê deste corte, nós sabemos que e por isso é que a CDU votou contra o Orçamento do ano passado, exatamente porque a dotação que é executada em termos orçamentais fica sempre aquém daquilo que é projetado em termos de Orçamento.

E aqui o que ficou, digamos que a Senhora Presidente não nos quis dizer com esta sua intervenção, foi que houve menos transferência de capital do Estado. No Orçamento anterior a Câmara Municipal de Mirandela, eu não vou dizer que fica prejudicada, mas fica sonogada com cerca de 1,1 milhões de euros de corte orçamental, e aquilo que nos apraz dizer sobre isto é que depois, na apreciação do seu documento, apresenta mais receita própria, impostos diretos e multas e por exemplo, as poupanças com pessoal, obviamente que prevê a questão do novo projeto do PPI.

Isto só vem demonstrar que aquilo que nós muitas vezes discutimos aqui em termos de Orçamento, na sua conclusão final ficamos sempre com uma taxa de execução abaixo do que aquilo que é o expectável, empolamos Orçamentos para depois não termos a capacidade financeira, a Câmara Municipal não ter capacidade ou não ter recursos próprios, para depois poder fazer face aquilo que são as candidaturas no programa dos fundos comunitários e fica patente aqui, aquilo que a CDU no outro Orçamento demonstrou com o seu voto contra.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apenas alguns esclarecimentos, relativamente às questões relacionadas com a execução, temos aqui também alguns atrasos em empreitadas, algumas empreitadas passaram de 2022 para 2023 e já tinham passado de 2021 para 2022, naturalmente que estas candidaturas e as reprogramações orçamentais que nós fizemos no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, aliás, numa fase inicial a CCDR-N tinha critérios muito restritivos em relação às alterações de Programas, num final de um Quadro de execução de fundos comunitários, como é o presente, nós estamos obrigados a concluir todas as empreitadas até junho de 2023.

Tivemos concursos desertos, tivemos algumas empreitadas que entraram em revisão de preços, fruto da guerra e do aumento generalizado de preços a nível da construção civil e por isso, o que posso dizer é que mesmo a nível de recursos humanos, os concursos também tiveram um impacto direto nesta execução, pelo menos os novos concursos que vão abrir, o que demonstra para além de um esforço enorme na execução, mas também por outro, lado esta vontade de ter uma boa execução perante a dotação que foi corrigida do Orçamento para 2022.

Relativamente a outros Municípios do distrito, escusado será dizer que cada um dos Municípios tem a sua saúde financeira, conta com as possibilidades de ter orçamento municipal, para fazer face ao financiamento não elegível das candidaturas e por isso mesmo, o que eu aconselho a todos vocês, lerem os documentos, porque é bem visível, são informações técnicas, objetivas, rigorosas, que os nossos serviços de Administração Geral emitem para a vossa leitura e análise e portanto, está espelhado em realidade do Município e eu fiz aqui uma referência desde o ano de 2012, portanto dos últimos 10 anos.

----- Efetuada a votação e estando 49 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 36 votos a favor e 13 abstenções, aprovar a II Alteração Modificativa do Orçamento Municipal de 2022.**

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

#### “Declaração de Voto

Dizer que estas modificações orçamentais, apesar dos constrangimentos administrativos e financeiros, relembro que ao fim de cinco anos de mandato da Dr.ª *Júlia Rodrigues*, representa 5 milhões por cada Vereador, em cinco anos representar cerca de 24 milhões de euros, que Mirandela se vê privada de investimentos.

O montante deste ano é quase de 5 milhões, a Senhora Presidente da Câmara é presidente da Câmara há 5 anos, no final do mandato é uma verba exorbitante que os Orçamentos da Câmara Municipal não veem contemplados nos seus investimentos.”

### 5.3 - Orçamento Municipal para o ano económico de 2023.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 13/12/2022, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do PS e três abstenções dos membros do PSD conforme proposto:**

**1 - Aprovar o Orçamento Municipal para o ano económico de 2023;**

**2 - Submeter o referido documento à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Vou dividir a minha intervenção em duas partes começando pelo Orçamento:

“No que diz respeito ao Orçamento, destacar que, para o ano de 2023, a Câmara Municipal prevê um dos maiores orçamentos desde 2012. Analisando as rubricas do resumo do Orçamento do ano por capítulo económico, bem como o peso de cada uma delas no total, constatamos o seguinte:

- O valor e o peso das despesas correntes têm observado uma trajetória crescente, ao longo dos últimos 5 anos;
- O peso das despesas com o pessoal tem acompanhado esta tendência de crescimento, passando de 6.109.400,00€ em 2018 para os atuais 9.183.500,00€ (aumento de 50% em relação a 2018);
- As transferências e subsídios de capital continuam a ser a única fonte de receitas de capital, sendo que, de forma quase integral, estas receitas vêm de participações comunitárias;
- Confirma-se que a Câmara Municipal de Mirandela não tem capacidade financeira para realizar os investimentos necessários em infraestruturas sem recorrer a programas de financiamento comunitário. Desta forma exige-se que Câmara Municipal, mais do que nunca, esteja atenta aos programas lançados pela União Europeia e esteja capacitada para concorrer aos mesmos, algo que, pelo que é do nosso conhecimento, não tem acontecido, tendo, até ao momento, perdido milhões em investimento proveniente da UE por ausência de resposta a candidaturas;
- É necessário reforçar o grau de execução dos investimentos já contratados e financiados pela União Europeia, de forma a, em primeiro lugar beneficiar a população com novas infraestruturas e, em segundo lugar, não perdermos financiamento importante para o nosso Concelho.

Em relação à mensagem política que este Orçamento nos transmite:

Senhora Presidente parafraseando a introdução do documento que nos foi enviado:

- “As Grandes Opções do Plano constituem um fator estruturante da organização e gestão autárquica. O Município de Mirandela reafirma que o objetivo é estabelecer “uma governação de proximidade baseada no princípio de subsidiariedade.”
- “A intervenção social, dedicada, humana e consistente atravessará os eixos de intervenção autárquica numa forma particular. Enfrentaremos o envelhecimento com patrocínio de bem-estar, de conforto e melhoria das condições de vida. Assumiremos a vida potenciando soluções para os mais jovens, apaixonando-os pela TERRA, pelas tradições e identidade.”

Não minto, fiquei com muitas expectativas sobre as grandes opções do plano e o respetivo orçamento municipal, o maior dos últimos tempos, mas com o desfolhar das 239 páginas que o documento contém essas expectativas foram-se desmoronando com a falta de sentido estratégico para algumas das áreas que considero mais importantes para o desenvolvimento de Mirandela, nomeadamente os jovens e agricultura.

Em relação à agricultura a importância que este Executivo dá resume-se a 4 menções distribuídas pelas 239 páginas deste documento, onde três delas são referentes ao Conselho Municipal de Agricultura (mas da sua atividade nem uma palavra) e uma quarta quando se aborda o Orçamento em concreto. Olhando então para os valores destinados à agricultura do concelho podemos verificar que estão destinados 152 mil euros para este setor, numericamente é bom, os meus parabéns, porém... só representa 0.33% de um dos maiores orçamentos municipais de que há memória. Mas se olharmos para as rubricas que estão inseridas nesse valor verificamos que dos 152 mil euros, 150 mil euros são para a conclusão do regadio de Contins (investimento importante) e ficam 2 mil euros para tudo o resto. Se fizermos uma conta simples 2000€/659km<sup>2</sup>, temos uma quantia de 3 euros por quilómetro quadrado de aplicação do orçamento municipal para o setor que abrange a maior área do nosso concelho. Numa altura em que atravessamos graves problemas relacionados com o setor e que se vão agudizando cada vez mais (efeitos da seca, desertificação e consequente falta de mão de obra, os problemas que advêm das alterações climáticas) era importante que este executivo que é dotado e faz-se acompanhar de excelentes elementos com capacidade técnica e conhecimento da área conseguissem ser mais proativos no que aos interesses do setor dizem respeito. Mas não, não ouvem o setor e governam sozinhos. Não ouvem o conselho municipal de agricultura, um órgão bastante participado e que tem discutido alguns assuntos importantes, estivesse a Senhora Presidente atenta ao que lá se diz e talvez tivesse a capacidade de verter neste Orçamento medidas simples, mas que fariam a diferença na atividade do setor. Por outro lado, a importância que este executivo dá a este órgão é tão insignificante que realizará a reunião deste conselho municipal da agricultura três dias depois da aprovação ou não deste orçamento nesta casa. Percebeu-se agora o porquê de não pedir um parecer aos elementos que compõem o Conselho Municipal da Agricultura, pedir um parecer sobre 2000€ era humilhar um setor que tanto dá ao nosso concelho.

E os jovens Senhora Presidente? Já lhe tínhamos feito esta pergunta em tempo de eleições autárquicas e renovamos a pergunta. E os jovens? Sabemos que não estar rodeada de jovens torna-se mais difícil perceber os seus anseios e dificuldades, e neste sentido surgiu à época a nossa crítica ao facto de nas listas do Partido Socialista não existir nenhum jovem em lugar elegível e tendo apenas nesta casa apenas dois jovens (social-democratas diga-se de passagem) no meio de 60 elementos não nos impede de reivindicar mais e melhor ação para com os jovens da minha, da sua, da vossa e da nossa terra, *slogan* que a fez ganhar as eleições. Os jovens

são necessários para garantir a continuidade do nosso concelho e só com políticas muito assertivas e positivas é que conseguimos fixar cá pelo menos os jovens oriundos do nosso concelho e porventura alguns que se revejam no nosso concelho como um lugar ideal para constituir família, mas assim não! O Orçamento Municipal para 2023 não garante medidas de apoio para a atração e fixação de jovens no concelho de Mirandela porque não são contempladas propostas que criem diferenciação em matéria fiscal, habitação e fixação de empresas. Considero urgente criar incentivos para que os jovens escolham Mirandela para iniciar ou continuar os seus projetos familiares, de modo a combater a atual inflação que atinge todas as famílias, mas também pelo cenário demográfico negativo que Mirandela tem registado nos últimos anos, situação que não é contemplada neste orçamento municipal. Senhora Presidente os jovens são o futuro do nosso concelho. Atrair jovens resulta num concelho mais dinâmico e mais atrativo a novos investimentos. Novas pessoas significam mais mão-de-obra qualificada para que assim Mirandela volte ao caminho do desenvolvimento. Por fim digo que não consigo descortinar qualquer inovação em matéria de fixação de empresas e captação de investimento privado para o concelho. Também no que ao órgão consultivo a que esta área diz respeito, o Conselho Municipal de Juventude, pouco ou mesmo nada foi questionado em relação ao Orçamento Municipal. Ficou apalavrada uma reunião para o mês de dezembro, mas ainda nenhuma convocatória chegou aos seus conselheiros, lá está, pedir um parecer a mais um conselho municipal sobre nada já não era humilhar esse setor da sociedade, mas sim humilhar o próprio executivo. Sabemos que os jovens são poucos, sabemos que com estas políticas menos vamos ser no futuro, talvez seja esse o objetivo. Mas há uma certeza que tenho, este executivo não quer mesmo saber de nós.

O ano de 2023 será mais um ano sem rumo e sem noção das obrigações deste executivo. Este é um orçamento que apresenta uma multiplicidade de investimentos, mas que, do qual duvidamos da capacidade do município em executar todos os investimentos previstos. Conforme tem sido habitual, o executivo da Câmara Municipal apresenta-nos orçamentos com valores de montantes avultados, contudo, no final de cada ano, constatamos que o executivo municipal demonstra-se incapaz de executar entre 4 a 5 milhões de euros daquilo que inicialmente estima (entre 2018 e 2022 todos os orçamentos culminaram com a execução nominal com diferenças de 4 a 5 milhões e hoje já procedemos a essa modificação orçamental). Desta forma, no início de cada ano, criam-se ilusões de que tudo se concretizará, sendo que, sucessivamente as concretizações de alguns projetos continua a ser adiado no tempo. Estes sucessivos adiamentos confirmam-se com a necessidade de a Câmara Municipal ter recorrido a 12 empréstimos do Banco Europeu de Investimentos para conseguir concretizar projetos financiados, uma vez que os prazos de execução dos investimentos terminam no ano de 2023.

Novamente, o Orçamento Municipal demonstra-se um “elefante branco”, com a previsão de valores capazes de fazer inveja a concelhos maiores que o nosso, mas que nas Prestações de Contas sai “de fininho”, com execuções anímicas no investimento (capital) e engordando as despesas do dia-a-dia (despesas correntes) sem as conseguir transformar em despesas reprodutivas. O Executivo Municipal tem-se reduzido à gestão diária, reagindo aos problemas dos diários, sem capacidade de os antecipar ou prevenir, e com uma capacidade de inovação demasiado curta.

Assim, Senhora Presidente, uma vez que estamos perante o maior Orçamento dos últimos 10 anos, muito por força dos projetos que terão de ser concluídos até meados de 2023, mas que facilmente se percebe que a grandeza do Orçamento não se coaduna com as finanças do Município e que este Executivo não sabe gerir as apregoadas “contas certas” que o Partido Socialista tanto fala, pedimos resposta para algumas questões Senhora Presidente:

1. Este Orçamento é tão contraditório que é um dos maiores de sempre a nível de bolo total, mas também é negativamente um dos maiores cortes que as Juntas de Freguesias e coletividades já sofreram. Qual é o motivo deste corte Senhora Presidente?
2. É perceptível que até 2027 não irão existir obras no Piaget, isto é mais uma machadada no coração da pérola do Tua, é mais uma pedra no caminho daqueles que embelezam qualquer cerimônia onde a Senhora Presidente e os Senhores Vereadores marcam presença. Mais uma contradição que se encontra neste Orçamento, porque nas Grandes Opções do Plano é mencionado que este executivo quer “continuar” a apostar na cultura e educação. É isto que vocês têm para dar?
3. Mais uma contradição, andamos com um alarido de magnitudes nunca vistas a discutir se os *motards* podiam ou não passar na ponte Eng.º *Machado Vaz*, se os bombos podiam ter consequências negativas nessa infraestrutura, fechamos ao trânsito na altura do lançamento do fogo-de-artifício, colocamos placas e letreiros luminosos para que todos saibam que é proibida a circulação de veículos com mais de 30 toneladas e pasmem-se nem um euro para a reabilitação dessas infraestruturas. Qual é a preocupação deste Executivo com a segurança dos seus munícipes?
4. E o projeto do Mercado Municipal e respetivo estacionamento? É tão bonito fazer duas feiras em dias seguidos como vai acontecer esta semana e depois dizer assim “ah e tal, nós fazemos, os comerciantes é que não aderem”. Sabe porque não aderem Senhora Presidente:
  - a) Porque não existe estratégia;
  - b) Porque a decisão é toda do Município;
  - c) Porque os Senhores não ouvem o tecido empresarial;
  - d) Porque não sabem e não correspondem aos seus anseios.
5. Senhora Presidente, saia do seu gabinete e vá dar uma volta pelo comércio local, vá ao Mercado Municipal e veja com os seus próprios olhos aquilo que ali se passa.
6. Qual a estratégia para o setor da habitação? Que podemos esperar deste Executivo? Continuamente, são apresentados planos mas nunca vemos a sua execução nesta área cada vez mais importante do concelho.
7. No saneamento, as construções das ETAR de Miradeses, Vale de Salgueiro e Múrias continuam sem previsão de concretização. Investimentos importantes para as populações, que apenas figuram no Orçamento para serem vistas e não para serem executadas. Quando poderão estas pessoas contar com estes investimentos?
8. No próximo ano será concluída a expansão da Zona Industrial, mas qual a estratégia para atrair novas empresas? O que tem sido feito na Diplomacia Económica? Recordo que esta foi uma pasta assumida por si, contudo, voltou a ficar tudo no papel e nas palavras

Termino com o alerta que este (tal como os anteriores) continua a ter um sublinhado laranja, heranças que raramente faz questão de referir. Mas descanse Senhora Presidente, a partir de meados de 2023 deixa de ter qualquer interferência na escolha dos planos que

este Executivo tem para os nossos destinos. A partir de meados de 2023, vamos saber o que vale este Executivo. Senhora Presidente, vai ter o caminho livre para mostrar aquilo que quer para Mirandela. Aguardamos tranquilamente, mas aguardamos sem grandes expectativas, porque já deu provas de que muito pouco podemos esperar deste Executivo.”

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Confesso que estou a fazer as minhas alterações, porque de facto querermos só uma parte da herança e não querermos a outra é um pouco ambíguo. E parece-me um pouco estranho o Senhor Deputado *Carlos Carvalho* falar tão negativamente de um Orçamento e depois terminar com a “cereja no topo do bolo” a dizer que é um orçamento alaranjado ainda, como se a responsabilidade fosse do PSD. Bom, se a responsabilidade é para o bom é para o bom, se é para o mau é para o mau, agora não podemos escolher a parte que queremos do “bolo” ou da herança!

Eu não vou entrar em detalhes de análise exaustiva do documento, rúbrica a rúbrica, esse trabalho já foi feito, os Grupos Municipais foram ouvidos, atempadamente deram os seus contributos à realização deste documento orientador da ação executiva para 2023 e é nisso que também me parece que há aqui alguma confusão, pelo menos na intervenção feita há pouco por parte do Senhor Deputado *Paulo Pinto*, em o que é que é um Orçamento, o que é que não é um Orçamento, em relação a haver uma alteração de um Orçamento que está ainda em vigor, o Orçamento que nós estamos a aprovar hoje, entra em vigor dia 01 de janeiro de 2023, até lá vigora um que é preciso terminar e neste caso, como tem sido tradicionalmente e o Senhor Deputado *Carlos Carvalho* fez questão de referir, de uma forma muito inteligente, pegou só no espaço temporal até 2017, mas eu lembro-o que se recuar e se quiser recuar, ou se não quiser eu quero e vou recuar, porque isso é uma prática corrente e não começou em 2017, aliás, atrevo-me mesmo a dizer que nos últimos 10 anos não houve um Orçamento que não tenha tido uma Alteração Orçamental aqui aprovada nesta altura do ano. É assim, aliás, porque um Orçamento não deixa de ser uma previsão de receitas e despesas de uma família, empresa ou organização, relativas a um período temporal e há as alterações.

Eu bem sei que a “meca” do PSD de Mirandela é Bragança, mas Bragança tem um histórico que eu aqui louvo, em relação ao Partido Social Democrata foi que pelo menos nos últimos 20 anos nunca deixou a Câmara em Saneamento Financeiro, coisa que o PSD de Mirandela deixou ainda há bem pouco tempo.

Fazendo aqui uma pequena análise ao Orçamento, já nas intervenções aqui proferidas durante a manhã, quer pelo PS, quer pela Oposição, foram feitos reparos, foram dadas opiniões e lançados números que consideramos importantes, eu só quero fazer aqui um sublinhado neste Ponto, vamos aprovar hoje aqui, eu confio e tenho a certeza que vai ser aprovado, um dos maiores orçamentos da história de Mirandela, quase 46 milhões de euros a serem aplicados no ano de 2023. Mas também quero deixar aqui bem claro uma coisa, é que é um Orçamento que apesar de todo este valor, mantém as taxas mínimas de cobrança de IMI, mantém a taxa de retenção de IRS no mínimo. Nunca é demais falar nisto, porque é dinheiro anteriormente cobrado em excesso, que fica diretamente nos bolsos dos mirandelenses e das famílias.

Eu quero, porque aqui de manhã foi falado nisso, a preocupação sobre as contas e essa questão do anuário contabilístico de 2022 e fala-se aqui numa série de coisas, o Senhor Deputado *Paulo Pinto* ficou muito preocupado por a Comissão Política Concelhia do Partido Socialista ainda não ter respondido, mas estamos aqui também em sede própria, porque estamos aqui em sede política a fazer essa discussão e eu também quero falar, porque se falou aqui muito nos empréstimos, que sabemos perfeitamente porque é que foram contratados, sabemos que os empréstimos que foram feitos foram todos para obras estruturais e foram feitos para a consolidação de outros empréstimos anteriores.

Eu quero deixar aqui bem claro uma coisa, é que se fala no endividamento, o endividamento ainda está, ainda está e refiro isto com um sublinhado especial, 8 milhões de euros abaixo da taxa de endividamento considerada limite, 8 milhões de euros. O PSD devia ser a última força partidária a poder falar neste tipo de contas e neste tipo de preocupação. Eu espanto-me, quando uma das preocupações para as GOP's que são aprovadas aqui hoje, por parte do PSD, é a Esproarte, eu confesso que fico de “cara à banda” com o que eu considero uma desfaçatez, para não dizer mesmo uma falta de vergonha, o PSD hoje aqui, que interveio anteriormente a mim, referir como grande preocupação que a Esproarte, o edifício hoje dado à Esproarte não vai sofrer obras até 2027, eu confesso, vocês conhecem o edifício? Conhecem as condições do edifício? Conhecem as condições onde o PSD teve a mesma escola durante 30 anos? Parece-lhes uma preocupação? Ou parece-lhes que estavam melhor anteriormente? Foi com este Executivo camarário no mandato anterior, que a Esproarte teve pela primeira vez um edifício digno, que faz jus à importância que a Esproarte teve, tem e que continuará a ter durante os próximos anos. E falar disso hoje, como se o edifício estivesse decrépito, como se o edifício estivesse a necessitar de umas obras fundamentais e importantíssimas de hoje para amanhã, não passa de demagogia política.

Eu também quero aqui referir e já foi falado de manhã e eu tenho de voltar a falar nesse assunto, sobre os cortes financeiros que as instituições vão ter. Bom, em 25 instituições, entidades, clubes, o que quer que lhe chamemos, apoiados neste ano de 2022, 1/3 vai ser reformulada a sua dotação, 2/3 manterão a mesmíssima dotação financeira que têm no ano de 2022 e se tivermos todos o cuidado, a honestidade, de fazer uma análise muito fria sobre a realidade e as circunstâncias em que as mesmas instituições estão hoje, mesmo até com cadernos competitivos completamente diferentes do que tinham no ano anterior, parece-me completamente lógica e justificável esta alteração, mas, mais uma vez, queremos criar aqui o alarido de fazer um drama onde ele não existe.

Eu digo isto, saiam, o Senhor Deputado *Carlos Carvalho* falou e bem, para a Senhora Presidente, saiam, eu dou o mesmo conselho, saiam, falem com as pessoas, falem com as instituições, falem com as Juntas de Freguesia, falem com a Esproarte, falem com todo o tecido de Mirandela e perguntem a esse mesmo tecido, se hoje estão melhor ou pior do que estavam há quatro anos? Perguntem às pessoas da Zona Industrial e aos industriais de Mirandela se estão ou não com vontade que rapidamente terminem as obras de uma Zona Industrial moderna e funcional que este Executivo acabou por compor de um disparate que estava feito anteriormente.

E eu quero só aqui falar nas GOP's muito telegraficamente, porque não quero falar demasiado sobre algumas coisas. Nós tivemos e temos e vivemos uma situação completamente diferente e vivemos uma situação, em que as alterações climáticas, as mudanças no nosso mundo vão ser cada vez mais evidentes, vão ser cada vez mais prementes e vão ser cada vez mais frequentes e eu fico muito contente em ver que há uma preocupação neste Orçamento com algum tipo de gestão de águas, de caudais de água, porque o ano e o verão de 2022, um ano extraordinariamente seco, um ano de grandes dificuldades, seja para o comum mirandelense, muito pior

para os agricultores, temos de olhar para isto, para a gestão e para a poupança de águas com olhos e com uma premência e com uma importância muito mais marcada, a sustentabilidade do ambiente, sim é importante, a gestão das albufeiras recorrentes desta requalificação dos açudes, sim é muito importante, porque só esta sustentabilidade faz com que possamos depois manter o nosso dia-a-dia, manter o nosso dia-a-dia enquanto cidadãos, manter o nosso dia-a-dia enquanto empresários, manter o nosso dia-a-dia enquanto comerciantes, enquanto empresários setor da indústria.

Fico também contente em ver que há uma proposta de uma requalificação da rede de transportes urbanos, uma coisa que começou errada, começou com uma ideia boa e aqui louvo quem teve a ideia, na altura o PSD, mas que foi sempre adiada e adiada e adiada, a questão da criação das rotas, a questão da criação dos pontos de entrada e de saída da rede de transportes urbanos, coisa que está vertida neste Orçamento e nestas Grandes Opções do Plano, também aqui a questão mais uma vez das ETAR's, das águas, temos tido recorrentemente os Presidentes de Junta, com toda a legitimidade a defenderem e com a preocupação das suas ETAR's e haver aqui uma requalificação para a sustentabilidade correta deste tipo de serviços.

A estratégia urbana de habitação, a estratégia urbana que foi um projeto lançado agora e que está vertido para isso, as obras do GAT também dão uma importância, como é a estratégia de aquisição dos edifícios para a requalificação do centro urbano, criar aqui e é uma resposta também à necessidade que os jovens têm de fixação e se calhar por aqui se começa, ou é uma medida muito importante.

Vou terminar aqui com outra coisa, temos também aqui nas Grandes Opções do Plano, outra vertente que é, além da requalificação, do fim da requalificação das obras de rede escolar, projeto iniciado há já muitos anos, mas temos finalmente as obras da Escola *Luciano Cordeiro* a serem terminadas, mas temos já previsto, nestas Grandes Opções do Plano, a requalificação dos pavilhões das escolas, coisa que não foi acautelada devidamente na primeira vez e que consegue ter o pormenor na Escola Secundária de ter sido requalificada toda, de ter sido requalificado um piso, não foi requalificado o teto, o que faz com que o projeto inicial tenha ido quase por água abaixo.

Eu podia estar aqui durante muito tempo, a versar sobre as mais-valias deste Orçamento, é lógico que este é um Orçamento que deve ser medido com a importância que obviamente ele tem, nós estamos muito otimistas para a execução deste Orçamento de 2023 e obviamente que iremos votar favoravelmente a sua aprovação.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu antes de começar a minha intervenção, falando diretamente sobre aquilo que vem plasmado na questão do Orçamento, fica claro duas situações, ouvindo o Senhor Deputado do PSD e ouvindo o Senhor Deputado do PS, ficamos quase na certeza de que, está tudo muito mal e o que vai ser o melhor do mundo! E obviamente que entre o melhor do mundo e o muito mal, há aqui um espaço que é a realidade e obviamente que a realidade não tem a correspondência, nem de um lado, nem do outro e aquilo que faz falta e entrando agora naquilo que é o Orçamento, é nós percebermos qual é a estratégia da Câmara Municipal para o ano que vem e obviamente que, quando nós falamos em Grandes Opções do Plano, eu pergunto se há aqui alguém nesta Assembleia Municipal se se lembram quais eram as Grandes Opções do Plano do ano passado para este ano?

Provavelmente ninguém se lembra e provavelmente não se lembram porque estão plasmadas as do ano passado neste ano e vão continuar para o ano a seguir. Isto é tudo muito bonito quando nós falamos em Orçamento e quando embelezamos de uma forma muito *sui generis* hoje, hoje é tudo sustentável, até a contratação pública é sustentável, utilizamos todo um palavreado da moda, é tudo muito limpinho, é tudo muito certinho!

Mas a pergunta que tem de ser por aqui nesta Assembleia Municipal e visto que este é o maior Orçamento que está para ser implementado dos últimos 10 anos, se podemos dizer assim, qual é que vai ser a sua taxa de execução? Qual vai ser a sua taxa de execução? E, nós olhando para os outros orçamentos anteriores, ficamos sempre aquém da taxa de execução desses orçamentos.

Olhando para o tecido de Mirandela e para a sua existência, nós conseguimos todos, provavelmente, fazer uma reflexão e termos a perceção de que é preciso muita coisa, que falta muita coisa em Mirandela, principalmente obras publicas, obras estruturantes e acho que neste Orçamento aquilo que devia estar implementado e devia ser uma batalha, não deste Orçamento, mas dos últimos orçamentos de há 10/15 anos atrás, é o que é que nós podemos fazer para melhorar a vida dos mirandelenses e a única forma de o fazermos é criar infraestruturas, primeiro para que as pessoas fiquem cá e se sintam cá bem e depois, obviamente, que se desenvolva o tecido económico e social da nossa terra.

Senhora Presidente, a habitação, falta e vai continuar a faltar habitação a preços acessíveis e a construção de uma política de habitação municipal verdadeiramente social e equilibrada. Reconhecem que a garantia deste direito é uma responsabilidade do poder central, mas devem não poder aceitar uma Câmara que apresenta tímidas respostas, perante os dramas de famílias que vivem sem condições.

A CDU foi ouvida na auscultação que o Executivo fez para apresentar propostas para este Orçamento e apresentamos propostas, obviamente que a Câmara Municipal fez aquilo que a sua ideologia política, ou a sua opção política foi noutra caminho. Era ou não era estruturante, nós pensamos no Mercado Municipal reestruturado, um Mercado Municipal que atraísse não só aquilo que é o mais importante do nosso setor económico da nossa região que é a agricultura. Onde os pequenos produtores e hoje a moda, continuando a moda hoje, as dificuldades da vida são as imposições da guerra, são as imposições do Euro, são as imposições da pandemia e agora são as imposições das taxas de juros do Banco Central Europeu, ou seja, todos nós temos a consciência de que vamos viver momentos difíceis e nesses momentos difíceis há muita gente que de difícil, com esses tempos não vai ter de certeza absoluta e o que era importante era exatamente a questão da requalificação do Mercado Municipal de Mirandela, uma obra estruturante, para o desenvolvimento, não só económico do setor agrícola, mas também do setor comercial.

A questão dos transportes, da mobilidade, faltam os transportes públicos e essa responsabilidade foi "atirada" para cima das CIM's, CIM's que, como os Senhores Deputados sabem, nós não votamos na componente das CIM'S, as CIM's são eleitas pelo conjunto de Presidentes de Câmara, que elegem o Presidente da CIM e que, provavelmente na sequência daquilo que tem sido a política, não é de descentralização, nem de regionalização, mas é de concentração de poderes em órgãos que não são eleitos democraticamente.



Não temos um Plano de Mobilidade, não temos a linha férrea a funcionar, a consequência das transferências da administração central para a administração local é uma vergonha. Os Senhores Deputados não sabem, mas o que está em cima da mesa ao longo destes últimos 15 anos, sucessivos cortes de dotação orçamental do nosso Orçamento de Estado, já vai em cerca de 2,5 mil milhões de euros que são cortados às autarquias locais nas suas transferência e hoje falamos aqui daquilo que tem de ser o papel de uma autarquia, quando o principal responsável pelo atrofamento financeiro das autarquias é o próprio Estado, naquilo que são os seus cortes já sai em 2,5 mil milhões de euros de cortes nas transferências para as autarquias.

Senhora Presidente para a cultura, olhando para aquilo que vai ser a dotação para a cultura e desporto, fica muito aquém do que era expectável, tivemos dois anos de pandemia em que praticamente todo o setor da cultura esteve parado, por imposições de saúde, orçamento esse que a Câmara Municipal não o gastou, mantendo-o em caixa e olhando para este ano, quando já não temos o impedimento da pandemia, temos um Orçamento tão limitado, tão pouquinho, tão pobrezinho que quase que nem vale a pena fazermos referência a isso.

E por fim Senhora Presidente, olhar para este Orçamento é olhar para o Orçamento anterior, para o Orçamento anterior ao anterior e Plano Estratégico para o Desenvolvimento de Mirandela, ficamos muito aquém.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradecer as intervenções que foram feitas, até porque é uma oportunidade para complementar informação que consta do documento que foi enviado para todos, relativamente às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento para o ano económico de 2023.

Sejamos claros que desde 2012, a execução tem aumentado, ou seja, nós em 2012 tivemos uma execução de 19 milhões de euros de despesa e em 2021 tivemos uma execução de 30 milhões de euros de despesa e portanto, os orçamentos apesar de serem maiores a execução também tem sido muito maior, mais 11 milhões de euros nestes 10 anos.

Em relação à intervenção do Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, dizer que e vou abordar de forma muito resumida o que foi dito, até porque o valor e o peso das despesas correntes têm obviamente uma justificação, tem a ver com as atualizações salariais, com o desbloqueamento das carreiras e portanto, esse tem um peso muito grande, quer as horas extraordinárias, quer os subsídios de Natal e de férias são indexados aos correspondentes valores, depois também e já foi um assunto que foi aqui amplamente debatido, que foi o peso dos recursos humanos da educação, estamos a falar de 81 trabalhadores que, com a descentralização de competências foram afetos ao quadro de pessoal da Câmara Municipal, isso já foi aqui várias vezes referido e que tem um peso significativo nos recursos humanos e nas despesas correntes portanto, quando falamos em 50 %, estamos a falar também nas mobilidades intercarreiras, tivemos a oportunidade de introduzir este fator de justiça entre os trabalhadores, que foi a mobilidade intercarreiras, e depois também, este ano e bem, atribuímos o subsídio de insalubridade e penosidade que também tem um impacto direto nas despesas correntes. Mas realmente o grande bolo é por um lado as atualizações salariais, como nós sabemos no próximo ano já está contemplado em orçamento as atualizações e por outro lado, a incorporação no quadro de recursos humanos dos trabalhadores Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais das escolas.

Efetivamente nas receitas de capital falamos em participações comunitárias, em todos os pequenos, médios Municípios deste país, obviamente que o investimento está muito relacionado com os fundos comunitários e perdoo-me fazer esta correção, a Câmara Municipal de Mirandela tem tido uma prestação notável no que diz respeito a reprogramações e a novas candidaturas, ainda agora estamos a candidatar-nos a duas creches, que é uma necessidade, uma aqui em Mirandela e outra na Torre de Dona Chama, estamos a preparar os projetos até ao final do ano e portanto, nós não perdemos milhões, nós conseguimos efetivamente fazer candidaturas e adaptar aquelas que tínhamos ampliando-as, por exemplo a envolvente do Santuário de Nossa Senhora do Amparo, aquela obra que foi já concluída no anterior mandato, fizemos também a requalificação do bairro Vale de Cerdeira tentando ir buscar fundos comunitários e portanto, quando nós falamos em orçamentos municipais, estamos a falar obviamente muitos dos investimentos que são feitos, são feitos também com o apoio de fundos comunitários. Isso é, sempre que as receitas próprias não são substanciais, do que é natural e normal nos Municípios em áreas com mais despovoamento do que nos centros urbanos.

De facto nas 239 páginas, como disse, tem quatro menções à agricultura, estou certa de que antes de 2017 não tinha nenhuma, porque efetivamente as competências na área da agricultura não foram transferidas para as autarquias e portanto nós temos, a nível do Ministério da Agricultura, as estruturas descentralizadas que já foram faladas aqui hoje e é certo que os Municípios nunca tiveram intervenção num setor que para nós é fundamental e por isso criamos o Conselho Municipal de Agricultura e efetivamente criamos um regulamento de apoio às produções pecuárias e também temos consciência de que a Câmara não deve exercer competências que não são próprias e não pode ter intervenções diretas de financiamento, para além daquilo que são os financiamentos também comunitários, que constam das candidaturas do Ministério da Agricultura e que são pagas pelo IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescar I.P., por isso estamos certamente no bom caminho, tendo em vista também que a agricultura tem mecanismos próprios de financiamento onde não nos devemos sobrepor, porque naturalmente iria ser uma duplicação daquilo que são fundos do Estado.

Nunca decidimos sozinhos, aliás, uma das funções do Conselho Municipal de Agricultura é efetivamente debater o setor e pedimos sempre, como sabe, pareceres e ouvimos e por isso é que estamos a falar nisto, porque antes de 2017/2018, quando foi constituído, nem aqui podíamos falar nesta situação. Portanto, nunca humilhando um setor, que é um setor estruturante para o nosso concelho.

Relativamente aos jovens, eu julgo que não há nada de mais investimento do que o investimento nas escolas, que tem sido feito ao longo dos últimos cinco anos, nós passamos de um Parque Escolar completamente obsoleto e até foi uma das bandeiras dos alunos e da Associação da Escola Secundária e justiça seja feita, foi um projeto, que à data, foi elaborado no Executivo anterior e desde 2017 até hoje tivemos, quer na eficiência energética, quer nas condições de bem-estar dos nossos alunos, temos tido um grande melhoramento de todas as infraestruturas. E depois, todos os apoios que são dados as nível de contratos-programa com as coletividades culturais, recreativas e desportivas, que não é mais do que um investimento nos jovens. É um investimento no desporto, mas é um investimento também nos jovens para que possam ter qualidade na oferta e manter a sua saúde.

Quanto às medidas de apoio, um dos fatores decisivos para fixação de pessoas e casais jovens é a habitação, nós temos no concelho de Mirandela, em particular na cidade de Mirandela um grave problema na habitação, uma vez que fruto de termos estudantes,

temos um aumento substancial no mercado de arrendamento, o que faz com que a habitação seja cara e portanto, temos que estabelecer, para além da Estratégia Local de Habitação, outros mecanismos para termos habitação a custos acessíveis, em particular para os casais jovens.

As Bolsas de Estudo também foram uma iniciativa deste Executivo, a nível de projetos financiados, como é a Estratégia Local de Habitação, pretendemos obviamente fazer a diferença. Dizer também que nós tivemos 18 candidaturas na Estratégia Local de Habitação, estão 18 candidaturas em análise, na zona mais antiga da cidade, para entretanto podermos executar a nível de requalificação de edificado. E depois também, dizer que todo o investimento que é feito, que foi aprovado aqui na Assembleia Municipal de financiamento da Mircom, também é um investimento no comércio e estamos a falar de praticamente 100 mil euros por ano e por isso não nos podemos esquecer daquilo que nós aprovamos e também não devemos ter memória curta em relação às contas.

Relativamente às questões das Juntas e Uniões das Freguesias e coletividades, é notória a diferença depois da assinatura do Protocolo e é reconhecido pelos Senhores Presidentes, da diferença de autonomia que houve e portanto, relativamente a esta situação julgo que está mais que dito e julgo que houve uma diferença substancial na própria autonomia. Relativamente às coletividades, dizer-se que temos algumas coletividades cujas despesas mensais são pagas através do Município, falamos em despesas fixas, como água, luz e havendo um aumento destes custos que são pagos pelo apoio municipal, obviamente que este controlo de despesa que é feito na Câmara Municipal terá também de ser pedido às coletividades, uma vez que as despesas mensais, como acontece em todas as nossas casas, estão a aumentar substancialmente.

Foi esse esforço que se pediu a todas as coletividades que teriam um apoio a nível de contrato-programa superior a um determinado montante, sendo que as de menos montante ficarão com o mesmo apoio.

Relativamente à Esproarte, a Esproarte é o *ex libris* relativamente à formação musical aqui em Mirandela, é atrativa para muitos jovens de outros concelhos e até de outras zonas do país, passou tempos muito difíceis com a pandemia, para a promoção da própria escola foram tempos difíceis. Dizer que, finalmente a Esproarte tem saúde financeira para pagar os vencimentos e os subsídios aos professores e já ultrapassamos aquela fase, que estávamos meses sem pagar aos professores, hoje em dia, felizmente, essa situação ficou ultrapassada e é, julgo eu, uma boa notícia para todos os que trabalham na Esproarte.

Em relação à própria escola, obviamente que estamos com o objetivo de financiar as obras na escola, precisamos de fazer obras de insonorização e também de modernização dos sistemas e de eficiência energética, julgamos que ainda poderá abrir em PRR – Plano de Recuperação e Resiliência a eficiência energética de edifícios, sendo um edifício municipal poderá haver aqui uma candidatura. É certo de que a Esproarte estando associada na Artemir, não pode ser objeto de candidaturas do Ministério da Educação e por isso não foi contemplada, porque não pertence à rede escolar.

Quanto à Ponte Engenheiro *Machado Vaz*, há um orçamento, está aberta a rubrica com mil euros, é verdade, mas ficou aberta a rubrica porque consideramos que as obras tem um montante tal, que só conseguiremos fazer as obras com o apoio do Ministério das Infraestruturas, isto porque iria aumentar o Orçamento em dois ou três milhões de euros, por isso em vez de termos os 45 milhões de euros, teríamos 47 milhões de euros no Orçamento e vocês viriam aqui dizer exatamente isso, que estávamos quase nos 50 milhões e que a despesa era muito grande face aquilo que estava contemplado e efetivamente não havia receitas compatíveis com essa despesa e por isso, tudo o que podemos prever neste caso, é pedir apoio ao Ministério das Infraestrutura, até porque nos anos 90 esta ponte passou sem a devida cautela, para a esfera municipal, quando foi da desclassificação da Estrada Nacional e portanto, neste momento estamos a aguardar, enquanto trabalhamos no projeto, estamos a aguardar uma reunião com o Senhor Ministro no sentido de fazer com Mirandela aquilo que fez noutros pontos do país, houve situações em que foram classificadas as pontes, as obras de arte e houve outras situações em que houve uma contrapartida financeira, apoiando os Municípios na execução da obra, quer sob o ponto de vista técnico, quer sob o ponto de vista financeiro.

Relativamente às ETAR's, tem sido feito um esforço muito grande para construir, construímos a ETAR dos Passos, que era aquela que tinha mais problemas sob o ponto de vista da gestão dos efluentes. Já foi adjudicado o bairro da Ruiva e também a ligação a Lamas de Orelhão, um bairro que também não tem saneamento, estamos a fazer os projetos para as outras ETAR's no sentido de podermos financiá-los com candidaturas ao POSEUR- Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos.

Quanto à atração de novas empresas, obviamente que é um dos nossos grandes objetivos a atração de novas empresas e sabemos que, relativamente a esta Zona Industrial, o número de candidaturas já é superior aos lotes disponíveis, mas também temos consciência que o número de lotes disponíveis, apesar de não ser o que estava inicialmente previsto, foi reduzido e eu já expliquei várias vezes que foi reduzido, porque tecnicamente o investimento de movimento de terras, porque tem um declive muito grande aquele terreno, tecnicamente o movimento de terras era superior ao preço de construção de um armazém e por isso não era atrativo para os empresários. O regulamento pronto, vai sair nos próximos meses de 2023 um Aviso para candidaturas e esperamos já ter lotes atribuídos para os empresários investirem.

Vamos privilegiar a indústria e o número de postos de trabalho.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Rui Pacheco*, é verdade que vamos manter as taxas de IRS e IMI, relativamente aos apoios às coletividades, já fiz essa referência. Uma grande aposta é nos açudes, aliás, uma candidatura, contrariando até aquilo que o Senhor Deputado *Carlos Carvalho* disse em relação aos fundos comunitários, temos uma candidatura aprovada de 2,2 milhões de euros para a reabilitação de vários açudes em todo o concelho e portanto, a nível de sustentabilidade e não temos qualquer problema em falar várias vezes da questão da sustentabilidade, aliás, estas Grandes Opções do Plano são feitas segundo a matriz dos objetivos de desenvolvimento sustentável, que é o grande normativo internacional e estamos a tentar até nas Reuniões de Câmara já termos essa confluência com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Relativamente à rede de transportes urbanos, fazer uma referência que vai iniciar-se, porque em 2016 o Município de Mirandela transferiu a competência da mobilidade urbana entre os vários concelhos à CIM-TTM, é previsível que durante o primeiro semestre do próximo ano tenhamos uma rede de transportes urbanos concessionada, já tem empresa, já está a empresa para funcionar e também a nível de transportes a pedido, tudo aquilo que temos falado e que foi objeto de apresentação da Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes.

Em relação à Estratégia Local de Habitação, como disse e que cruza também com a reabilitação urbana e relativamente a um Eixo Estratégico que muitas vezes nós não privilegiamos, mas quando vemos os noticiários damos a devida importância, que é a nível da

Proteção Civil, em 2017 a Proteção Civil tinha duas pessoas, neste momento tem um quadro de pessoal que, incluindo a Equipa de Sapadores, tem para cima de 15 pessoas. Com as novas instalações que vão ser inauguradas no antigo Quartel do Bombeiros, ficando dotadas de infraestruturas necessárias para a sua atividade. Temos também nas novas instalações duas habitações de emergência, que podem estar relacionadas a qualquer situação de tragédia familiar, ou associadas à Ação Social.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Jorge Humberto*, dizer que nós vivemos efetivamente a nossa realidade, em relação à crítica, quando diz que são iguais às do ano passado, houve efetivamente uma evolução, mas também dizer-lhe que as Agendas Estratégicas são feitas a 10 anos, os projetos são plurianuais e cada vez mais os orçamentos também são plurianuais. Temos consciência que os projetos não têm como meta a concretização do próprio Orçamento, mas têm como meta a execução da própria obra, seja ela obra, empreitada ou em material.

Também fazer a referência de que não é o maior Orçamento, nós em 2012 tivemos um Orçamento de 51 milhões de euros e por isso, não é de todo o maior Orçamento da Câmara, é pouco mais alto do que no ano passado e por isso, dizer que aquilo que não falta neste Orçamento, nem no Orçamento de 2021, são obras estruturantes. Relativamente ao Mercado Municipal, queremos fazer durante o ano de 2023 o projeto de execução, quando iniciar o próximo Quadro Comunitário 2030 e é previsível que comece já durante o ano de 2023, a prioridade será o Mercado Municipal.

----- Efetuada a votação e estando 52 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** **A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 33 votos a favor, 16 abstenções e três votos contra, aprovar o Orçamento Municipal para o ano económico de 2023, documento que inclui a Aprovação da Contração do Empréstimo a Curto Prazo de/até ao Montante de 1.000.000,00 €, nas condições constantes da Ata de Abertura e Análise das Propostas, com a Caixa de Crédito Agrícola sob proposta da Câmara Municipal, que constam do documento em apreciação, entre a página 188 e a página 204.**

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

#### “Declaração de Voto

O PSD votou pela abstenção, visto que este Orçamento agora aprovado é nas suas grandes obras um orçamento PSD e que este Executivo apenas no ano 2023 irá terminar.

O PSD votou pela abstenção pelo facto de conter um número significativo de obras, idealizadas, projetadas e cabimentadas a fundos comunitários.

Mirandela precisa deste orçamento e destas obras.

Mas Mirandela irá precisar muito mais de obras projetadas futuramente pelo Executivo PS, de orçamento de igual montante ou superior, que aguardamos com enorme expectativa, assim como os mirandelenses.

Volvidos cinco anos de Executivo PS, eis que chegou a hora das candidaturas “Há Outro Caminho” e “Pela Nossa Terra” mostrarem o que pretendem fazer sobre o desenvolvimento do Concelho de Mirandela.”

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente):  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

#### Declaração de Voto

Votei contra, porque este Orçamento ficou um pouco à expectativa em relação ao que foi criado para as Juntas de Freguesia, nomeadamente para a Junta de Freguesia de Frechas, o terminado protocolo que tínhamos com a Câmara Municipal. Nós recebíamos 2.817,00 € mensais, perfazia 33.800,00 €, que terminam agora no final do ano e para 2023, com a transferência de competências, vamos receber 18.320,00 €. Ou seja, ficamos com uma perda de 15.500,00 €. 15.500,00 €/ano para esta Junta de Freguesia é extremamente significativo e não há uma medida compensatória por parte da Câmara.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* fez um esclarecimento:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Efetivamente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, veio aqui reclamar os três meses de atraso, relativamente às transferências. No próximo Orçamento, relativamente a 2023, a transferência vai ser feita diretamente da DGAL para as Juntas de Freguesia e portanto, não vai haver atrasos no envio das verbas e por isso, este voto contra deixa por esclarecer efetivamente esta situação, ou seja, as verbas que são transferidas neste momento pelo Município passam a ser efetuadas diretamente pela DGAL. Efetivamente o valor também é coadjuvado com aquilo que vamos dar e aí é igual para todos, ou seja, são 10.600,00 €/ano, em duas *tranches* semestrais e a única exceção a esta é a Junta de Freguesia de Mascarenhas, que não teve a transferência de competência. Existe também o valor da bolsa de materiais, que se mantém nos 5 mil euros.

A grande alteração que existe efetivamente é na questão dos apoios aos eventos, que ficarão incluídos, na sua generalidade neste valor, o montante fixado igual para todas as Juntas, quer façam eventos, quer não façam eventos o valor é igual para todas.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de passarmos ao Ponto seguinte da Ordem do Dia, a Mesa informa a Assembleia Municipal que a Senhora Vereadora Vera Preto não se encontra presente nesta Sessão, a partir das 16.00 horas, porquanto teve de se deslocar ao Porto, para uma reunião com o Senhor Ministro da Saúde no âmbito da CIM-TTM em representação da Senhora Presidente da Câmara Municipal Dr.ª *Júlia Rodrigues*.

#### **5.4 - Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS 2023.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 13/12/2022, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:**

- 1 - Aprovar a fixação da taxa de participação variável no IRS de 2%, a incidir sobre os rendimentos de 2023, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na área deste Município, nos termos e em conformidade com os n.ºs 1 e 2 do artigo 26.º da Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, na sua atual redação;**
- 2 - Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, eu não posso deixar de notar que houve aqui uma pequena evolução em relação ao Orçamento do ano passado, na questão da Participação Variável do Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Singulares, do IRS, mas fica exatamente na mesma medida em que ficava a do ano passado, vamos reparar. É importante discutirmos isto com alguma clareza, para que não restem dúvidas sobre qual é a posição da CDU em relação a este Imposto.

Este Imposto que o poder central, o Orçamento de Estado dá este benefício de 5 % às Câmaras Municipais, para elas fazerem o que bem entendem sobre este valor, visto que, como eu disse na minha intervenção anterior, o Orçamento de Estado e o Governo português, não só este, mas também os que antecederam a este já fizeram cortes na ordem dos 2,5 mil milhões de euros aos orçamentos municipais, então dá este “presente envenenado” às Câmaras Municipais para que elas tenham uma posição que vai na medida do que é proposto aqui por este Ponto.

Nós estamos aqui a criar uma dupla injustiça, nós olhando para o tecido económico do nosso concelho e se repararmos bem, cerca de 70 % das pessoas não vão ser beneficiadas por esta medida, ou seja, se por alguma razão esta medida fosse justa, nós poderíamos justificá-la, bem, pelo menos 50 % da população do concelho de Mirandela vai ser beneficiada com esta medida, mas não, cerca de 70 %, ou mais de 70 % da população de Mirandela não vai ser beneficiada por esta medida, porque não atinge o limite da parte do IRS.

É um contra senso, quando nós olhamos e discutimos que as Câmaras Municipais e concretamente a Câmara Municipal de Mirandela, tem problemas de financiamento, ou seja, tão dependente que está dos financiamentos dos fundos comunitários, quando tem a oportunidade de ficar aqui com uma quantia que rondará sensivelmente os 700 mil euros por ano, a Câmara Municipal decide entregá-la a uma minoria de mirandelenses que podem ir buscar estes 2 % que a Câmara atribui e quando nós olhamos para aquilo que são as necessidades das infraestruturas do nosso concelho, aqui estava uma boa forma, porque é esta, a tributação do IRS já está feita pelo Ministério das Finanças na atribuição dos seus escalões, aí já está a justeza da comparticipação dos impostos, esta não. Senhora Presidente, a Câmara Municipal e este Executivo vai beneficiar aquelas famílias que já por si próprias têm o rendimento mais elevado do que a maioria da população de Mirandela.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ainda relativamente ao Ponto anterior, dar aqui uma indicação de que, como o valor das transferências da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia e peço desculpa introduzir este ponto, mas é importante, nós indexamos os apoios às Juntas de Freguesia do FEF que cada Freguesia recebe, o valor é indexado ao FEF das Freguesias, 50 % do FEF das Freguesias, nós este ano tivemos uma diminuição do FEF de 1,2 milhões de euros, no próximo ano poderá haver alterações pontuais em algumas Juntas de Freguesia o que quer dizer que o indexante é conforme o FEF que recebe e há aqui uma Freguesia que teve uma diminuição maior e portanto, há uma diminuição também do montante que vai ser transferido pela Câmara Municipal, não nestes 10.600,00 €, mas no restante montante que é a DGAL que fará a transferência.

Relativamente ao IRS, o Município de Mirandela baixou sucessivamente as taxas de participação de IRS, tendo decidido em 2018 baixar a taxa de 2018 para 4 %, depois na taxa de 2019 baixou para 3 % e em 2020 para 2,5 %, a taxa de 2021 é de 2 %. Chegou à taxa mínima, em 2021 o Município arrecadou menos cerca de 45 mil euros em IRS do que em 2020 e em 2022 a verba desce para cerca de 59 mil euros.

A verba recebida em 2021 pela participação de IRS foi de cerca de 396 mil euros e em 2022 será de apenas cerca de 336 mil euros, menos cerca de 59 mil euros, não estamos a falar dos 700 mil euros que o Senhor Deputado Jorge Humberto referiu, pese embora esse é o valor de 2016 e é um compromisso que está a ser cumprido. De alguma forma é só dar este esclarecimento dos valores reais deste imposto.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu não digo que os valores que a Senhora Presidente está a apresentar não sejam verdadeiros, não foi isso que eu disse, o que eu lhe estava a questionar é, se a Câmara Municipal ficar com a retenção dos 5 % qual é o valor e é esse valor que eu estou a dizer que são cerca de 700 mil euros, era essa a questão que lhe estava a perguntar.

O Senhor Vereador confirma que eram 700 mil euros se a Câmara Municipal retivesse os 5 % do IRS.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eclarecer que não perdemos os 700 mil euros, porque existe uma taxa, estamos a falar num valor aproximado de 50 %.

----- Efetuada a votação e estando 47 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 45 votos a favor e dois votos contra, aprovar a fixação da taxa de participação variável no IRS de 2%, a incidir sobre os rendimentos de 2023, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na área deste Município, nos termos e em conformidade com os n.ºs 1 e 2 do artigo 26.º da Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, na sua atual redação.

## 5.5 - Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis - IMI 2022.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 13/12/2022, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a Taxa de 0,3% do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar no ano de 2022 aos prédios urbanos;
- 2 - Aprovar a redução fixa da taxa de IMI em função do número de dependentes a cargo nos termos previstos no art.º 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, nomeadamente, de 20 € para agregados com um dependente, de 40 € com dois dependentes e de 70 € para agregados com três ou mais dependentes;
- 3 - Aprovar nos termos dos n.ºs 3, 8 e 9 do art.º 112.º do Código do IMI, designadamente:
  - Elevar ao triplo a taxa a aplicar aos prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas, os prédios como tal definidos em diploma próprio;
  - Majorar até 30% a taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens;
  - Majorar até ao dobro a taxa de 0,8% aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a 20,00 € por cada prédio abrangido.
- 4 - Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós achamos com bom agrado esta diminuição de impostos, já o dissemos ao longo do mandato anterior e discordamos daquilo que é a perspetiva da CDU.

Senhor Deputado, eu vivo no nordeste transmontano, por si só uma das regiões mais pobres da Europa, onde as oportunidades são escassas, onde o acesso à cultura, ao desporto, à educação e à saúde é muito mais dificultado do que acontece noutras regiões. Era o que faltava eu pagar mais impostos aqui, do que aqueles que vivem na Quarteira, terra de oportunidades e de ouro!

Achamos com bom agrado esta diminuição de impostos e é um sinal positivo, de discriminação positiva para aqueles que porventura possam encontrar aqui a sua oportunidade.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado *Paulo Pinto*, vamos lá ver se nos entendemos e vamos ser sérios naquilo que está a ser discutido.

O Senhor Deputado *Paulo Pinto* é a favor de que uma pequena minoria de mirandenses, que neste caso é o seu caso, tem rendimentos acima daquilo que são os rendimentos mínimos e por isso é que eles são tributáveis em IRS e por isso é que o Governo estipulou as tabelas de IRS, que nós temos que cumprir todos, portanto o Senhor Deputado não está a ser penalizado nem beneficiado, neste caso vai ser beneficiado e a justiça desta medida Senhor Deputado, a justiça desta medida é aquilo que disse no início, é para uma minoria de mirandenses, é para uma minoria de mirandenses Senhor Deputado, não é para a maioria de mirandenses, porque a maioria dos mirandenses, Senhor Deputado ganham menos, ou o ordenado mínimo nacional.

Estes valores que eu falei e que o Senhor Vereador confirmou, são cerca de 700 mil euros que ficavam nos cofres da Câmara Municipal de Mirandela, serviam exatamente para fazer investimentos que iriam servir todos os mirandenses.

Olhe, por exemplo, quando a Senhora Presidente diz que só vai propor para 2023 o concurso para a requalificação do Mercado Municipal, Senhor Deputado, os 700 mil euros de 2023, que ficavam retidos na Câmara Municipal de Mirandela dos 5 % e IRS, em dois anos tínhamos o Mercado feito, provavelmente se calhar um dos melhores mercados do norte do país. Está a perceber qual é a diferença, isto tem a ver com opções políticas. Aqui ficou claro qual é a sua opção política e de classe, não é de justiça. Eu estou a falar de justiça Senhor Deputado.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não obstante a vivacidade da discussão, recordar que já estamos no Ponto 5.5 – Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis e a discussão ainda girava sobre o Ponto anterior, na Participação do IRS.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sobre este Ponto gostaria só de informar que a descida da cobrança de impostos diretos que se verificou entre 2017 e 2021, provém da descida acentuada na cobrança de IMI, imposto sobre o qual se arrecadou menos cerca de 490 mil euros em 2021, face a 2017 e cuja receita tem descido gradualmente desde 2018.

Face ao cumprimento do compromisso deste Executivo em reduzir a taxa de IMI, que se encontra no mínimo aplicável, 0,3 % desde 2020, em 2021 o Município arrecadou menos IMI face a 2020, uma redução na casa dos 125 mil euros ao não arrecadar esta receita o Município, por outro lado, também não faltou aos compromissos, optando por deixar este rendimento nos bolsos dos mirandenses, aliviando as despesas das famílias. Em 2022, prevemos que a receita de IMI suba ligeiramente.

----- Efetuada a votação e estando 51 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 50 votos a favor e uma abstenção, aprovar a Taxa de 0,3% do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar no ano de 2021 aos prédios urbanos, bem como o ponto 2 e o ponto 3 da deliberação tomada em Reunião de Câmara.

### 5.6 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem - TMDP 2023.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 13/12/2022, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Manter a Taxa Municipal de Direitos de Passagem a aplicar em 2023, ou seja, de 0,25%;
- 2 – Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

----- Efetuada a votação e estando 51 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, manter a Taxa Municipal de Direitos de Passagem a aplicar em 2023, ou seja, de 0,25%.

### 5.7 - Proposta de Derrama 2023.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 13/12/2022, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar o lançamento, em 2023, de uma Derrama de 0,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas relativo a 2022, a liquidar em 2023;
- 2 - Aprovar a aplicação de redução de taxa da Derrama, fixada na percentagem de 0,01% em 2022:
  - a) Para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150.000 €.
- 3 - Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A minha intervenção é muito curta, apenas algumas questões para nós percebermos aquilo que estamos a aprovar ou não.

Senhora Presidente, quantas empresas é que estão inseridas neste volume dos 250 mil euros no nosso concelho?

Qual é o valor que o Município prevê arrecadar com esta taxa? E o regulamento? A seguir à aprovação de uma taxa, normalmente temos a aprovação de um regulamento que a fundamente e neste caso, com a pergunta do regulamento, também pergunto quais são os setores de atividade que se diz considerar-se até estratégicos e que podem ou não ser isentos? Em tom de provocação, gostava de perguntar se ouviu a Associação Comercial e Industrial de Mirandela ou se só ouviu o Senhor Deputado *Jorge Humberto*!?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à Derrama Municipal, “...os Municípios podem lançar anualmente uma derrama até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, que proporcionalmente corresponda ao rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território.

O valor da derrama, para além de assumir grande importância no cômputo da receita municipal, constitui ainda um instrumento que visa atrair empresas para desenvolver a sua atividade no concelho potenciando, também, a criação de novos postos de trabalho.

Para aprovação nesta Assembleia Municipal, estamos a falar de uma Derrama de 0,5 %, não estamos a ir ao 1,5 % e esta Derrama pretende obter receita de forma também a corrigir desigualdades importantes e chamar a contribuir para o desenvolvimento do Município aqueles que maior valor acrescentado extraem dos nossos recursos, sejam eles recursos materiais, ou humanos.

A taxa proposta traduz-se em valores de contribuição muito baixos, até patamares de lucro muito elevado. Estamos a falar de um patamar de lucro tributável de 500 mil euros, estamos a falar de meio milhão de euros, estamos a falar de um imposto a pagar de 2.500,00€.

A taxa Derrama será alvo durante o ano de 2023, isto para responder ao Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, da elaboração de um regulamento, este regulamento tem como objetivo proteger e fomentar o desenvolvimento das atividades mais críticas e mais débeis, em como também fomentar a criação de emprego, não podendo deixar de tributar aqueles que mais beneficiam, ou seja, nós temos uma previsão de receita na ordem dos 100 mil euros e temos empresas com valor tributável acima dos 150 mil euros, estamos a falar de um total de 20 empresas. Acho que aqui também estamos a incluir os hipermercados, que geram um volume de lucro tributável acima dos 150 mil euros. E por isso, durante o ano de 2023, vamos de facto elaborar o regulamento para poder ser aprovado em 2024.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta é uma das tais medidas que não deixam de ter ligação com a anterior, ou seja, o Município, este Executivo vai aplicar a Derrama para ir buscar rendimento e vai entregar o IRS a um pequeno número de famílias, que já por elas próprias, a justiça fiscal faz esse papel.

Fica claro qual é a opção política que este Executivo tem e qual é o sentido político que quer relevar, mas há aqui uma incongruência e esta é que eu queria chamar a atenção, aqui no primeiro ponto diz: “*O lançamento, em 2023, de uma Derrama de 0,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas relativo a 2022 a liquidar em 2023.*”

No segundo ponto diz: “*A aplicação de redução de taxa da Derrama, fixada na percentagem de 0,01% em 2022: a) Para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150.000 €.*” Em que é que ficamos? É o lucro tributável ou é o volume de negócios? É que há uma coisa que não bate com a outra, Senhora Presidente. A derrama é sempre feita sobre o lucro tributável e não pelo volume de negócios. Como é que vamos “descalçar aqui esta bota”?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É o lucro tributável.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mas aqui está o volume de negócios, Senhora Presidente, eu não posso votar isto porque é uma ilegalidade. É lucro tributável e não volume de negócios.

Este Ponto tem de ser retirado, peço imensa desculpa à Câmara Municipal, mas é só para chamar a atenção de que eu estou atento e vocês não.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tendo sido chamada a atenção de uma desconformidade na redação da Proposta, tendo ela sido reconhecida pela Senhora Presidente, pergunto se de facto o Ponto é retirado, ou se encontra outra solução?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não, todo o contexto e toda a fundamentação legal, está de acordo com aquilo que é previsível, ou seja, é sempre sobre o lucro tributável, isto quer dizer que por exemplo, é esse esclarecimento que quero dar, também é um assunto falado nas contrapartidas das barragens, da produção, de cobrar derrama, como nós não tínhamos o imposto sobre a Derrama não íamos obter esta receita, caso isso venha a acontecer, neste momento já está previsto e portanto, esta Informação foi feita pela Divisão de Administração Geral, o texto já foi aprovado em Reunião de Câmara, não vamos retirar a Proposta.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Face à explicação, a Mesa pergunta ao Plenário se reconhece que estamos perante um lapso de redação e não um lapso material da Proposta e se a mesma merece a consideração de ser votada, sob compromisso do Executivo corrigir o lapso de redação contido na Proposta, uma vez que é dessa matéria que estamos em presença e não de um lapso material da Proposta de Derrama para o próximo ano.

A Mesa pergunta ao Plenário se alguém se opõe à votação da Proposta?

A Ata não se sobrepõe aquilo que é a Certidão emitida da Câmara Municipal e desta Assembleia Municipal, é essa cautela que temos de ter, sob pena de aprovarmos aqui um documento que não pode ser aplicado no ano de 2023, por falha de redação e dos

termos da Proposta apresentada à Assembleia Municipal. Corremos o risco de aprovar um documento, mas que também é passível de qualquer um dos Deputados impugnar a respetiva votação *a posteriori* e ela não ter aplicação no início de 2023.

Tem a palavra o Líder da Bancada Municipal do PS, para dirimirmos esta questão.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu fazia uma sugestão, uma vez que me parece que é meramente um erro de redação da Proposta, uma vez que está legislado e está perfeitamente balizado a forma como são feitos e a forma como são cobrados os impostos num caso de derrama e penso que não haverá problema nenhum de fazermos aqui uma correção à redação que foi apresentada por parte do Executivo, quer em Reunião do Executivo, que ninguém deu conta, quer aqui hoje e passarmos a assumir o facto de ser como lucro tributável, uma vez que este imposto é cobrado em função do imposto tributável e não do volume de negócios de uma empresa.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado *Rui Pacheco*, a Mesa compreende e regista a sua intervenção, mas é um problema que não podemos resolver a jusante, vindo ele da forma que veio a montante, ou seja, não temos competência legal para corrigir uma Certidão emitida da Reunião de Câmara e aprovada nos termos em que foi aprovada, sem o consentimento do Órgão respetivo de onde a Certidão foi emitida. Contudo, existe, se o Plenário assim o entender, uma forma de minimizarmos aquilo que poderá ser a nossa perceção perante a Proposta que está em causa, por dois motivos, um aquele que eu invoquei há momentos, que estamos manifestamente perante um erro de redação, que também não foi detetado no Executivo e não de um erro material e quando digo do Executivo, digo de todo. Não pode ser a Assembleia Municipal a alterar a redação de uma Certidão emitida nos termos formais do Executivo municipal.

De qualquer das formas, a segunda questão que eu queria colocar à consideração do Plenário da Assembleia Municipal sobre esta questão de redação e chamava em especial atenção ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*, a questão do tributável ou do volume de negócio, apesar desse lapso de redação, nunca o destinatário é prejudicado, porque o valor tributável é sempre menos do que o volume de negócios.

Mesmo sendo aprovada, reconhecendo que estamos perante um lapso de redação, não há prejuízo para nenhum dos destinatários desta Derrama de 2023, porquanto o volume de negócios é sempre superior ao valor tributável, aliás, como acontece com as pessoas singulares, uma coisa é o nosso rendimento anual bruto, outra coisa é o rendimento tributável para efeitos de IRS, portanto, a Proposta sendo aprovada, havendo essa posição por parte do Plenário, não prejudica ninguém.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu proponho que passemos este Ponto, uma vez que estamos a contactar os Serviços Técnicos da Câmara Municipal, que asseguram que a Proposta está correta, por isso, eu também fui solicitada para a defesa da honra pelo Senhor Vereador *Duarte Travanca* e portanto, solicito à Mesa que encontrem um espaço temporal, efetivamente eu faço a proposta de suspender este Ponto e avançar, entretanto os Serviços de Administração Geral vão esclarecer em relação ao volume de negócios.

----- O Senhor Vereador *DUARTE TRAVANCA* autorizado a intervir pela Senhora Presidente e em defesa da honra disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

É só para esclarecer que realmente esta questão foi levantada em Reunião de Câmara, porque na realidade nós estamos aqui a falar de incidência dos impostos, os impostos tal como é definido da Constituição da República Portuguesa, só podem ser, a sua incidência, a taxa e determinados aspetos a sujeição pessoal, só podem ser aplicados se criados por lei. Quando falamos em lucro tributável, de facto estamos a falar de uma realidade, quando falamos em volume de negócios estamos a falar noutra realidade completamente distinta e portanto, Senhor Deputado *Jorge Humberto* tem toda a razão naquilo que diz, estamos a falar não é de pormenores, não é de problemas de redação, é de incidência, portanto, o Senhor Deputado *Jorge Humberto* está coberto de razão.

É só para esclarecer este assunto e este assunto foi devidamente levantado em Reunião de Câmara e foi-nos garantido que iria incidir, iria ficar só o lucro tributável, era o que deveria ficar, porque a Derrama incide sobre o lucro tributável e não sobre o volume de negócios, porque se estamos a falar de volume de negócios, volume de negócios são vendas mais prestações de serviços e vendas mais prestações de serviços pode, um volume de negócios de uma empresa, 150 mil euros é demasiado baixo e depois o lucro tributável vai tendo correções a crescer ou a reduzir e a partir dos resultados líquidos do exercício é que se chega ao lucro tributável. Portanto, o Senhor Deputado *Jorge Humberto* está coberto de razão. É a incidência que estamos a falar, é a base de incidência do imposto e não de meros problemas de redação.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

A Mesa propõe a suspensão da votação deste Ponto, até estar dotada de melhor informação jurídica e passaríamos a discussão do Ponto 5.8.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Mesa retoma o Ponto da Derrama, Ponto 5.7 - Proposta de Derrama 2023, para informar a Assembleia Municipal que após reunião para melhor informação e fundamentação da legalidade do texto apresentado à Assembleia Municipal para votação, conforme proposta do Senhor Presidente, a suspensão da votação deste Ponto serviu para isso mesmo, informar a Assembleia



Municipal de que a Proposta, nos termos em que é apresentada a este Plenário, está perfeitamente legal e dentro do estrito teor da lei.

Para o efeito, transmito a todos os Senhores Deputados, que têm suportes eletrónicos, que possam abrir a Lei das Finanças Locais, na sua atual redação, estou a falar da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, podendo verificar no artigo 18.º desta Lei, no n.º 24 e o que é que diz no n.º 24 e que dá sustentação legal para a respetiva votação e aprovação da Proposta aqui apresentada com corpo legal, diz o n.º 24 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013 de 02 de setembro, o seguinte: “*Até à aprovação do regulamento referido no número anterior, a assembleia municipal pode, sob proposta da câmara municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse (euro) 150 000*”.

E foi nestes termos de facto que, a Proposta foi levada ao Executivo e assim foi aprovada e que baixou aqui à Assembleia Municipal.

Está em conformidade, se algum Senhor Deputado quiser verificar com pormenor, trata-se do n.º 24 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, ou seja, a Lei das Finanças Locais.

Dadas estas explicações, a Mesa pergunta ao Plenário se acompanha o fundamento legal aqui expresso e se podemos retomar o Ponto e proceder à respetiva votação? Alguém se opõe, dadas as explicações que foram tidas por convenientes?

----- A Senhora Deputada Municipal *GRACIETE RAMOS* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Gostava de perguntar à Senhora Presidente se temos aprovado o regulamento que nos permite a criação dessas isenções, a que se refere o artigo 16.º dessa mesma Lei?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Por não haver regulamento é que vamos a este artigo.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Exatamente, o que diz a Lei é: “*Até à aprovação do regulamento referido no número anterior, a assembleia municipal pode, sob proposta da câmara municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse (euro) 150 000*”, de facto, na ausência de regulamento para o efeito, cabe a esta Assembleia Municipal, deliberar sob proposta da Câmara Municipal a aplicação da taxa reduzida de Derrama, para sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior, que não ultrapasse os 150 mil euros.

----- Efetuada a votação e estando 49 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 34 votos a favor, três abstenções e 12 votos contra:

- 1 - Aprovar o lançamento, em 2023, de uma Derrama de 0,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas relativo a 2022, a liquidar em 2023;**
- 2 - Aprovar a aplicação de redução de taxa da Derrama, fixada na percentagem de 0,01% em 2022:**
  - a) Para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150.000 €.**

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

#### **Declaração de Voto**

O Partido Social Democrata votou contra esta Proposta por considerar que é um fator negativo para a competitividade e atração de empresas e também no que eu vinha dizendo aquando da minha intervenção no Ponto do Orçamento Municipal, não é nada favorável à questão da nossa baixa demografia e densidade populacional. Nesse sentido, também ainda não tendo o regulamento em vista, não sabemos quais é que são as ditas ou os ditos setores estratégicos para o Município. Não sabendo isso, também não sabemos quais são as empresas que ficam isentas. Nesse sentido, votamos contra.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* fez um esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só fazer a referência a que de facto nós estamos aqui com um patamar muito reduzido do imposto, há pouco falei-vos da questão da Derrama sobre os lucros da barragem, efetivamente é uma questão que também está em cima da mesa, e todos os Municípios que têm a Derrama, vão ter esta contrapartida, depois obviamente que o regulamento vai poder isentar valores e CAE 's específicos de atividade.

Neste momento a receita foi aquela que eu fiz referência há pouco, efetivamente o nosso objetivo com esta receita, é investir na melhor capacitação das empresas e também na questão da Zona Industrial, ainda no anterior mandato fizemos obras de

beneficiação, que não tiveram qualquer contrapartida financeira e é uma receita que vai obviamente ser investida em tudo o que diz respeito à Diplomacia Económica, atração de novas empresas, ao investimento das infraestruturas da nossa Zona Industrial e da respetiva expansão e portanto, é um investimento direto naquilo que é a atratividade dos novos investidores e à manutenção e ao alargamento da atividade dos que já existem.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Senhora Presidente falou em barragem, peço desculpa a minha ignorância, que barragem?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* fez um esclarecimento:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.  
A barragem Foz do Tua.

## **5.8 Minuta de Protocolo a celebrar com as Freguesias/União das Freguesias do Concelho de Mirandela.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 13/12/2022, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:**

- 1 - Aprovar a Minuta de Protocolo a celebrar com as Freguesias/União de Freguesias, do concelho de Mirandela e mapa anexo respeitante aos subsídios a atribuir pelo Município de Mirandela, para a prossecução das atribuições e competências próprias das Freguesias;**
- 2 - Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:  
Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Deixe-me só recuar aqui novamente, em relação à minha questão da Declaração de Voto, Senhora Presidente eu entendi bem a situação, eu sei que vai terminar no final deste ano as transferências da Câmara Municipal e depois vem das transferências de competências da DGAL e aí é que resulta esse diferencial, que é, os 33.800,00 € que recebemos atualmente da Câmara Municipal e agora da DGAL vamos receber 18.320,00 €, que ficaremos com 15.500,00 € a menos, aliás, se toda a gente se bem recorda, a Senhora Presidente, o Senhor Vereador e os meus colegas Presidentes de Junta, tivemos no início deste mandato uma reunião no Auditório Pequeno, para não prejudicar as Juntas de Freguesia, iriam prolongar estas transferências até ao final do mandato e neste caso estão a terminá-las no final do ano de 2022, há aqui alguns Presidentes de Junta que podem confirmar se isto não é verdade.

Isto foi “comer os Presidentes de Junta como cebolada”, porque foi assumido no Auditório Pequeno e os Presidentes de Junta acho que se deviam pronunciar, foi assumido pela Senhora Presidente e pelo Senhor Vereador que estas transferências, para não sermos prejudicados, para compensar esta falha financeira, que iria ser prolongado até aos anos seguintes.

Relativamente à Minuta do Protocolo, entendia que não conheço a minuta, deveriam ter feito uma reunião também com os Senhores Presidentes de Junta para lhe dar conhecimento de que minuta é que é, de que forma é que vai ser feito o Protocolo, aí só menciona que vai ser duas transferências de 5.300,00 € semestrais, eu perguntava-lhe se temos de fazer o que estávamos a fazer até então? Que era a apresentação de relatório semestral, ou se temos que justificar as despesas com a apresentação das faturas, ou se podemos gastar essa verba só na divulgação da Freguesia, ou se pode ser aplicada noutra rubrica. Gostava que me pudesse responder a isso também.

Ainda relativamente às Juntas de Freguesia, à bolsa de materiais dos cinco mil euros, já com IVA, isto em 2018 era algum valor e como muito bem tem dito a Senhora Presidente, com esta conjuntura mundial que estamos a passar, houve aqui um agravamento de 40% a 50 %, eu acho que este valor dos cinco mil euros devia também ser acompanhado para as Juntas de Freguesia e haver aqui um acréscimo entre os 40 % a 50 %, passar estes cinco mil euros, para sete mil e quinhentos euros por ano.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço as questões que foram colocadas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira* e dizer que este Executivo não se revê nos termos em que falou relativamente aos colegas, aos autarcas locais, que tão dignamente exercem a sua atividade.

Relativamente às questões colocadas, eu vejo que o ideal seria o Senhor Presidente de Junta reler o Protocolo e relativamente ao complemento, informá-lo que o complemento não terminou, aliás, foi aumentado, por isso não houve essas alterações.

----- Efetuada a votação e estando 49 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Minuta de Protocolo a celebrar com as Freguesias/União de Freguesias, do concelho de Mirandela e mapa anexo respeitante aos subsídios a atribuir pelo Município de Mirandela, para a prossecução das atribuições e competências próprias das Freguesias.**

## **5.9 Proposta de Anexos dos Autos de Transferência de Recursos para as Freguesias de Mirandela e de Torre de Dona Chama e Revisão do Recurso Financeiro a Transferir para a Freguesia de Mirandela.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 13/12/2022, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:**

- 1 - Aprovar os anexos dos autos de transferência celebrados com a Freguesia de Mirandela e Freguesia de Torre de Dona Chama, e proceder à revisão do recurso financeiro previsto no n.º 2 da cláusula 5.ª do Auto de transferência de recursos, celebrado com a Freguesia de Mirandela, para 360.359,01 € (trezentos e sessenta mil trezentos e cinquenta e nove euros e um cêntimo);**
- 2 - Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal;**
- 3 - Comunicar à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), o teor desta deliberação.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu devo dizer que isto dos impostos a cobrar está uma completa baralhação, sob pena de não entendermos a estratégia da Câmara Municipal, porque ora isentamos, ora tributamos, enfim.

Senhora Presidente da Câmara, esta afetação de recursos humanos às Juntas de Freguesia passam para quadros das Juntas de Freguesia? Quer dizer que o número de funcionário vai constar no mapa de pessoal das Juntas de Freguesia, não da Câmara? Mas o ordenado à pago pela transferência de verbas da Câmara Municipal?

Quer dizer que a Câmara Municipal no seu mapa de pessoal vai ter menos funcionários, com estas transferências de funcionários para as Juntas, mas não deixa de ter os funcionários, porque entretanto a verba é cumulativa e prevê, num futuro próximo, abrir concurso para mais 75 funcionários.

Eu não sei se há aqui uma duplicação de funcionários, se esta transferência não vai mascarar verdadeiramente o número de funcionários da Câmara Municipal de Mirandela, sob pena de aqui a uns anos a Câmara Municipal de Mirandela ter tantos funcionários, sob pena de ficar ingovernável, isto é, pouco sobra para investimento e para outras atividades que o Município está habituado.

Eu sou a favor do emprego social, não me importo que os meus impostos paguem emprego social, está a ver Senhor Deputado, eu não me importo que os meus impostos paguem emprego social, sou a favor desse tipo de emprego, porque ninguém deve passar dificuldades, especialmente no século XXI e com a qualidade de vida que já adquirimos.

Mas explique-nos isto, Senhora Presidente, sob pena de mais tarde termos aqui um “elefante branco” que é a Câmara Municipal com muito emprego social e com muito pouco investimento.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em resposta ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, é tão simples quanto isto Senhor Deputado, vou tentar ser o mais objetiva possível, porque nós neste momento, aliás, ao longo dos últimos anos, como sabe, nós recorremos a Contratos Emprego Inserção, e a Contratos Emprego Inserção +, para tarefas relacionadas também com a educação e por isso, sabendo nós que neste momento temos perto de 100 pessoas nestes Contratos Emprego e temos cerca de 75 pessoas a aposentarem-se nos próximos três anos, portanto, o número de vagas foi mais ou menos equiparado para fazer face às necessidades, sendo que nas escolas é muito importante ter estabilidade relativamente a estes Assistentes Operacionais que lidam diretamente com os alunos, que é sempre aquilo que o Agrupamento nos pede, a estabilidade do corpo auxiliar e por outro lado temos 18 % dos recursos humanos com mais de 60 anos na Câmara Municipal.

Temos a obrigação também de criar este rejuvenescimento por um lado e por outro lado, a competência ao ir transferida para as Juntas de Freguesia, obviamente que tem de ser acompanhada dos recursos humanos, porque a limpeza urbana, para além da maquinaria também tem a parte de recursos humanos e a limpeza urbana aqui na cidade é obviamente diferente daquilo que existe, quer na vila, quer nas aldeias e por isso o corpo do mapa de pessoal de recursos humanos, é efetivamente aquele que consta da Informação, que passarão com o vencimento e todas as regalias que têm no quadro da Câmara Municipal, obviamente na dependência da Junta de Freguesia, que também é uma autarquia local e portanto, terá a incumbência de fazer, como acontece em outros Municípios do país, que já tem as competências delegadas.

----- Efetuada a votação e estando 49 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os anexos dos autos de transferência celebrados com a Freguesia de Mirandela e Freguesia de Torre de Dona Chama, e proceder à revisão do recurso financeiro previsto no n.º 2 da cláusula 5.ª do Auto de transferência de recursos, celebrado com a Freguesia de Mirandela, para 360.359,01 € (trezentos e sessenta mil trezentos e cinquenta e nove euros e um cêntimo).**

### **5.10 Proposta de Regulamento do Prémio Municipal para Trabalhos de Investigação sobre o Património Cultural do Concelho de Mirandela.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 13/12/2022, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Regulamento Prémio Municipal para Trabalhos de Investigação sobre o Património Cultural do Concelho de Mirandela, conforme proposto.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu não consigo perceber a Proposta de Regulamento do Prémio Municipal para Trabalhos de Investigação sobre o Património Cultural do Concelho de Mirandela e vou-lhe explicar porquê Senhora Presidente, este Regulamento não vai dignificar o trabalho dos especialistas, quer pela soma, quer pelos requisitos associados, exclusividade, liberdade total para a edição. Realmente isto não me parece muito correto, nem percebo a lógica de andar a dar prémios, podia era apoiar as publicações e divulgar os conteúdos, agora o conhecimento que têm para isso, vão dar a quem lhe interessa e dar os recursos públicos a quem lhes der jeito.

Senhora Presidente e aqui deixo-lhe duas pequenas perguntas só, quem é que vai ser o júri?

Senhora Presidente e agora olhando aqui para a o artigo 9.º - trabalhos premiados, no primeiro ponto: “Os autores premiados serão devidamente contactados. O prémio será entregue aos autores, numa cerimónia pública no primeiro trimestre do ano seguinte...” E agora esta para mim, pasme-se, eu era capaz de dizer aqui uma coisa que provavelmente iria reverter contra mim, mas também como não sou de meias palavras, isto parece que estamos na Coreia do Norte!

O ponto 3.º: “O Município de Mirandela fica detentor dos trabalhos premiados, cujo autor cede, a título gratuito, os respetivos direitos de utilização e consequentemente, autoriza em regime de exclusividade, o Município de Mirandela a publicar, divulgar, utilizar, explorar, editar por conta própria a referida obra em primeira edição.”

Isto não lembra ao diabo! Isto não lembra ao diabo! Isto não lembra ao diabo!

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De facto queria reforçar à reflexão do Executivo esta parte do Regulamento, que o Senhor Deputado *Jorge Humberto* referiu, para que possa acontecer aquilo que ali está descrito, existe uma figura na lei, que é a compra da propriedade intelectual.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este Regulamento do Prémio Municipal para Trabalhos de Investigação sobre o Património Cultural do Concelho de Mirandela, surgiu de uma proposta dos Serviços Culturais, que visa procurar que a Câmara Municipal tenha uma forma de difundir o património cultural, estamos a falar de património cultural material e imaterial, móvel e imóvel, relativamente aos trabalhos que forem realizados.

Relativamente ao júri e aos critérios de decisão, estão contemplados no artigo 7.º e no artigo 8.º deste mesmo Regulamento e nós, Executivo, cumprimos aquilo que foi a Proposta dos Serviços Culturais, tanto sob o ponto de vista da atribuição dos trabalhos premiados e falamos de trabalhos de investigação como artigos científicos, Teses de Mestrado e também Teses de Doutoramento, subsequente também à entrega de um prémio por cada categoria.

Bem pelo contrário, não foi uma forma de criar obviamente discrepâncias naquilo que é o Regulamento, mas pela prioridade que damos à questão cultural e também ao mérito dos prémios que serão atribuídos.

Por isso, trouxemos a esta Assembleia Municipal este Regulamento que pomos à consideração de todos, sob pena de no fundo no artigo 8.º e 9.º e foi uma transcrição daquilo que foi a Proposta dos Serviços Culturais, poder haver aqui uma alteração no que diz respeito aos direitos do autor.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado Senhora Presidente pelos esclarecimentos, porque de facto este artigo 9.º não está em conformidade com a lei, porquanto, o facto de ser entregue um prémio a autor pelo seu trabalho, sendo apenas premiado, não confere o direito ao Executivo de passar a ser titular da obra a título gratuito, como aqui se expressa, ficando com os respetivos direitos de utilização e consequentemente a autorização em regime de exclusividade. Esta figura só pode existir, se existir a compra da propriedade intelectual ao autor. Porquanto, se isso não acontecer, o autor perde, nos seus dois planos, de excelência quando produz uma obra, não tem direito aos respetivos direitos de autor, que é uma das figuras e abdicando dos direitos de autor,

É necessário que lhe seja comprada a propriedade intelectual, para que alguém fique na posse dela e seja detentor e poder de facto, *à posteriori*, fazer da obra os respetivos direitos de utilização e de exclusividade, publicar, duplicar, quanto mais, quando estamos a falar até da primeira edição do trabalho.

De facto este artigo 9.º carece de melhor redação e sustentação legal.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Concordo plenamente com o que foi aqui dito e eu só queria questionar o seguinte:

Parece-me que este prémio é melhor do que nada, mas não dá em nada, ou seja, não vai dar incentivo, na minha ótica, a ninguém para escrever especificamente, desenvolver a sua investigação, neste aspeto do património cultural de Mirandela, devido ao que está aqui plasmado.

Mas eu queria questionar, no artigo 5.º - Apresentação de Candidaturas, refere: “não se admitem trabalhos já premiados”, se já foram premiados quase que se inclui aqui também trabalhos já anteriormente feitos, realizados.

Eu penso que se é aprovada uma Proposta de Regulamento agora, deveria ter aqui uma data a partir da qual se consideram os trabalhos realizados, porque existem já muitos trabalhos e então as pessoas pegam nesses trabalhos e começam a candidatar-se a este género de prémios, acho que não, devia estar uma data a partir da qual são considerados, este regulamento entra em vigor

quando for aprovado e a partir daí considera-se anualmente, por exemplo, a partir de 2023, porque se não, trabalhos já premiados é só aqueles que já foram premiados e os que não foram, mas que já foram feitos?

Era só este ponto que eu queria que fosse esclarecido.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço a questão, relativamente a esta admissão dos trabalhos já premiados, isto tem a ver com a não duplicação de prémios anteriormente candidatados, ou seja, não são elegíveis na apresentação de candidaturas. Este Regulamento obviamente que é previsível que se mantenha durante alguns anos e esta alínea diz respeito aos trabalhos já premiados, na questão deste Regulamento de atribuição do próprio prémio.

Queria também referir que este Regulamento foi proposto em Reunião de Câmara, esteve em consulta pública, teve audiência de interessados e não houve contributos relativamente a este Regulamento, pese embora possa vir a ter algumas alterações, nomeadamente, no que diz respeito aos direitos de autor, se me permitirem, eu retiro este Ponto da Ordem do Dia, evitando que este artigo 9.º dos trabalhos premiados, que virá naturalmente a ser objeto de análise pela equipa técnica dos Serviços Culturais e se for esse o propósito voltaremos a apresentar outra proposta, que irá a discussão pública e que ficará esclarecido tudo o que diz respeito ao artigo 9.º.

Não tendo início no início do próximo ano, que era o nosso propósito, terá início depois a partir de fevereiro, na próxima Sessão de Assembleia Municipal.

----- O Ponto foi retirado da Ordem do Dia.

### **5.11 Proposta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Freguesias de Mirandela.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 13/12/2022, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Contrato Interadministrativo com a Freguesia de Mirandela e submetê-lo à Assembleia Municipal para aprovação para posterior outorga, conforme proposto.”**

----- Efetuada a votação e estando 55 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Contrato Interadministrativo com a Freguesia de Mirandela, para posterior outorga.**

### **5.12 Proposta de Declaração de Reconhecimento do Interesse para as Populações ou para a Economia Local do Projeto “Potenciação das Dinâmicas Socioculturais em Mirandela”.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 13/12/2022, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, propor à Assembleia Municipal de Mirandela, o Reconhecimento do Interesse para as Populações ou para a Economia Local do projeto “Potenciação das Dinâmicas Socioculturais em Mirandela”, emitindo a respetiva Declaração, conforme proposto.”**

----- Efetuada a votação e estando 55 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Reconhecimento do Interesse para as Populações ou para a Economia Local do projeto “Potenciação das Dinâmicas Socioculturais em Mirandela”, emitindo a respetiva Declaração.**

### **5.13 Proposta de Alteração à Tabela de Preços do Município de Mirandela.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 13/12/2022, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do PS e três votos contra dos membros do PSD, conforme proposto, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal:**

- 1 - A Inserção da Tarifa Social e Tarifa para Famílias Numerosas na Tabela de Preços do Município de Mirandela;**
- 2 - A atualização do Tarifário do Serviço de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e Recolha de Resíduos Sólidos, constante na Tabela de Preços Aplicáveis aos Utilizadores Finais dos Serviços de Abastecimento de Água, de Saneamento de Águas Residuais e Recolha de Resíduos Sólidos (Anexo I).”**

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“A Bancada do PSD propõe à Mesa da Assembleia Municipal, que o ponto 5.13, seja votado em separado os dois subpontos:

Ponto 1 – Inserção da tarifa social e tarifa para famílias numerosas;

Ponto 2 – A atualização do tarifário do serviço de abastecimento de água, saneamento de águas, resíduos e recolha de resíduos sólidos.

É isto que a Bancada propõe.”

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este é um Ponto que merece uma discussão mais aprofundada, eu vou tentar ser o mais sintético possível, não deixando de dar os parabéns à Câmara Municipal e ao Executivo, pela forma inteligente que teve em apresentar esta Proposta.

E eu chamo-lhe inteligente porquê? Porque nós olhando para aqui, para a alteração dos escalões, mantemos na mesma os quatro escalões é um facto, mas há aqui uma diferença que denota aquilo que eu chamo uma inteligência, mas uma inteligência que pode passar despercebida aos mais incautos, mas quem olhar com atenção para esta Proposta ficará a saber que a relação desta Proposta com a intenção que esta Proposta tem para os nossos municípios, é completamente desajustada.

Senhora Presidente, eu vou-lhe dizer porquê, na questão do primeiro escalão, que vai de 0 a 5 m<sup>3</sup>, o valor antigo era 0,45 €/m<sup>3</sup>, e a Senhora Presidente e bem, fez um aumento de um cêntimo, ou seja, temos uma diferença de 1,9 %. Mas depois a Senhora Presidente ou o seu Executivo de uma forma inteligente, é assim que eu tenho que a caracterizar, transformou o segundo escalão, que era de 5 a 10 m<sup>3</sup>, para de 5 a 15 m<sup>3</sup> e então aqui é que nós temos o brutal aumento de água que vai existir, ou seja, de 1,02 €/m<sup>3</sup>, os mirandelenses pagavam 0,90 €/m<sup>3</sup> e agora vão passar a pagar 1,02 €/m<sup>3</sup>, ou seja, temos aqui um aumento da água de 13 %.

E a inteligência desta medida está aqui, ou seja, a abrangência de passar do mais que 5 até 15, que era o escalão anterior, que era de 5 a 10, pondo mais 5 m<sup>3</sup> neste escalão, vai atingir a maioria da população de Mirandela e a maioria da população de Mirandela vai passar a pagar a água mais 13,3 % mais cara.

Porque depois, Senhora Presidente e aqui é que denota exatamente aquilo que é a sua matriz política deste valor, é que aqueles que gastam de 15 a 25 m<sup>3</sup> que pagavam no anterior tarifário 1,64 €, vão pagar agora 1,33 €, ou seja, quem gasta mais água vai pagar menos água e obviamente que aqui podemos tirar duas ilações, a Câmara Municipal vai beneficiar quem gasta mais água e depois quem tem mais de 25 m<sup>3</sup> pagava 2,89 € no anterior tarifário e agora vai pagar 2,67 €, ou seja, no terceiro escalão a Senhora Presidente vai reduzir o custo da água em 19,2 % e no quarto escalão vai reduzir 7,6 %.

Esta medida encaixa bem, por isso é que eu digo que é uma medida inteligente, encaixa bem naquilo que vai ser praticamente 90 a 95 % da população de Mirandela que vai pagar a água mais cara cerca de 13,3 %, tenho aqui os números Senhora Presidente.

Mas há aqui outra coisa que tem que ficar esclarecida que é, o IVA não pode ser cobrado Senhora Presidente, diz a lei, “os serviços de saneamento e águas residuais e de recolha de resíduos, caso a gestão feita por serviços municipais ou municipalizados de acordo e eu agora vou fazer a prestação que faz o Senhor Secretário, no n.º 2 do artigo 2.º do CIVA – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, não estão sujeitos a IVA e a Câmara Municipal continua a sobrecarregar os mirandelenses com as taxas de resíduos com IVA que é proibido por lei, se não, Senhor Secretário consulte a lei e veja se o que eu estou a dizer não corresponde à verdade.

A pergunta que eu lhe deixo Senhora Presidente é esta, vai parar de cobrar o IVA e vai ressarcir os municípios de Mirandela por IVA que cobrou indevidamente? Isto é que era importante nós estarmos aqui a discutir, porque o que diz a lei é exatamente que não pode ser cobrado o IVA à taxa de 6 % por os serviços municipalizados ou municipais na questão dos resíduos sólidos.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu tenho que intervir porque efetivamente trata-se de um bem essencial, um bem que qualquer Câmara que se preze não deve aumentar, então numa altura destas, em que há aumentos por todo o lado a que nós não podemos fugir, a água ser aumentada eu não concordo que isso seja feito, até porque já se votaram aqui Pontos onde se podia ir buscar receita para a Câmara Municipal e prescinde-se disso, então, porque é que se vai aumentar pensando a Câmara com esta questão da Tarifa Social, de inclusão, os que ganham menos está salvaguardado.

Senhora Presidente todos os estratos sociais, com rendimentos, sem rendimentos, com mais rendimentos, com menos rendimentos, precisam de água, usam a água, é uma questão de higiene, inclusivamente que tem a ver com a saúde. Não queremos voltar à Idade Média, onde as doenças surgiam porque realmente as pessoas não tinham a higiene que devia, porque também não havia as condições, foi preciso passarem muitos anos para termos casas-de-banho, banho público, já os romanos tinham, mas nós nas nossa sociedades não tínhamos e agora vamos ter que evitar gastar água, as pessoas estão habituadas a tomar banho todos os dias e isso também gasta água, às vezes gasta-se água sem querer, porque nós ligamos a água e ela tem que percorrer a casa toda até à casa de banho para chegar quente e nós não podemos começar a tomar banho com água fria no inverno e perde-se aí muita água.

Nós não concordamos que se mexa na taxa da água e mais Senhora Presidente, para terminar e eu senti na pele isso, porque estive numa casa alugada, não sei a água fugia para algum lado, estou noutra agora recentemente, estou a fazer o teste e não há dúvida que estou a gastar menos, isso é outro problema também, mas verifico nas minhas faturas, numa das faturas que eu paguei 34 €, gastei 15 m<sup>3</sup>, porque às vezes também tinha a ver e cheguei a reclamar, com as leituras que dava mas que depois não eram consideradas e como acumulava lá tinha eu que pagar, desses 34 € mais de 50 % iam em taxas, não ia no consumo da água.

Senhora Presidente eu peço-lhe e sei que a Senhora Presidente gosta de tratar os mirandelenses realmente com coração, mas peço-lhe que efetivamente que em relação à água, não mexa na água, deixe ficar as taxas como estão, para bem de todos os mirandelenses.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta Tabela de Preços, a verdade é que resultou de um estudo que está a ser feito há uns meses por uma equipa da Divisão de Administração Geral, juntamente com o Relatório que foi apresentado juntamente ao preçário, uma equipa afeta também à questão da análise daquilo que são as tarifas e estamos aqui a incluir o serviço de abastecimento de água, o saneamento de águas residuais e uma situação muito importante, que é a recolha de resíduos sólidos.

Todas estas tabelas e aquilo que nós alteramos é a estrutura tarifária, a água não vai ter aumento, o que efetivamente vai sofrer uma atualização é o saneamento e são os resíduos sólidos.

Eu quero chamar aqui a atenção para duas grandes questões, nós temos, aqui no concelho, pese embora os nossos tarifários não sejam tarifários baixos, temos uma estrutura tarifária que não está de acordo com a Entidade Reguladora e essa Entidade Reguladora tem questionado a autarquia porque há alguns anos a esta parte que todas as Câmaras Municipais têm declarado a sustentabilidade destes sistemas, que são a água, o saneamento e os resíduos urbanos e que portanto, sendo sustentáveis podem candidatar-se a fundos do POSEUR. Mirandela sempre foram emitidas essas declarações e estamos efetivamente em risco de devolver algumas dessas verbas, porque efetivamente não criamos sustentabilidade no sistema, isto não tem a ver só com os consumos de água propriamente ditos, todos sabemos a dificuldade, neste ano em particular e eu julgo que nos próximos anos, mais difícil vai ser o abastecimento de água, em particular quando há uma utilização indevida da água de abastecimento da rede pública, essencialmente para jardins ou outros usos que não sejam o abastecimento de pessoas e de animais obviamente.

Esta alteração tarifária teve como base duas premissas, não aumentar a água, a água em si não vai ficar mais cara, temos é os escalões de forma diferente e isto tem a ver essencialmente, havia no anterior tarifário algumas situações discriminatórias, nós tínhamos um aumento por exemplo, do saneamento entre quem consumia 20 m<sup>3</sup> ou 21 m<sup>3</sup> e estamos a falar numa diferença de 1 m<sup>3</sup> de 4 para 16 euros e agora existem, para além de taxas fixas e tarifas variáveis, atualização das próprias tarifas, sendo que, em relação à água há uma descida de forma generalizada em relação aos agregados.

Estamos aqui a propor uma situação e uma não pode ser dissociável da outra, que é o alargamento das tarifas sociais e isto tem a ver, o alargamento das tarifas sociais faz com que seja, para além da estrutura tarifária estar de acordo com aquilo que são as regras emanadas pela ERSAR, temos também a questão das tarifas sociais alargadas às pessoas que têm menores rendimentos e também a agregados de famílias numerosas e portanto, o que está aqui em causa Senhores Deputados, não é o aumento do tarifário, é uma atualização e uma alteração de toda a estrutura portanto, toda a estrutura da fatura da própria água vai ser alterada.

Pelas contas que nós fizemos e pelos Percerces Técnicos que nós temos e acreditem que não foi um trabalho que foi feito em dois ou três dias, há meses que os Serviços Técnicos andam a estudar este assunto, aquilo que nós sabemos é que, se cada agregado familiar poupar 1 m<sup>3</sup> de água não vai ter qualquer alteração na fatura de água. Isto é de facto uma realidade, nós temos que vos informar por outro lado, que em relação aos resíduos urbanos, foi criada uma taxa de gestão de resíduos, esta taxa de gestão de resíduos este ano é de 22 €/tonelada, para o ano vai ser 25 €/tonelada, no ano a seguir vai aumentar 5 € por tonelada e por isso temos duas situações, ou também fazendo campanhas para a reciclagem, temos eventualmente que criar mais solidariedade entre todos, reduzir aos consumos, obviamente nem pensando naquela situação que falou o Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, da Idade Média, a nossa preocupação também é, para além da sustentabilidade do sistema, levar água a populações que neste momento não têm água disponível de qualidade e tem de ser água transformada, ou seja, o investimento que tem de ser feito em algumas aldeias para que a água chegue, nomeadamente um investimento que tem de ser feito e que vamos tentar candidatar ao POSEUR e só podemos candidatar se o sistema for sustentável.

Bem sabemos que se fala há muitos anos, como sabem, de uma verticalização de todo o sistema da baixa e da alta na empresa Resíduos do Nordeste, mas se nós formos ver as tarifas que a Resíduos do Nordeste cobra aos Municípios, tudo aquilo que nós cobramos aos municípios temos um diferencial de praticamente 300 mil euros, entre aquilo que nós cobramos e aquilo que é cobrado ao Município.

Outra questão que convém, eu quero informar a Assembleia Municipal, estamos a pedir às Juntas de Freguesia que neste momento não pagam resíduos, neste momento e desde sempre, não pagam resíduos nem pagam saneamento, para o fazerem, são quatro aldeias, eles próprios fazem a gestão da água e portanto, nunca pagaram nem resíduos urbanos, nem saneamento, o que cria uma situação de injustiça para todos os outros e que cria um défice nas nossas contas e por isso aquilo que eu queria esclarecer e em relação à questão do IVA, cobramos IVA em todas as faturas a 6 %, nos termos da estrutura da ERSAR e a taxa de gestão de resíduos, a TGR não tem IVA, ou seja, é a informação em resposta aquilo que o Senhor Deputado *Jorge Humberto* referiu.

Relativamente a todas as taxas variáveis e fixas, toda a estrutura daquilo que é proposto é diferente daquilo que está neste momento, sabemos que temos efetivamente que alterar, de forma substancial, esta situação, tendo também em mente e queria realçar esta situação de que a Tarifa Social é uma obrigação de todos e estamos a proteger os mais vulneráveis, os mais carenciados e também as tarifas para famílias numerosas, não podendo eventualmente fazer a separação das duas, porque toda a estrutura foi feita com base em todo o que são as obrigações legais que nós temos para com a ERSAR:

Aquilo que vos posso dizer, para além disso é que também sob o ponto de vista da verticalização do sistema ou da passagem do nosso sistema, que tem de ser obviamente aprovado em Assembleia Municipal, para uma empresa intermunicipal, nós assim também estamos mais protegidos porque efetivamente a ERSAR já aprovou esta estrutura de novo tarifário e desta atualização conforme as suas regras, orientações e por isso, apesar de todo o custo que isto tem, nós eventualmente tomamos esta decisão com base em orientações emanadas pela Entidade Reguladora e não queremos de todo ter que devolver tudo aquilo que foi investimento em todos os ramais e que foram financiados há alguns anos a esta parte pelo POSEUR e queremos que venhamos a ter mais ramais de água, saneamento, para que possamos ser mais sustentáveis e é verdade, a questão da sustentabilidade é a palavra chave destes próprios sistemas.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostei muito da palavra que a Senhora Presidente utilizou, a sustentabilidade do sistema, nós vimos no verão passado quantos m<sup>3</sup> jorravam pelo concelho todo, sob pena agora a fatura vir cair ao consumidor final.

A Senhora Presidente da Câmara está em condições de garantir que a maioria dos mirandelenses vão passar a pagar menos água?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Depende dos consumos Senhor Deputado, obviamente que se o agregado familiar aumentar vão aumentar os consumos

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O sistema em Mirandela ficou provado no verão passado, depois de um anúncio do Senhor Vereador à comunicação social de que Mirandela tinha um plano de poupança de 65 % de água, “Mirandela Cidade Jardim”, verificou-se depois, com o trabalho de outros, que jorrava água pelo concelho todo. Portanto, esta sustentabilidade é muito relativa e se quem fez esse estudo também estudou este problema ou se é que não tem responsabilidades ao longo do tempo, porque nunca, de forma taxativa e determinante, obrigou que os políticos tomassem medidas, ao ponto de chegarmos onde chegamos. Aqui há água perdida por todo o concelho e sob pena de agora o consumidor final, ter que pagar essa fatura.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Obrigada pela questão que colocou, efetivamente nós temos um problema em todo o concelho, há pontos críticos e nós estamos a falar de consumidores domésticos, de tarifas de gestão de sólidos industriais e outros e não estamos a falar da água em si, nós estamos a falar essencialmente de saneamento e resíduos sólidos, ou seja, a água em si tem até uma ligeira descida, isto porque nós na água somos praticamente sustentáveis, apesar de termos roturas em alguns pontos frequentes, fruto da falta de investimento ao longo dos anos em novos ramais. Já temos feito algumas condutas novas, mas efetivamente as condutas que existem têm roturas frequentes, roturas vai haver sempre, porque não há sistemas que sejam infalíveis, mas efetivamente a alteração substancial que existe é no saneamento, onde nós temos uma sustentabilidade de 45 % e nos resíduos sólidos urbanos, ou seja, este diferencial entre aquilo que a Câmara paga à Resíduos do Nordeste e reparam, os resíduos estão concessionados há muitos anos na empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste e esta empresa intermunicipal aquilo que nos cobra ficamos sempre com um diferencial de praticamente 300 mil euros, entre aquilo que nos cobra e aquilo que nós cobramos a todos os municípios.

A água em si não é o problema deste tarifário, é efetivamente as indexações aos consumos de água, do saneamento e resíduos urbanos. Quanto mais ramais tivermos maior é a nossa capacidade de fazer chegar a água a vários pontos do concelho. Nós nunca seremos completamente, cumprindo aquele princípio de utilização utilizador/pagador, porque nós temos quilómetros e quilómetros de ramais e portanto, todos os utilizadores que consomem estes serviços numa zona mais longínqua do concelho, nunca pagará o custo da água para levar lá. Temos um projeto para levar a água a Cedães, Cedaínhos e Vale de Asnes, estas mesmas condutas para três aldeias vão ficar em 500 mil euros.

Digam-me quando é que este utilizador daquelas aldeias vão pagar este investimento, provavelmente daqui a muitos anos quando a estrutura já precisar de ser renovada. Isto faz com que este investimento é por uma questão de equidade territorial e é um investimento que vai ser feito obviamente tentando algum financiamento a nível comunitário, mas é nossa obrigação levar a água, porque todos sabemos que diariamente, nos meses de verão temos que transportar água para estas aldeias, o que também é um custo acrescido para a Câmara Municipal, só este ano foram 200 mil euros, em transporte de água em todo o concelho, para os Bombeiros de Mirandela e de Torre de Dona Chama, que fazem esta atividade imprescindível à gestão destes recursos.

Com as alterações climáticas e com a seca que vivemos, muitas das águas de abastecimento público estão a ser usadas indevidamente para a agricultura e portanto, nós temos efetivamente que tentar que haja esta redução do consumo, para que a água e como muito bem disse o Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, que é um recurso finito e um bem maior que todos temos, possamos ser sustentáveis e que o concelho de Mirandela possa dizer, de forma clara que houve um investimento neste setor e que houve também no setor de resíduos urbanos, a obrigação de fazer reciclagem. Não sei se têm informação sobre isso, mas sempre que nós reciclamos estamos a diminuir a fatura dos resíduos urbanos e por isso este apelo, a que também agora nesta altura da época de Natal, à reciclagem de tudo aquilo que é reciclável, este apelo é forte no sentido de podermos diminuir esta fatura que tem aumentado substancialmente ao longo dos últimos anos, porque produzimos mais lixo indiferenciado, que é faturado pela Resíduos do Nordeste à Câmara Municipal e que obviamente com esta taxa de gestão de resíduos fica incomportável, sob o ponto de vista financeiro, de termos regras e de cumprirmos as regras da Entidade Reguladora.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente eu tenho aqui a fatura da água e posso-lhe garantir, que está aqui, que me cobram 6 % de IVA no serviço de saneamento de águas residuais e 6 % de IVA na gestão de resíduos urbanos. Está aqui, portanto não me venha dizer que não cobra IVA, está aqui nesta fatura.

E agora Senhora Presidente também não venha dizer que, por isso é que eu comecei a minha intervenção de há pouco que isto é uma forma inteligente, como é óbvio, nós sabemos que há um défice que a Câmara Municipal tem para a Resíduos do Nordeste, com o contrato que fizeram em passar a gestão para aquela empresa e obviamente de que a única forma de nós pagarmos aquilo que são a recolha dos lixos, é aumentando o preço da água e eu estou-lhe a dizer Senhora Presidente, que os valores antigos, antes desta Proposta ser votada e provavelmente aprovada por esta Assembleia Municipal, mas isso fica à responsabilidade de cada um, a Senhora Presidente do escalão de 0 a 5 m<sup>3</sup> o valor antigo eram 0,45 €, os novos valores vai passar para 0,46 € e se nós reparamos que de 0 a 5 m<sup>3</sup> praticamente é um valor residual que as pessoas gastam nas suas casas.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Deputado não tem os valores corretos.



----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tenho. De 5 a 15 m<sup>3</sup> Senhora Presidente, foi este escalão que a Câmara Municipal alterou, o valor antigo era de 0,90 €/m<sup>3</sup> e agora vai ser pago a 1,02 €/m<sup>3</sup> Senhora Presidente, ou seja, estamos a falar num aumento de 13,3 %. E quando a Senhora Presidente fala em eficiência e naquilo que são as alterações climáticas, o escalão de 15 a 25 m<sup>3</sup>, que se pagava nos valores antigos 1,64 €, vai-se pagar 1,33 €, ou seja, vai haver uma redução de 12,9 % no consumo de água Senhora Presidente, não venham dizer que estamos a beneficiar e que estamos a criar a taxa social. Vai haver um aumento da água e os Senhores Deputados e os municípios de Mirandela, quando receberem a próxima fatura tenham em atenção se consta os 6 % do IVA nos resíduos, porque é proibido por lei e esta Câmara Municipal está a cobrar este dinheiro.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Senhor Deputado, em relação às tarifas no primeiro escalão de 0 m<sup>3</sup> a 5 m<sup>3</sup> passou de 0,45 € para 0,4328 €, no escalão de 6 m<sup>3</sup> a 15 m<sup>3</sup>, de 0,90 € para 0,9617 €, de 16 m<sup>3</sup> a 25 m<sup>3</sup> passou de 1,64 € para 1,2503 €, a cima de 25 m<sup>3</sup> passou de 2,89 € para 2,5196 €, isto em relação ao atual e ao novo tarifário relativamente à água e em relação ao IVA, dizer que na Taxa de Gestão de Resíduos nós não estamos a cobrar IVA.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não obstante a Senhora Presidente da Câmara Municipal ter explicado e ter fundamentado que o estudo e a projeção deste documento apresentado tendo em conta os dois pontos em conjunto que aqui foram apresentados, não obstante disso, como eu dizia, a Mesa da Assembleia Municipal acolhe a respetiva Proposta da Bancada do PSD, fazendo a analogia da pertinência e do mérito à semelhança daquilo que foi aqui há pouco falado sobre o IML, podemos votar de uma forma um ponto do IMI, concordando com a taxa a aplicar e podemos votar contra a majoração dos prédios devolutos, ou da bonificação. Porquanto como se trata apenas de uma metodologia de votação, caberá ao Plenário decidir a forma de votação, se vota em globo, ou se vota em separado, recordando a explicação dada pela Senhora Presidente, de que toda a projeção e estudo foi feito com as duas variáveis em presença.

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu lamento e não acompanho minimamente a questão e não aceitaremos votar separado o Regulamento das tarifas, e a tarifa social à parte, uma vez que a tarifa social está indexada a uma taxa fixa que faz parte do primeiro documento, ou seja, opomo-nos à separação porque não faz qualquer tipo de sentido estarmos a votar uma parte que depende diretamente de um valor global, que é o das taxas aqui em discussão.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Foi essa a explicação dada na minha primeira intervenção, que a Senhora Presidente tinha explicado o que é que estava em causa e as variáveis que estavam em causa para a projeção da proposta final, no entanto, a Mesa em plenitude do seu exercício democrático, recebeu uma Proposta e ela é sujeita a votação, dos 53 Membros presentes cabe-lhes julgar o mérito ou não da proposta, que democraticamente a Bancada tem todo o direito de a apresentar.

De maneira que a metodologia vai ser esta, vai ser perguntado à Assembleia se vota a favor da votação em globo e registamos os votos, depois é proposto se vota a favor de se fazer a votação em separado, a votação que ganhar é aquela que se procede.

Eu pergunto à Assembleia se vota a favor da votação em globo dos dois pontos, 35 votos dos 53 votaram a favor, pelo que a metodologia aprovada por este Plenário é a votação em globo da Proposta.

----- Efetuada a votação e estando 53 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 36 votos a favor, uma abstenção e 16 votos contra, aprovar:

- 1 - A Inserção da Tarifa Social e Tarifa para Famílias Numerosas na Tabela de Preços do Município de Mirandela;
- 2 - A atualização do Tarifário do Serviço de Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais e Recolha de Resíduos Sólidos, constante na Tabela de Preços Aplicáveis aos Utilizadores Finais dos Serviços de Abastecimento de Água, de Saneamento de Águas Residuais e Recolha de Resíduos Sólidos (Anexo I).

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

#### **Declaração de Voto**

A Bancada do PSD votou contra esta Proposta, não contra parte da Proposta que é a questão da tarifa social e nós achamos deveras importante, mas sim contra a restante Proposta.

Votamos contra, porque consideramos que ela vai de frente e é contra a nova geração e os jovens que neste momento se tentam emancipar e que é claramente prejudicativa da sua emancipação.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) apresentou a seguinte Declaração de Voto:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

#### **Declaração de Voto**

O CDS votou contra a proposta pelo seguinte: não concordamos que seja aumentada a tarifa da água. Votamos contra, porque efetivamente não entendemos que seja aumentada a água numa altura destas e com o que a Senhora Presidente disse, na análise que fez em relação aos aumentos, chegamos à conclusão que quem tem mais poder económico, quem gastar muito mais água, porque tem piscina, etc., diminui o preço do m<sup>3</sup>. Foi o que falou em relação ao que estava a pagar anteriormente, foi o que fiquei com ideia.

No entanto, a nossa posição é esta. Entendemos que um bem essencial como a água não devia ter aumentos e que as taxas inerentes, nomeadamente a dos resíduos sólidos e não só, não deviam ser superiores ao consumo de água, até porque estamos na terra quente transmontana, sabemos como é que funciona o verão aqui em Mirandela, que se gasta muito mais água e ainda acrescentamos o seguinte: famílias numerosas, sim senhor, mas é preciso ter em consideração que há famílias que não são tão numerosas numa altura e durante uma determinada época acabam por ser numerosas, porque vêm os netos ou porque vem a família e isso não há maneira de justificarmos, porque não é uma família numerosa normal, mas acaba por consumir mais água, acaba por ultrapassar os escalões e por aí fora.

Portanto, não concordamos que a tarifa da água seja aumentada.

Entendemos que a fatura da água vai aumentar no seu conjunto, que os consumidores vão sentir isso e que isto é uma política nada atrativa para combater a desertificação de Mirandela.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* fez um esclarecimento:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço a questão, quero só alertar-vos para uma situação, a ONU tem como referência uma média por pessoa de gasto de água, deveria ser de 110 litros/dia, nós gastamos 187 m<sup>3</sup> por pessoa, isso quer dizer que ainda há uma margem de poupança. Não está em causa o valor dos consumos, até porque como digo o valor da água diminui, houve atualização tarifária no saneamento e resíduos urbanos, ou seja, se nós pouparmos água estamos a poupar em toda a fatura.

A nível de escalões, é muito mais equitativo aquilo que se fez, porque houve um desdobramento dos escalões e já não é tão penalizado quem está entre os 15 e os 25 m<sup>3</sup>.

Pelo estudo que foi feito, a grande generalidade dos agregados familiares que obtêm o tarifário social, tem uma descida significativa na fatura e é também essa proteção social que nós queremos garantir e por outro lado, as coletividades e as IPSS também estão abrangidas neste tarifário social, os tarifários sociais aplicados aos utilizadores domésticos reúnem os seguintes requisitos: Em situação de carência económica, ser beneficiário de pelo menos uma das seguintes prestações sociais, Complemento Solidário para Idosos, Rendimento Social de Inserção, Subsídio Social de Desemprego, Abono de Família, Pensão Social de Invalidez, ou Pensão Social de Velhice, são considerados ainda em situação de carência económica, os clientes cujo agregado familiar tenham rendimento anual per capita igual ou inferior ao valor anual indexante dos apoios sociais, o vulgar IAS.

O tarifário das famílias numerosas, é aplicável aos utilizadores domésticos, cuja composição do agregado familiar ultrapasse quatro elementos e residam no local do consumo, o tarifário social é aplicável a utilizadores não domésticos, as instituições de solidariedade social, portanto as IPSS e também as organizações não governamentais sem fins lucrativos.

Por isso, a vontade que não fosse efetivamente votada em desdobramento porque uma medida está indexada à outra atualização de toda a estrutura tarifária e portanto, não era possível aplicar o tarifário social e o tarifário das famílias numerosas, na outra tabela e na outra estrutura, porque estamos a falar de taxas fixas e em taxas variáveis tal como está na Proposta enviada para todos.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhora Presidente, Senhores Deputados.

Peço desculpa, mas há pouco fiquei perturbado realmente com os risos que havia aqui ao lado e o meu raciocínio não foi completo, eu queria completar com o seguinte, nós entendemos que a fatura da água vai aumentar no seu conjunto e que, os consumidores vão sentir isso e que isto é uma política nada atrativa para combater a desertificação de Mirandela.

#### **5.14 Proposta de Deliberação de Prorrogação do Prazo de Conclusão da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Mirandela.**

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 13/12/2022, que se transcreve:

**“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:**

- 1 - Aprovar o aproveitamento dos atos e formalidade praticados no procedimento de Revisão;**
- 2 - Prorrogar o Prazo de Conclusão da 2.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Mirandela até 31/12/2023;**
- 3 - Comunicar à CCDR-N o teor da deliberação da prorrogação;**
- 4 - Proceder à publicação e publicitação da deliberação de prorrogação, nos termos do RJGT;**
- 5 - Submeter este documento à apreciação da Assembleia Municipal.”**

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

## Outros Assuntos de Interesse para o Município

### 5 – Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO CARLOS REIS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Eu vim aqui porque houve aqui duas situações que me surgiram durante o dia e uma delas foi quando o Senhor Presidente da Junta de Alvites *Eurico Carrapatoso* veio falar de uma forma bastante oportuna, sobre a súmula das Atas das Assembleias, que é uma questão pertinente de facto, mas eu fiquei à espera que viesse falar sobre o problema que foi levantado depois pelo nosso Senhor Deputado e companheiro *Emanuel Batista*, que é a questão da *Xylella fastidiosa*, pensei que fosse uma preocupação sua e acredito que seja, eventualmente pedir a criação de um fundo de apoio se aquilo correr mal, sei que tem, como eu tenho terras e olivais e sei que é um assunto que poderá surgir numa Assembleia de Freguesia, que terei todo o gosto de comparecer, mas não queria deixar aqui de dar nota da preocupação com a súmula.

Depois, ainda relativamente à Revisão Orçamental dizer aqui duas ou três coisas, em 2018, o então Vereador *José Cunha* disse o seguinte: “Esta Revisão Orçamental é apresentada também para termos uma melhor execução, não escondendo essa situação...”, tem de se lhe dar os parabéns por esse motivo, tem de se lhe dar os parabéns, não pelo facto do orçamento rectificativo, mas sim pela honestidade que teve na altura em assumir que de facto era por causa de um desvio que havia, era para fazer uma Revisão para as coisas ficarem mais bonitas.

Deixe-me dizer-lhe também Senhora Presidente, relativamente a essa situação que eu acho que foi uma situação que passou, que ninguém falou nela, pelo menos foi o que me pareceu, que desde 2018 se não fossem feitas estas revisões orçamentais, a execução do Orçamento rondaria os 60 %, na rubrica de investimento nem chegaria aos 30 %, segundo aquilo que me parece e depois há aqui uma situação que eu depois fui rever porque a Senhora Presidente disse, eu não tive a hipótese de ir confirmar, porque o Orçamento de 2012 não está disponível no site da Câmara Municipal.

Mas não queria deixar de dizer-lhe que provavelmente o maior Orçamento de sempre, e daí eu não conseguir confirmar e salvo estar errado por esse motivo, não pode confirmar se 2012 tinha um Orçamento maior que este ou não, porque não estava disponível, no site e portanto, deixo este reparo ao Senhor Deputado *Rui Pacheco*, mas salvaguardando sempre a possibilidade de eu corrigir posteriormente, porque ficará disponível eventualmente no site.

Este é o maior Orçamento de sempre, eu espero e é de coração, que não resulte no maior orçamento rectificativo de sempre. Se isso acontecer, confesso-lhe que é de se lhe tirar o chapéu pela coerência, de 2018 até agora sempre com orçamentos rectificativos, que eu considero que são, tal e qual como disse o Senhor Deputado, são importantes para haver correções daquilo que não ficou planeado, confesso que sim, daí a fazer disso uma norma já me parece eventualmente um bocadinho rebuscado.

De qualquer forma fica esta nota, confesso que este último parágrafo está sujeito a confirmação por parte da disponibilidade do Orçamento de 2012.

Boas Festas para todos.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Salgueiro *ADÉRITO TEIXEIRA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Venho aqui para vos convidar para a Festa dos Reis e para a Feira dos Reis, a Festa dos Reis é no dia 05 e 06 de janeiro de 2023 e a Feira dos Reis é no dia 07 e 08 de janeiro de 2023.

Ficam todos convidados, quer para a Festa, quer para a Feira, na Feira eu tenho o prazer de vos servir qualquer coisa para comer e para beber e depois, confraternizamos todos.

Boas Festas para todos.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS PIRES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Tocar só dois ou três pontos, recordo no mês de novembro os eventos que tivemos no concelho, a Feira de Suções, uma prova desportiva nos Passos e um passeio pedestre em Vale de Telhas, por coincidência todos no mesmo dia! Achei um pouco estranho e penso que deveriam pensar em reunir para organizar a agenda cultural e desportiva do concelho, porque num raio de 20 km termos três eventos, eu acho que se anulam uns aos outros, principalmente Suções e Passos ali vizinhos. Ter uma prova desportiva e ao lado a Feira do Azeite e do Pão, deviam repensar na agenda, na reorganização da agenda desses eventos.

Outro assunto, estamos no fim do ano e eu penso que o assunto mais falado aqui foi a tirolesa, eu penso que foi falado em todas as sessões. É a palavra do ano e como foi tão falada, eu dei-me ao trabalho de ir ver o parque infantil que não conhecia e de facto o parque está muito bonito, está muito funcional, gostei muito, mas confesso, eu não gostava de ter a tirolesa ao lado da minha porta, agora cada um tire as suas ilações, eu penso que já foram lá mais Deputados, não se manifestaram, penso que a Senhora Presidente já apresentou uma solução, não sei se será a solução definitiva, mas se pensarem em retirar a tirolesa, tenho a certeza de que a

Senhora Presidente de São Pedro Velho e a população de São Pedro Velho agradecem, se a levarem para São Pedro Velho. Até porque há uns anos tivemos num Orçamento Participativo uma ideia de um slide que depois não chegou a ir a comissão, portanto em vez de termos o slide, teremos a tirolesa em São Pedro Velho. Pode ir a votação se quiser Senhor Secretário.

Gostaria também de parabenizar a Câmara Municipal pelo início das obras da praia fluvial da Ponte Romana de Torre de Dona Chama e São Pedro Velho, digo isto porque muita gente não sabe, inclusive está lá um painel informativo junto à Ponte em São Pedro Velho, no território de São Pedro Velho e onde está a localização só mencionam lá a Torre de Dona Chama, agradecia que fizessem essa retificação, porque de facto a Ponte também é nossa.

Na documentação que li, que me foi enviada, quando se referem à Ponte da Pedra, mencionam lá Ponte Românica, mas não é ponte românica, é Ponte Romana a Ponte da Pedra, está lá um lapso.

Outro assunto que já nos vem a preocupar há uns anos em São Pedro Velho, há uns anos tivemos lá um bloco de granito bastante afastado da aldeia, no entanto na parte superior da aldeia, junto às casas temos lá imensos blocos, várias toneladas, na altura em 2018 quando foram lá houve essa preocupação, foi lá a Proteção Civil e o IPB e a solução era um sistema que na Junta se conseguia detetar se havia movimento ou não, isto em 2018, depois entretanto não avançaram e depois do incêndio voltaram lá novamente e penso que deviam avançar o quanto antes, porque quem conhece a aldeia saberá daquilo que estou a falar, são blocos de toneladas que estão a uma distância de 10 a 15 m das casas no topo superior da aldeia e com o incêndio, com as chuvas que tem havido e com a “preocupação” dos proprietários de querer vender agora os pinheiros que arderam, acho que está ali um perigo eminente, que deveriam tentar resolver o quanto antes, antes que haja ali uma desgraça e como digo, eu não sei precisar, em 2015, 2016, 2017, houve uma dessas pedras que caiu uns 100 m, a sorte foi ser a uns 300 m a 400 m das casas.

Boas Festas.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Duas notas muito breves, eu no início do ano pedi ao Senhor Vereador dois bancos de jardim daqueles que tinha sido retirados do Parque do Império e para meu espanto disseram-me que já estava tudo entregue, eu cheguei um pouco atrasado.

Qual é o meu espanto, tenho vindo a verificar durante o ano até à data de hoje, ainda hoje tive essa preocupação de passar no estaleiro da Câmara Municipal e vocês podem passar e ver, junto aos Salesianos mesmo que o parque esteja fechado, aquilo está aberto, os bancos estão restaurados e continuam lá amontoados, eu não sei se foi para lá um banco fêmea e estão-se a reproduzir, ou se não foram entregues. Eu acho que é um desperdício de dinheiro, porque a Câmara Municipal pôs madeira nova, pintou a estrutura e aqueles bancos fazem falta nas aldeias. Se ninguém quiser, Frechas está disponível para receber quatro.

Outra nota para dar conta da minha preocupação, que frisei aqui na última Assembleia Municipal de 14 de outubro das Juntas de Freguesia é a questão da barragem do Cachão, a Senhora Presidente reagiu, passados três ou quatro dias andaram lá os Sapadores três dias, fizeram lá uma limpeza de umas ervas, desapareceram e nunca mais fizeram nada. O que é que acontece, há nove dias que o canal tem 5 quilómetros completamente cheios e está a cerca de 1.000/1.200 m de chegar à barragem, ou seja, não está a entrar água para a barragem há nove dias e estamos a desperdiçar água para todos os terrenos adjacentes do canal que leva a água para a barragem. Está a dar prejuízo aos agricultores, eu convidava os Senhores Vereadores e a Senhora Presidente a saírem do gabinete, eu fazia questão de os acompanhar para mostrar essa situação. Se efetivamente a água é para ir para a barragem, eu acho que sim, que se deve aproveitar esta água que está a ter um enorme desperdício, para os terrenos adjacentes ao canal, que fizessem alguma coisa, no sentido de com a maior brevidade meterem água dentro da barragem, porque no ano passado e há dois anos não entrou água, está numa quota que eu nunca me lembro de a ver tão baixa e é preocupante estarmos a desperdiçar milhares de litros de água por dia e a Câmara Municipal nada fazer. A Câmara Municipal não pode dizer que não tem responsabilidades, porque a Câmara Municipal de Vila Flor e de Mirandela são os detentores da barragem.

A todos umas Boas Festas, um Feliz e Santo Natal.

----- A Senhora Deputada Municipal *RITA MESSIAS* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

“Em primeiro lugar, queria fazer referência às recentes eleições internas do Partido Socialista e desejar a todos os eleitos um excelente mandato. Relembro que para presidente da Comissão Política da Concelhia de Mirandela, *Rui Pacheco* foi reeleito. Para a Federação Distrital de Bragança, *Berta Nunes* foi eleita, tornando-se na primeira mulher a assumir a presidência desta Federação. Para Presidente da Federação das Mulheres Socialistas – Igualdade e Direitos, foi eleita uma pessoa de Mirandela, *Patrícia Bernardo*, Membro desta Assembleia Municipal, o que também é um motivo de orgulho.

Muitos parabéns a todos pela coragem.

Efetivamente, vivemos tempos de enormes desafios pelo que a qualidade dos políticos é fundamental para contribuir para a definição de políticas que possam conduzir o concelho e a região para patamares de desenvolvimento que todos desejamos.

Da minha parte, e uma vez que fui eleita para o secretariado da Federação, é uma honra poder contar com o voto de confiança que me foi atribuído e, desde já, apresento a minha disponibilidade para trabalhar de forma articulada e fazer tudo o que estiver ao meu alcance para contribuir para o bem comum.

Um dos grandes desafios atuais, prende-se com a descentralização de competências da Administração Pública. E, hoje, nesta Assembleia, a Senhora Presidente já fez referência a esta situação, dando algumas explicações sobre o ponto da situação.

Contudo, dada a importância que este tema pode ter para reverter o fenómeno de despovoamento nesta região, não posso deixar de trazer aqui algumas reflexões e deixar alguns questionamentos.

Assim, tendo em conta a Resolução do Conselho de Ministros n.º 123/2022, recentemente publicada, sobre a transferência, partilha e articulação de serviços do Estado nas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional – CCDR, ficamos, de alguma forma, apreensivos sobre o que, concretamente, a dita descentralização implica.

De facto, esperamos que seja uma descentralização dos poderes concentrados no Governo central e, este poder, passar para as CCDR, pois descentralizar ou regionalizar é dar poder às regiões, para serem estas a decidir políticas de acordo com as suas necessidades, características e especificidades, tendo por base as linhas de orientação do Governo. E, o Governo, por sua vez, deve definir linhas de harmonização territorial de forma a resolver os problemas das regiões para, por exemplo, contrariar o despovoamento de alguns territórios, como é o caso da nossa região e, concretamente, de Mirandela.

Face aos dados definitivos dos Censos de 2021, o nosso concelho, em 10 anos, perdeu 2.466 pessoas e, desde 2001, perdeu 4.430 pessoas. O total de residentes em 2021 eram, neste concelho, é de 21.384 pessoas.

Também a Nut III – Terras de Trás os Montes, em 10 anos perdeu 10.225 pessoas. Havendo em 2021, 107. 272 residentes nesta CIM.

Desta forma, podemos verificar que, quer o nosso concelho, quer a região, têm vindo a assistir à perda da sua população, de forma sistemática. Se não houver políticas que contrariem este despovoamento, corremos o risco de ficar, essencialmente, sem a nossa população ativa, com as consequências que esta situação nos trás.

A criação de emprego, é, sem dúvida, o fator que mais contribui para a fixação e atração de pessoas, pelo que esperamos que esta proposta de descentralização contribua para criar mais postos de trabalho no setor público, nesta região.

Na Resolução de Conselho de Ministros que mencionei, é referido o “... alargamento dos poderes locais” e que se irá proceder à, e passo a citar: “... harmonização das circunscrições territoriais da administração periférica do Estado e ao reforço do papel das CCDR agora democraticamente mais legitimadas, com a integração dos serviços periféricos designadamente das áreas da economia, cultura, educação, formação profissional, saúde, conservação da natureza e das florestas, infraestruturas, ordenamento do território, e agricultura e pescas, sem prejuízo da descentralização de competências para as comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas”.

Esperamos que seja mesmo uma descentralização e não uma concentrar dos serviços periféricos nas CCDR.

Senhora Presidente, sabe dizer-nos em que é que se traduz o que é referido no citado documento que diz, e passo a citar: “Em caso de extinção dos serviços periféricos por transferência das suas atribuições para as CCDR, fica automaticamente assegurada a harmonização das circunscrições territoriais...”?

Penso que, neste momento, é importante procurar respostas a estas abordagens que são mencionadas neste documento, mas que não se consegue perceber em que é que isto se traduz.

Esta reforma pode ser aproveitada para contrariar efetivamente o despovoamento das regiões periféricas, reforçando-as com serviços públicos, descentrando-os dos grandes centros onde há problemas de habitação, onde o custo de vida é mais elevado, etc. e distribuí-los pelas zonas mais periféricas. Porque perder serviços do Estado, leva à perda de poder local, de emprego e sem emprego não há atratividade, os territórios perdem competitividade. Qual é a empresa que vem investir num território condenado ao abandono? Sem serviços públicos e sem emprego público não há emprego privado! Sem emprego, as poucas pessoas que cá vivem vão embora e a região não atrai gente.

É preciso fazer reformas, sim, mas para benefício das regiões menos povoadas, não para acentuar o seu despovoamento.

Senhora Presidente, já falou sobre o caso concreto da Direção Regional de Agricultura, cuja sede é em Mirandela, é fundamental que este serviço continue cá.

Se for possível, gostaria que nos esclarecesse melhor sobre o ponto da situação relativamente a esta descentralização.

Mais do que nunca, tem que haver união política entre todos os Partidos e todos os Presidentes de Câmara desta CIM para que, esta reforma, se possa traduzir em vantagens para os concelhos do interior do país e principalmente das terras de Trás-os-Montes.

Muitas destas reformas vão-se concretizar durante o próximo ano, por isso, espero que seja um ano de novas oportunidades e próspero para toda a região.

Desejo a todos Feliz Natal.”

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O que eu tenho aqui é um documento, foi o meu colega *Carlos Freitas* que me chamou a atenção para esta realidade, um documento enviado pela Assembleia Municipal, julgo eu, que é a consulta pública de um Plano Ferroviário Nacional, linhas com potencial para o turismo ferroviário, entrando no site, procurando o mapa 13, tem aqui as linhas, há uma classificação que está agora em consulta pública, que são as linhas com potencial para o turismo ferroviário, a linha do Tua que também já não existe, não está aqui contemplada, quer dizer que aquele comboio que além está estacionado junto à Estação de Caminho-de-ferro, se a linha não existe, não sei porque é que está ali o comboio parado, se o comboio andar na pouca linha que existe, não vai ser classificada com potencial para turismo ferroviário.

Esta é a nossa triste realidade, é um documento que está em consulta pública, que termina a 28 de fevereiro. Pedia-lhe Senhora Presidente da Câmara, com os meios tecnológicos de duplicar *e-mails* e também os Serviços da Câmara Municipal, que enchesse este documento, naquilo que diz respeito à consulta pública, a nossa manifestação de desagrado, desapontamento e desilusão, naquilo que tem a ver com a linha do Tua, a pouca que existe, a sua não classificação como potencial para turismo ferroviário e que, sob pena de outros andarem a decidir aquilo que nos diz respeito e sobretudo contra as gerações vindouras.

Esta é a triste realidade da linha do Tua, da pouca que existe e que não está classificada com qualquer interesse turístico e que não vemos, nos próximos dias, ou nos próximos tempos, que o turismo em Mirandela, sobretudo aquele que estávamos à espera da linha do Tua, viesse alavancar esta cidade e esta região, conjuntamente com outros projetos, por isso é que eles são importantes para nos colocar de uma vez por todas no mapa nacional e internacional das rotas de interesse para aqueles que têm potencial económico para nos virem visitar e consumir os nossos produtos.

Boas Festas a todos.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É com grande preocupação que acompanhamos a notícia relativa ao objetivo do Governo do Partido Socialista em extinguir a Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, fazendo que seja absorvida pelas CCDR's.

Numa altura e numa região, em que a agricultura já sofre tanto, com a situação pandémica desde os finais de 2019, a seca severa e extrema que o concelho atravessou no último ano, a somar ao brutal aumento especulativo dos preços dos fatores de produção, não admira que na primeira estimativa das contas económicas da agricultura para 2022, publicada pelo Instituto Nacional de Estatística, se preveja que o rendimento da atividade agrícola em termos reais registre um decréscimo acentuado na ordem dos 12 %.

A DRAP Norte era um dos poucos apoios de proximidade aos agricultores na formação, experimentação, investigação, no necessário investimento público, com planos de regadio, apoios à comercialização, transformação e escoamento da produção.

Como se pode compreender, que após sucessivos governos terem atacado a Direção Regional do Ministério da Agricultura, eliminando os postos de trabalho, retirando-lhe a competência sobre a área das florestas, agora o Governo do Partido Socialista quer extinguir os poucos serviços que restam, a pretexto de as integrar nas CCDR's.

Como temos afirmado, o que faz falta é mais proximidade e meios e não mais afastamento dos serviços de apoio aos agricultores.

Como é que a CCDR-N, uma instituição que nos merece todo o respeito, mas sem qualquer competência ou legitimidade para decidir o que a nossa agricultura precisa, vai identificar as prioridades no terreno, ou fazer a planificação plurianual para investimentos de importância estratégica? É claro que não vai. É por isso que já tinham transformado a DRAP Norte num instrumento que tinha como prioridade o controlo de investimento público em detrimento da intervenção no terreno e definição das opções estratégicas a nível regional para o setor agrícola.

A CDU não deixará de lutar pela manutenção da DRAP Norte em Mirandela, com meios mais reforçados, que é assim que deve ser e Senhora Presidente, deixo-lhe aqui duas pequenas perguntas:

O que é que está a fazer a Câmara Municipal de Mirandela sobre este assunto?

E que diligências está a tomar este Executivo junto da Senhora Ministra da Agricultura?

Quanto à questão da consulta pública da via ferroviária, durante o ano de 2023 são iniciados os estudos necessários para a reposição das acessibilidades ferroviárias ao distrito de Bragança, com a consideração de um novo traçado que garanta a ligação ferroviária a Bragança e o que é que aconteceu? O encerramento da totalidade da rede ferroviária que servia o distrito de Bragança, prejudicou as populações abrangidas e teve um forte impacto negativo no desenvolvimento regional. Devem ser restituídas à região acessibilidades ferroviárias que foram retiradas, com o traçado que preveja a ligação ferroviária à cidade de Bragança. É de elementar justiça que esta região disponha de um serviço de transporte de passageiros e mercadorias, visto como verdadeiro serviço público numa lógica de coesão nacional e não de desresponsabilização do Estado.

Apresentada esta Proposta em sede da Assembleia da República, qual foi a votação dos Deputados do Partido Social Democrata e do partido Socialista? O Partido Socialista votou contra e o Partido Social Democrata absteve-se.

Tem aqui a resposta à consulta pública Senhor Deputado *Paulo Pinto*.

Boas Festas a todos.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Desejo as Boas Festas a todos.

Ao ouvir a Senhora Deputada *Rita Messias*, ficou mais uma vez patente a importância que o Partido Socialista dá aos jovens, porque foi ontem eleita uma jovem socialista, a presidente da *JS Filipa Cerqueira* para a Comissão Nacional da JS e do Partido Socialista nem uma palavra, é esta a importância que lhes é dada.

Continuando, agora falo explicitamente para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, porque não na última Comissão Permanente, mas na anterior ficou comprometido que iríamos realizar um Conselho Municipal da Juventude em conjunto com a Mesa da Assembleia e com a Senhora Deputada *Patrícia Bernardo*, para efetivarmos a Assembleia Municipal Jovem, mas até hoje ainda nada.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Nós tínhamos combinado isso para janeiro de 2023. Ficamos de fazer um ponto de situação organizacional sobre a Assembleia Municipal Jovem em janeiro de 2023.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esperamos até lá, na próxima Assembleia Municipal falamos.

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções *LUÍSA DEIMÃOS* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Venho aqui só para fazer um balanço da Feira do Pão e do Azeite de Suções. Correu muito bem apesar dos eventos que havia, eu ainda quero perguntar ao Executivo da Câmara Municipal de Mirandela, ou ao pessoal da Câmara, porque é que me perguntam todos os anos quais os eventos marcados, só tenho um, a Feira do Pão e do Azeite, que já foi a X Feira e é sempre no segundo fim-de-semana de novembro, lembrando o que disse o meu colega *Carlos Pires*, se calhar é para marcarmos mais eventos! Não é que isso me preocupe, não me preocupo porque é mais um desafio para que tudo corra bem, como correu.

Agradeço a presença do Senhor Vereador *Vitor Correia*, do Senhor Vice-Presidente da Câmara, também sei que a Senhora Presidente não pode estar presente, por razões de força maior. Gostei muito de os ter lá e que nos visitem, não só nas Feiras mas também nos outros dias, para se inteirarem das necessidades das Freguesias, porque eu continuo a dizer que Mirandela é todo o concelho e não só a cidade e às vezes esquecemo-nos um bocadinho disso.

Quero agradecer também o apoio logístico, parcialmente, porque tivemos de alugar barracas, porque a Feira fica cada vez mais pesada, não foi só o subsídio que recebi, foi o resto, mas o que interessa é que correu bem, não me preocupa que haja muitos eventos e haja muita gente, porque fazemos muitos eventos para não termos ninguém não interessa. Se nós fazemos os eventos e se investimos é para trazer pessoas, para darmos a conhecer o nosso território, para mostrarmos aquilo que temos e para trazer gente e quando faço isso não faço só em prol da minha Freguesia, mas de todo o concelho de Mirandela porque acho que qualquer evento que seja feito numa Freguesia de Mirandela, ou na cidade, será no concelho de Mirandela que é o nosso concelho e parafraseando a Senhora Presidente, “o que nos une é muito maior do que aquilo que nos separa, ou deve ser muito maior do que aquilo que nos separa”.

Muito obrigada a todos que estiveram lá, claro que é sempre bom ver os amigos e as pessoas com quem debatemos aqui no dia-a-dia, obrigada a todos os que estiveram, os que não estiveram por umas razões ou outras, já ficam convidados para o próximo ano, porque nem que haja 10 eventos a Feira vai continuar a ser no segundo fim-de-semana de novembro.

Um bom Natal para toda a gente.

----- O Senhor Presidente da União das Freguesias de Freixeda e Vila Verde *ANDRÉ GERALDO (PS)* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente e *online*.

Eu hoje tinha pensado em abster-me em vir aqui à tribuna, mas veio aqui um assunto que me é familiar e não podia deixar de vir cá dar a minha opinião e o meu contributo, que é no seguimento do que disse ali o vizinho e colega Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, naquilo que ele trouxe aqui por causa do canal que alimenta a barragem do Cachão. Este assunto a mim é-me familiar por várias razões, porque para os que não sabem, com certeza a maioria de vós, o canal que alimenta a barragem do Cachão vai de uma barragem existente num local que divide os termos de Freixeda, São Salvador, Frechas e Vale da Sancha, que apanha uma série de ribeiras, essa barragem foi feita, não sei precisar se foi na década de 40, ou de 50, foi quando foi construído o Complexo Agro Industrial do Cachão.

Essa barragem tem uma particularidade, porque ela recebe água de ribeiras que nascem em Caravelas, ribeiras que nascem em Vila Verde, ribeiras que nascem na Freixeda inclusive a ribeira que passa no centro da aldeia da Freixeda e uma das mais importantes, que tem mais caudal, que é uma ribeira que nasce por baixo de Benlhevai mas já no termo da Freguesia de Trindade, do concelho de Vila Flor. Essa ribeira é uma ribeira muito idêntica à que vem da Serra de Bornes que passa por Vale de Asnes, com muita água, ou seja, em anos de pouca precipitação, são ribeiros que se aguentam a correr até fins de julho.

O que acontece é que essa barragem está esquecida há muitos anos, sei que foi limpa por dois particulares, o que é certo é que a barragem deixa perder a água, mas o maior problema da água não chegar à barragem do Cachão é que o canal, se calhar já há mais de 20 anos foi assaltado em vários sítios, por proprietários para uso de regas nas hortas, ou seja, a água só já chega à barragem do Cachão em anos de muita, muita chuva porque há uma série de regatas nas encostas de Vale da Sancha para Frechas que vão alimentando de onde em onde esse canal.

As infraestruturas estão lá criadas, aquilo era fácil de resolver, era reparar o paredão da barragem cá em cima, do Moinho da Videira e aproveitar o canal e meter umas manilhas ou fazer como fazem à beira das estradas, em V uma impermeabilização em cimento e isso era de muito valor, principalmente para os proprietários envolventes da barragem do Cachão, porque dava para regarem por gravidade, para uma parte de Vale da Sancha ainda, Cachão e Frechas e está tudo desaproveitado.

Agora o problema maior e também a pouca precipitação é um fator, mas o principal problema da água não chegar à barragem, é que o canal foi assaltado em várias partes, por proprietários para uso próprio, porque é mais fácil assaltarem o canal, do que comprarem gasolina ou petróleo para os motores de rega.

Boas Festas para todos.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites *EURICO CARRAPATOSO (PS)* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho para clarificar o ponto e até agradeço que o meu conterrâneo Senhor Deputado *João Carlos Reis* tenha chamado este assunto à atenção. Eu efetivamente só não disse nada, em primeiro lugar também para não terminarmos a quadra natalícia com apreensão, já nos chegou a seca sem precedentes, já nos chegou um ano em que as quebras na produção da azeitona foram superiores a 50/60 % e vir aqui anunciar às pessoas que foi detetado um foco da *Xylella fastidiosa*, embora não tenha sido detetada a sub variante da *Xylella* e com tudo o que está inerente a esse problema, era algo que eu não queria fazer aqui, até porque esse assunto foi abordado no local próprio. Fui contactado pelo Excelentíssimo Senhor Engenheiro *Agostinho Beça*, para estar presente numa reunião com a Senhora Diretora Regional da Agricultura do Norte, com a Engenheira *Maria Manuel*, com representantes do Município de Macedo de Cavaleiros, os representantes do Município de Alijó, com a Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, em que nos foi explicado o que aconteceu, onde aconteceu e que medidas vão ser implementadas.

A primeira coisa que foi feita pela Câmara Municipal foi, difundir o Edital por todas as Juntas de Freguesia, na minha parte entrei em contacto imediato com os proprietários afetados e principalmente a recomendação que nos foi feita pela Senhora Diretora Regional da Agricultura, foi que não embarcássemos em pânico, principalmente porque quem está a fazer as diligências de recolha de análises é a Direção Geral de Alimentação e Veterinária, o laboratório só tem capacidade para análise de 250 amostragens por semana, vão estar na zona imediata ao foco detetado a recolher as amostragens e agora temos de aguardar serenamente pelos resultados, sendo certo e seguro, de que as devidas providências estão a ser adotadas por quem de direito.

Há um problema que também não é para aqui chamado, eventualmente poderá vir a ser, porque infelizmente o sítio onde foi detetado esse foco é economia familiar.

Agradeço o reparo e espero que não haja alarmismos.

Uma boa quadra natalícia para todos, na companhia daqueles que mais amam.

----- A Senhora Deputada Municipal *RITA MESSIAS* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na sequência da intervenção do Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, venho aqui esclarecer, primeiro dizer que tem razão na medida em que efetivamente foi eleita a *Filipa Cerqueira* para a Comissão Nacional da Juventude Socialista ontem, e tal como também o *Tito Resende* foi eleito como Militante Honorário e já agora também o *Miguel Costa* que foi reeleito como Secretário-geral da Juventude Socialista.

Desde já os meus parabéns e o facto de não os ter mencionado não teve a ver com a falta de valor ou importância que é dada à juventude, de todo, efetivamente não era do meu conhecimento esta eleição, isto aqui também vem por evidência, se calhar, faltas de comunicação que há entre as Comissões da Juventude e as Comissões das Concelhias e que também, se calhar, é um aspeto que é importante melhorar e por isso também são importantes estas discussões.

De qualquer forma a notícia, eu por acaso tive acesso a ela através agora da rede social do *Faceboock*, foi publicada já estávamos aqui nesta Assembleia e eu até já tinha preparado o meu discurso, mas de facto durante a Assembleia não andei nas redes sociais e como tal, não estava a par desta eleição,

Claro que o Partido Socialista valoriza os jovens, já agora também dar nota que a Presidente da Federação da Juventude Socialista é *Caroline Pereira* e o *Tito Resende* também está no Secretariado da Federação de Bragança, por isso, os meus parabéns também para eles e desejo um excelente trabalho para todos.

Boas Festas para todos.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço as questões que foram colocadas.

Em resposta ao Senhor Deputado *João Carlos Reis* sobre as revisões orçamentais, dizer que obviamente quando nós fazemos Revisões Orçamentais queremos atingir uma melhor execução e eu julgo que das minhas palavras ficou expressa essa situação, se não ficou agradeço esse alerta, de qualquer forma, temos várias instituições onde isto acontece, ainda muito recentemente estivemos numa reunião intermunicipal e onde fizemos uma Alteração Modificativa do Orçamento, para adaptar aquilo que foi a execução à própria realidade e aquilo que conseguimos executar. Não é o maior Orçamento, como já disse, julgamos ser o melhor, porque cada ano que passa tentamos efetivamente melhorar tudo aquilo que são os documentos previsionais, apesar da incerteza nos últimos anos, em particular nos últimos três anos ser muitas, porque primeiro foi a pandemia, agora é o aumento de custos relacionados com a guerra e de facto é muito difícil, a imprevisibilidade é muito grande, não só nos orçamentos, que julgo de todas as instituições, mas também no Orçamento do Estado e em particular das Câmaras Municipais e também, quero dizer-lhe que muitas vezes a questão da receita e também da despesa está relacionada com a possibilidade de fazermos algumas candidaturas a fundos comunitários, que possam, eventualmente ser financiadas com aberturas de rúbricas para algumas situações.

É de facto um trabalho que eu julgo que tem de ser feito, ou seja, fazer com que o Orçamento seja o mais próximo possível daquilo que nós prevemos fazer, mas efetivamente nem tudo está nas nossas mãos de executar, muitas vezes dependemos de terceiros, para que a execução física dos projetos seja realizada e portanto muitas vezes a Câmara Municipal, apesar de todo o esforço que é feito, não consegue executar.

Quanto ao convite do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Salgueiro *Adérito Teixeira*, agradecer o convite, estaremos na Festa dos Reis e na Feira dos Reis, visitando aquele nobre espaço que foi intervencionado muito recentemente, conte connosco.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Carlos Pires*, tenho que concordar que a agenda deve ser articulada entre todos, relativamente aos Passos julgo que era um evento que teve de ser adiado e acho que foi a única data possível, mas que poderia até ter sido articulada com Suções dado que são tão próximos e vizinhos, mas efetivamente a Câmara Municipal pode e deve fazer essa articulação com os Eventos, muitas vezes, quando é do nosso conhecimento tentamos alterar, mas as Juntas de Freguesia, como as Câmaras Municipais e nós estamos a tentar fazer isso a nível regional, ou seja, a nível de Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes, para que os eventos não sejam em fins-de-semana comuns a toda a Comunidade Intermunicipal, para não estarmos a sobrepor agenda.

É muito difícil nos Municípios não termos sobreposição de eventos, nas Juntas de Freguesia também existe, pode haver essa sobreposição, mas vamos fazer um esforço de planeamento para que possamos não fazer coincidir os eventos. Relativamente ao parque do bairro Tua Sol, já falamos aqui bastante e portanto, não vou fazer comentários, já temos muitas candidaturas para a deslocação da tirolesa para outros territórios, julgo que da parte dos moradores do bairro Tua Sol sem antes fazermos as medidas mitigadoras, vai ser difícil de chegarmos a um consenso, pese embora neste momento julgo que a situação estará mais tranquila, mas é uma questão que vamos acompanhar.

Relativamente à praia fluvial efetivamente a localização da praia é propriedade da Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama, ou seja, o local onde vai localizar-se, quanto aos painéis identificativos, vamos fazer essa alteração, nomeadamente nessa questão, que é um pormenor, mas é muito importante relativamente à Ponte Romana.

Quanto aos blocos graníticos, foi feita e entrega de um estudo de avaliação de queda de blocos graníticos no monte adjacente à aldeia de São Pedro Velho, por uma empresa especializada, chegou a semana passada este relatório, aliás, eu estive em reunião com a Senhora Presidente da Junta e tinha chegado no dia anterior este relatório, está a ser agora avaliado, efetivamente há zonas de risco diferentes dos vários blocos graníticos e faz aqui uma abordagem às soluções que podem ser implementadas para eliminação, ou mitigação de risco. É um investimento que vamos ter que acautelar, que não está orçamentado, mas que efetivamente também este próprio estudo teve de ser pago, para uma empresa da especialidade, mas que merece a nossa atenção, ainda com mais



gravidade por causa do incêndio que deixou a descoberto ou a nu, sem qualquer proteção de barreira natural, aqueles blocos graníticos.

Durante a próxima semana, depois da análise da Proteção Civil, ou ainda durante esta semana faremos chegar a informação e saber como é que vamos articular por fases esta situação.

Em relação à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, relativamente aos bancos de jardim é uma questão que poderá eventualmente falar com o Senhor Vereador do pelouro, ele por acaso tem o Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia e tem também a Divisão de Ambiente e Serviços Operacionais, que tem o armazém e o mobiliário urbano na sua tutela, de qualquer forma fica o registo desse pedido. Na altura houve muitos pedidos da parte das Juntas de Freguesia, houve a necessidade de se fazer reparações dos próprios bancos de jardim e portanto, é uma questão que está registada e está comunicada ao Chefe de Divisão.

Relativamente à barragem do Cachão, nós pedimos uma avaliação da barragem do Cachão e do circuito hidráulico da ribeira da Freixeda, efetivamente a barragem do Cachão é propriedade do Complexo Agro Industrial do Cachão, é uma candidatura que tem de ser feita, ainda tem um investimento substancial, nós só temos o diagnóstico, aquilo que solicitou vai ser transmitido ao Conselho de Administração, no sentido de fazer a limpeza mas as obras estruturais, que são necessárias dado o envelhecimento da estrutura, a vegetação, temos o registo fotográfico, temos também a avaliação técnica, é um investimento que tem de ser candidatado a fundos comunitários, pese embora a sua importância.

Quanto à intervenção da Senhora Deputada *Rita Messias*, nós já falamos aqui da questão da CCDR, estamos naturalmente a acompanhar a situação da nova Lei Orgânica das CCDR's e contamos com todos para mais esta luta que vai ser intensa e cremos que seja positiva, apesar de podermos eventualmente desconfiar do propósito, mas temos que da dificuldade criar uma oportunidade.

Relativamente ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, o Plano Ferroviário Nacional está relacionado com aquela apresentação que nós tivemos aqui numa Assembleia Municipal também da Associação Vale D'Ouro, ou seja, tudo o que é a mobilidade do Tua não está enquadrada no Plano Ferroviário Nacional, ou seja, é um projeto turístico em que a linha não é nacional, aliás, a linha foi desclassificada, para ser explorada pelo Metropolitano Ligeiro de Mirandela e portanto, não entra neste estudo e neste plano, por isso, esse aproveitamento político foi um bocadinho ao lado! Eu entendo o propósito de fazer a referência à mobilidade do Tua e entendo a preocupação que também é nossa, mas efetivamente este Plano Ferroviário foi enviado pelo Executivo à Assembleia Municipal para partilhar com todos vós e a linha que aparece a tracejado, que é a linha que faz a ligação das capitais de distrito, Vila Real/Bragança passando por Mirandela obviamente, está em estudo e nós fomos o primeiro Município onde a Associação Vale D'Ouro veio fazer a apresentação. Eles já evoluíram neste estudo, já têm novas abordagens.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Jorge Humberto*, já falamos na Direção Regional de Agricultura e Pescas, na CCDR, dizer que a proximidade da agricultura não é só das Direções Regionais, é também das Associações Agrícolas e tenho que vos dizer que nós temos das Associações Agrícolas mais importantes do distrito e também do país, que têm grandes ligações ao mundo agrícola e que estão muito bem representadas também a nível nacional.

Relativamente à Senhora Ministra da Agricultura, aquilo que me parece é que a Senhora Ministra da Agricultura, como é do conhecimento de todos, tem perdido algumas Pastas, o Ministério da Agricultura tem perdido algumas Pastas, nomeadamente o bem-estar animal, que passou para o ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., e portanto, toda esta luta com a Direção Regional terá de ser feita numa perspetiva também juntamente com as CCDR's e com o Gabinete do Senhor Primeiro Ministro, obviamente que debateremos aqui o mais rapidamente possível, esta questão relacionada com a agricultura, pese embora não tenhamos ainda a informação toda, relacionada com esta transferência de competências para a CCDR.

Em relação à intervenção do Senhor Deputado *Carlos Carvalho*, deixar aqui também uma nota de que é importante que as juventudes partidárias saibam e tenham conhecimento destas situações e é com gosto que temos uma jovem na Comissão Nacional e por isso eu julgo que a Senhora Deputada *Rita Messias* não se referiu porque só estava a falar dos Órgãos distritais e não dos Órgãos nacionais, julgo que foi essa a questão que se colocou, de qualquer forma de qualquer juventude partidária é bom que haja este envolvimento e só demonstra o mérito e a importância que vocês têm a nível nacional e também europeu.

Relativamente à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suçães *Luísa Deimões*, falou do sucesso do evento e relativamente à intervenção do Senhor Presidente da União das Freguesias de Freixeda e Vila Verde *André Geraldo*, julgo que já respondi à questão da barragem e do circuito hidráulico da ribeira da Freixeda.

Deixar por fim uma nota de Boas Festas a todos os mirandelenses, a todos os que estão aqui presentes, a todos os que nós ouvem lá em casa e desejar que o próximo ano seja repleto de desafios, de debate, mas de proximidade com aquilo que nos une, que é muito mais que aquilo que nos separa.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

No nosso artigo 14.º do Regimento da Assembleia Municipal de Mirandela, diz no seu Ponto 1: “A Assembleia funcionará à hora designada, desde que esteja presente a maioria do número legal dos seus membros, não podendo prolongar-se para além das 19:00 horas, salvo deliberação expressa do plenário”

Para nós continuarmos a nossa Ordem do Dia que inclui ainda duas iniciativas, um documento proposto pela Bancada do CDS/PP, Voto de Pesar e o último Período Aberto ao Público, eu queria perguntar ao Plenário se alguém se opõe a que nos possamos concluir a nossa Ordem do Dia?

Não havendo oposição, vamos continuar.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Mesa rececionou por parte da Bancada do CDS/PP, um Voto de Pesar que apresentamos à Assembleia Municipal:

**“VOTO DE PESAR**

No passado dia 23 de outubro do ano em curso o país foi subitamente abalado com a notícia do falecimento do professor *Adriano Moreira*.

Embora contasse já cem anos de idade, de uma vida inteiramente preenchida, até ao fim, sempre dedicada aos interesses dos mais vulneráveis, a sua vitalidade e lucidez não deixavam prever um desfecho tão rápido.

Trata-se de alguém que foi, seguramente, dos maiores pensadores deste século, senão mesmo o maior, a par com o Professor *Agostinho da Silva*.

Homem de rara inteligência, de inigualável capacidade de trabalho, imaginativo e determinado, dedicou uma grande parte da sua vida ao serviço dos outros, distribuindo o seu saber e competência por inúmeras instituições e coletividades que desinteressadamente também serviu.

Dotado de uma cultura vastíssima, verdadeiramente invulgar, o Professor *Adriano Moreira* era também um exímio orador, captando com notável facilidade a atenção das plateias a que se dirigia, mesmo a daquelas pessoas que circunstancialmente não perfilhavam o mesmo pensamento.

Com a partida do Professor *Adriano Moreira* desaparece, seguramente, o mais ilustre transmontano dos últimos tempos.

Tinha um particular carinho por Trás-os-Montes e pelos transmontanos, indo com frequência a Grijó de Valbenfeito, em Macedo de Cavaleiros, onde nasceu e onde há muito repousavam os restos mortais de seus pais, por quem tinha uma indisfarçável dedicação.

Conquistou justamente a admiração e o respeito do país, como eloquentemente ficou demonstrado pelas variadíssimas homenagens que lhe foram prestadas, as condecorações com que o distinguiram ao longo da sua vida, e no momento do seu funeral, onde os seus muitos amigos se confundiam com o povo anónimo que, com lágrimas nos olhos, dele se despediu à passagem do cortejo fúnebre.

Mas este homem, na sua grandeza notável, foi também um Professor de eleição, que tantos ensinamentos transmitiu, deixando a sua marca indelével em muitas gerações de alunos, tanto civis como militares, designadamente na marinha, onde lecionou no Instituto Naval de Guerra.

Com o Professor *Adriano Moreira* vai também um estadista de uma craveira invulgar, reconhecida e admirada, sendo justo destacar que ele sempre se orientou por princípios de ordem ética inspirado na doutrina social da igreja.

A pobreza era algo que vivamente o incomodava, sendo genuína a sua preocupação com o social, tema em cuja abordagem foi percursor.

É imensa e valiosa a sua obra, nos mais diversos domínios, com particular destaque na ciência política, no direito constitucional e internacional, acontecendo que muita dessa obra pode ver-se na biblioteca que tem o seu nome, em Bragança.

O exemplo e o legado que nos deixou são verdadeiramente notáveis, que naturalmente suscitam um sentimento de enorme gratidão.

Por isso, e por muito mais que aqui não cabe, o Grupo Municipal do CDS/PP propõe que esta Assembleia delibere emitir um Voto de Profundo Pesar pela perda do orador e pensador exímio, do homem notável que foi o Professor *Adriano Moreira*, que indelevelmente marcou a sua terra, a região e o país.

Desta deliberação deve dar-se conhecimento à sua família.”

----- Efetuada a votação e estando 53 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 52 votos a favor e um voto contra, aprovar o Voto de Pesar ao Professor *Adriano Moreira*, apresentado pelo Grupo Municipal do CDS/PP.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) apresentou a seguinte Declaração de Voto:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Declaração de Voto

O voto contra da CDU é porque o percurso de *Adriano Moreira* foi construído em contextos diferenciados, salientando que essa diversidade não apaga, antes inclui as responsabilidades que assumiu enquanto membro do Governo durante o fascismo, seja como Secretário de Estado, seja depois como Ministro do Ultramar no período fortemente marcado pelo início da Guerra Colonial.

Considerando que o que importa é expressar as condolências à família e isso fazemo-lo com todo o prazer, não podemos deixar de salientar o percurso que *Adriano Moreira* teve na democracia, que foi fundamental em particular para ajudarem a trazer e integrar o regente democrático, na sua parte significativa da Direita portuguesa.

## 2.º Período de Intervenção do Público

### 6 – Público - 2.º Período de Intervenção.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não se registam intervenções do público.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Vou encerrar os Trabalhos e desejo a todos um Santo Natal e que 2023 traga concretizadas as vossas melhores expetativas, com saúde, muita saúde para todos. Um ótimo Natal, Boas Festas para todos, muito obrigado em nome da Mesa.


----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Secretários.

----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 19 horas e 40 minutos.

O Presidente da Assembleia Municipal;

  
Francisco José Esteves

A Primeira Secretária;

  
Luísa Maria Almeida Torres Belchior

O Segundo Secretário;

  
José António Costa Ferreira